



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NO TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES TODA PAZ É UMA TRÉGUA:
A REVOLTA CAMPONESA EM TROMBAS E FORMOSO (1950-1964) E AS
POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM A TERRITORIALIDADE DO
CAPITAL

LEON MARTINS CARRICONDE AZEVEDO

Brasília-DF, novembro de 2013

LEON MARTINS CARRICONDE AZEVEDO

NO TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES TODA PAZ É UMA TRÉGUA:
A REVOLTA CAMPONESA EM TROMBAS E FORMOSO (1950-1964) E AS
POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM A TERRITORIALIDADE DO
CAPITAL

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Geografia

Orientador: Prof.^a Dra. Marli Salles

Co-Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Jr.

Brasília – DF

Dezembro de 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
***NO TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES TODA PAZ É UMA TRÉGUA: A
REVOLTA CAMPONESA EM TROMBAS E FORMOSO (1950-1964) E AS
POSSIBILIDADES DE RUPTURA COM A TERRITORIALIDADE DO
CAPITAL***

LEON MARTINS CARRICONDE AZEVEDO

Orientador: Prof.^a Dra. Marli Salles

Co-Orientador: Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Jr.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Marli Salles – Presidente
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Geografia - GEA

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior – Presidente
Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Serviço Social - SESO

Prof^a Dra. Marília Steinberger – Examinadora Interna
Universidade de Brasília
Departamento de Geografia - GEA

Prof^a Dra. Helana Freitas – Examinadora Externa
Secretaria de Educação do Distrito Federal

FICHA CATALOGRÁFICA

AZEVEDO, LEON MARTINS C.

No território da luta de classes toda paz é uma trégua: a revolta camponesa em Trombas e Formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital, 2013, 106 p. (UNB-IH-GEA. Bacharel, Geografia).

Monografia - Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Campesinato

3. Formação socioespacial

5. Relação cidade-campo

2. Sindicalismo

4. Território

6. Luta de classes

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Leon Martins C. *No território da luta de classes toda paz é uma trégua: a revolta camponesa em Trombas e Formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital*, 2013, 106 p. (UNB-IH-GEA. Bacharel, Geografia).

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Leon Martins Carriconde Azevedo

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *No território da luta de classes toda paz é uma trégua: a revolta camponesa em Trombas e Formoso (1950-1964) e as possibilidades de ruptura com a territorialidade do capital.*

GRAU/ANO: Bacharel/2013

É concedida à Universidade de Brasília permissão para produzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos ou científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

DEDICATÓRIA

Eu dedico este trabalho às várias gerações de homens e mulheres que se lançaram na luta pela terra em nosso país. Desde os negros escravos, os indígenas, aos camponeses e trabalhadores rurais, pois são esses que fazem nossa história e, principalmente, o nosso presente e futuro. A cada batalha nova, a cada luta contra a exploração, eles renascem no seio da massa, renascem no coração de um filho do povo.

Dedico especialmente aos bravos camponeses goianos, que apesar de enfrentarem todos os dias as piores opressões e todo tipo de enganação, mesmo assim seguem enfrentando a “onça” e libertando o território. O futuro pertence ao povo que luta.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles amigos, camaradas, familiares que de alguma forma contribuíram com a minha construção intelectual e minhas concepções de vida, que ajudaram na superação de meus equívocos, e que se fazem presentes de uma forma ou de outra nesse trabalho. Agradeço especialmente ao meu amor, Savinha, uma mulher tão importante na minha vida e no meu processo de formação, seja nos momentos de dificuldade ou nos de alegria, não apenas para me consolar, mas para orientar teoricamente também, sempre dando o exemplo como mulher guerreira, inteligente, carinhosa e sua notável graciosidade.

Ao professor Newton, camarada de boas conversas e estudos, com o qual pude também forjar uma série de convicções e compreensões sobre a questão agrária, ao qual sou grato pela amizade, pela sinceridade e pela qualidade como intelectual. A professora Marli que me ajudou em uma hora difícil e que estendeu generosamente a mão, sempre atenciosa e honesta. A professora Helana, única pela dedicação e carinho, que tive a oportunidade de conhecer e que foi capaz de introduzir-me melhor na questão camponesa através da educação, com a qual também pude aprender muito nas conversas fora dos muros da universidade. Aos meus pais e irmãos, que foram também muito importantes na constituição do caminho que trilhei, que foram sempre amigos para toda hora e sempre incentivaram o estudo, o trabalho e a luta pelas minhas convicções.

A todos os camaradas e amigos que se forjaram a ferro e fogo ao meu lado, nas batalhas da vida, no movimento estudantil combativo, nos erros e nos acertos, nas derrotas e nas vitórias, nos estudos e nas bebedeiras, nos momentos onde pude verdadeiramente me formar intelectualmente e como pessoa. Pelo convívio com esses grandes camaradas pude compreender na prática o valor da confiança, da seriedade, da abnegação, e também a importância da fraternidade e da amizade. Foram também momentos onde tive a honra de sofrer críticas e elogios. Enfim, aos meus amigos, irmãos e camaradas Ariel, Diego, Marcello, Órion, Samuel, Rodrigo, Gustavo, Zaira, Luana, Milena, Luciano, Marcléo, Alex, Jeferson, Anselmo, Tadeu, Fábio, Camille, Alexandre, Flores, Manu, Savinha, Bruna, Andrey, Loyane, Luiza, Waldery, Marina, Cesar, Suelber, Mariana Santos, Meneguel, Bruno, Paulinha, Bruna Drumond, Vesna, Eduardo, Luana Santos, e tantos outros que estão e estarão ombro a ombro comigo e que considero como uma família, pois tenho por cada um, um carinho enorme.

Elogio da Dialética – Bertold Brecht

A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.

Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.

Só a força os garante.

Tudo ficará como está.

Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.

No mercado da exploração se diz em voz alta:

Agora acaba de começar:

E entre os oprimidos muitos dizem:

Não se realizará jamais o que queremos!

O que ainda vive não diga: jamais!

O seguro não é seguro. Como está não ficará.

Quando os dominadores falarem

falarão também os dominados.

Quem se atreve a dizer: jamais?

De quem depende a continuação desse domínio?

De quem depende a sua destruição?

Igualmente de nós.

Os caídos que se levantem!

Os que estão perdidos que lutem!

Quem reconhece a situação como pode calar-se?

Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.

E o "hoje" nascerá do "jamais".

RESUMO

Frente ao desenvolvimento capitalista, as formas de exploração se modificaram, os setores dinâmicos da produção em geral se tornaram urbano-industriais e financeiros, porém, o camponês enquanto aquele que trabalha com as próprias mãos através da posse/propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, permanece vivo até os dias atuais, não como “resquício feudal”, mas como recriação do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial, que recria relações não-capitalistas (economia doméstica, escravidão, etc.), de exploração e opressão das massas populares para a sua própria reprodução ampliada. A existência do campesinato se mantém também, contraditoriamente, através da resistência às tendências capitalistas e estatistas de expropriação de sua base fundiária de onde tira seu trabalho e sobrevivência. Portanto, o debate sobre a questão agrária ainda está vigente. O objetivo geral é compreender a dimensão socioterritorial do conflito em Trombas e Formoso em meados o século XX, mais especificamente nas décadas de 1950-1960. Esse estudo foi desenvolvido através da revisão bibliográfica que buscou a todo o momento responder e, principalmente, problematizar a ação territorial camponesa. Busca-se, por sua vez, compreender esse objetivo, através da revisão teórica do conceito de campesinato como base no debate clássico entre Karl Marx e Mikhail Bakunin sobre as características e potencialidade dos camponeses franceses, bem como dos teóricos brasileiros, especialmente José de Souza Martins, sobre as particularidades do campesinato brasileiro, seus conflitos e expressões políticas.

Palavras-chave: Campesinato, formação socioespacial, relação cidade-campo, sindicalismo, território, luta de classes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
 CAPÍTULO 1:O campesinato e a questão cidade-campo.....	16
1.1 O debate teórico “clássico” entre Bakunin e Marx	17
1.2 A ação política camponesa na formação sócio-espacial brasileira	27
1.3 As características do campesinato brasileiro	32
1.4 A centralidade dos Conflitos e da Territorialização para a compreensão da formação sócio-espacial.....	38
1.5 O conflito social na formação dos territórios.....	41
1.6 O Desenvolvimento Geográfico Desigual	44
 CAPÍTULO 2: No olho do furacão: a revolta camponesa na formação sócio-espacial brasileira.....	50
2.1 O contexto histórico-espacial, nacional e regional	51
2.2 A eclosão e a organização da revolta em Trombas e Formoso	59
2.3 A Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos	69
2.4 Sindicalismo e luta camponesa: entre a tutela estatal e a revolução	76
2.5 Redefinições políticas: A via pacífica, a aliança com a burguesia “nacional-progressista” e o debate territorial implícito	84
2.6 No território da luta de classes a paz é sempre uma trégua: a ditadura civil-militar e a repressão ao campesinato	91
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
 BIBLIOGRAFIA	102

INTRODUÇÃO

*"Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar."*

(Gonçalves Dias, Canção do Tamoio)

Sabemos das dificuldades de estudar as lutas camponesas hoje no Brasil. Por todo o bombardeamento ideológico da “vitória do agronegócio”, por todo o debate (incluindo esferas governamentais) sobre a morte do campesinato e da reforma agrária e sua transformação em “agricultor familiar” e, além de tudo isso, ainda possuímos uma grande dificuldade de debater o campesinato no seio das próprias organizações populares: se por um lado a esquerda negligencia o papel político do campesinato (trotskistas e stalinistas se completam nessa questão), por outro lado os setores que mobilizam o campesinato o fazem crendo em uma reforma agrária dentro dos marcos do Estado capitalista.

O sociólogo José de Souza Martins, em seu livro *“Os camponeses e a política no Brasil”* (1983), critica severamente os partidos políticos, legais ou clandestinos, e sua relação com as lutas no campo. Tais partidos, pelas suas concepções e suas práticas, foram incapazes de compreender o papel político do campesinato, mesmo quando este dava importantes demonstrações de vitalidade e capacidade de luta e resistência. Martins ressalta a negligência com que os estudos sobre o campesinato foram tratados no Brasil:

A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. (...)

Enquanto uma greve na região industrial de São Paulo estimula dúzias de artigos, teses e livros sobre a classe operária e os rumos históricos do país, a Revolta de Formoso, que por mais de uma década, nos anos cinquenta e sessenta, implantou um território livre dominado por camponeses no centro do país, no Estado de Goiás, permanece como assunto esquecido e sem importância. (MARTINS, 1983, p. 26-27)

É claro que, frente ao desenvolvimento capitalista, as formas de exploração se modificaram, os setores dinâmicos da produção em geral se tornaram urbano-industriais e financeiros, porém, o camponês enquanto aquele que trabalha com as próprias mãos através da posse/propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, permanece vivo até os dias atuais, não como “resquício feudal”, mas como recriação do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial, que recria relações não-capitalistas (economia doméstica, escravidão, etc.), de exploração e opressão das massas populares para a sua própria reprodução ampliada. A existência do campesinato se mantém também, contraditoriamente, através da resistência às tendências capitalistas e estatistas de expropriação de sua base fundiária de onde tira seu trabalho e sobrevivência. Portanto, o debate sobre a questão agrária ainda está vigente. Não que não deva sofrer modificações quanto as formas que ele foi feito até então (afinal todo desenvolvimento teórico é um ato de destruição e construção), mas que essas modificações se inserem no caminho da afirmação política da ação camponesa.

A luta do campesinato brasileiro nos remete a batalhas históricas pela terra. Desde a ocupação colonialista portuguesa, através das lutas indígenas e dos escravos negros, construindo rotas de migrações, fugas e batalhas que se materializaram nos quilombos e aldeias, territórios de resistência frente a sanha rentista dos latifundiários e comerciantes. Com a emergência da República, o trabalhador do campo não viu a “mudança política” repercutir em melhoria de sua condição, ao contrário, aprofunda-se a opressão através do fisco e do coronelismo, emergindo como resistências populares à Guerra de Canudos (1896-1897) onde 10 mil camponeses não se renderam, e foram completamente massacrados; a Guerra do Contestado (1912), motivada pela entrega de terras a uma empresa norte-americana para construção de uma ferrovia, fato que gerou a expropriação e morte de milhares de camponeses; todas essas revoltas

foram expressões históricas do messianismo e o do banditismo no seio dos conflitos agrários.

Esses conflitos por sua vez vão ganhando cada vez maiores proporções e organização ao longo da primeira metade do século XX, e mais especificamente características nacionais a partir dos anos 1940 e 50, a exemplo da guerrilha de Porecatu em 1950-1951, que contou com envolvimento massivo dos posseiros com determinação para a luta, além de forte apoio logístico do Partido Comunista, terminou com a vitória dos camponeses; a revolta de Trombas e Formoso, foco de análise desse trabalho, que se inicia na década de 1950 e que, sob a forma de luta armada ou não, irá emergir a vitória e o controle efetivo dos camponeses sobre o território durante mais de dez anos; além de diversas outras: guerrilhas em Tupã, em Fernandópolis, no Triângulo Mineiro, no Nordeste através das Ligas Camponesas, dentre tantos outros que ousaram desafiar os senhores de engenho e de escravos, os coronéis e os latifundiários, e vingar a exploração que durante séculos submeteu o trabalho do índio, do negro e do camponês.

É pela inquietação de resgatar a importância histórica e geográfica das lutas no campo que surge a proposta desse trabalho. Surge da inquietação frente ao desconhecimento das lutas camponesas em geral, e da revolta em Trombas e Formoso em particular. Pois escrevendo sobre a questão agrária desde a capital federal, localizada dentro do Estado de Goiás, é surpreendente o quão desconhecida é a revolta que construiu no meio-norte goiano, durante mais de dez anos, um território camponês livre. Um território livre das formas de exploração e autoritarismo típicas da estrutura agrária de nosso país. Chega a conclusão inevitável que a Ditadura fez um eficiente trabalho ideológico de destruir a memória de luta do povo e, infelizmente, muitos intelectuais e organizações de esquerda assinaram em baixo.

Porém, pude perceber os limites de se travar esse debate dentro da academia, mais especialmente na geografia. Vemos na ciência geográfica um viés “empirista” muito forte, que relega o debate teórico e histórico como momento secundário e até indesejado do processo de conhecimento da realidade, sendo os “estudos de caso”, apresentados quase sempre de forma descritiva (subjetivista ou positivista, mas sempre anti-dialética), uma maneira de escapar da reflexão teórica. Como continuidade da concepção anterior, temos a forte presença de uma concepção lógica formal acerca da divisão técnica e territorial do trabalho. O Estado e o Capital em diversos momentos

são considerados como “Coisas” que agem por si mesmas, exteriores aos sujeitos, exteriores às disputas e aos conflitos sociais. O discurso do “planejamento urbano” e do “desenvolvimento regional” são ótimos exemplos dessa concepção estatal e organizadora racional do mundo contraditório do capitalismo. Essas áreas tidas como da “geografia humana” são em geral traduzidas em números, no método matemático cartesiano.

Tudo que vá além dessa racionalidade formal¹ é visto como não-científico ou “ideológico”. Essas caracterizações representam mais o controle da ideologia burguesa-positivista na academia (e que atinge muitos professores e pesquisadores “críticos”), onde a menor tentativa de fugir ao discurso da neutralidade científica ou o mais simples movimento que indique abordar determinados “temas tabus” intimamente relacionados ao pensamento geográfico (como luta de classes, educação popular, aliança operário-camponesa, etc.), são vistos com desconfiança e descrédito. Ruy Moreira (1985) apresenta muito bem essa crítica à racionalidade formal nos estudos geográficos, especialmente no que tange às áreas fragmentadas:

Os estudos sobre a formação e estrutura industrial e formação e estrutura agrária tem por base a concepção formal e fragmentária da divisão técnica do trabalho derivada do **conceito de capital como fator e não como relação entre classes. São igualmente genéricos e opacos os estudos sobre a relação cidade-campo, jamais entendida como eixo orgânico a partir do qual a formação econômico-social se articula como totalidade social e se cliva em vertente de dominantes e vertente de dominados.** Mas a pobreza

¹ Segundo a crítica de Lukács (2003) a racionalidade formal e reificada é própria do desenvolvimento capitalista, especialmente a partir da universalização da mercadoria, transformando a tudo e todos a sua própria imagem, transformando os homens em coisas passíveis de serem trocadas e quantificadas, ou seja, a própria reificação. Essa lógica mercantil possui um rebatimento societário subjetivo através da racionalidade formal, que busca acima de tudo o quantificável, o “objetivo”, as leis naturais do processo social, a técnica, o método matemático. Despreza-se assim a realidade concreta e plural, o subjetivo, o irracional, o qualitativo. Como consequência desse processo de racionalização, tem-se a formação cada vez mais geral de especialistas ou a emergência do técnico de “áreas” cada vez mais fragmentadas da ciência. A fragmentação da ciência por sua vez acompanha a fragmentação da indústria e do processo burocrático do Estado. Segundo Lukács existe uma possibilidade de superação desse processo: “Para isso, no entanto, seria preciso revelar os fundamentos, a gênese e a necessidade desse formalismo; desse modo, as ciências particulares especializadas não poderiam estar ligadas mecanicamente numa unidade, mas ser remodeladas, inclusive interiormente, pelo método filosófico interiormente unificador. É claro que a filosofia da sociedade burguesa é incapaz disso. Não que não haja o desejo de síntese, nem pelo fato de os melhores terem aceitado com alegria a existência mecanizada e hostil à vida e a ciência formalizada e estranha à vida. *Mas uma modificação radical do ponto de vista é impossível no terreno da sociedade burguesa.*” (LUKÁCS, 2003, p. 238).

é ainda mais evidente quanto aos estudos do campesinato enquanto parceiro histórico do operariado urbano no interior da aliança operário-camponesa (vertente cidade-campo dos dominados fundamentais). (MOREIRA, 1985, p. 22, grifo nosso)

O que se está questionando é a capacidade ou não do conhecimento geográfico em compreender o movimento socioterritorial através da dialética sujeito-objeto, ou seja, compreender a totalidade social e natural transformadora dos seres humanos e classes sociais, e por sua vez as relações entre as classes como definidoras da própria totalidade social e natural. As disputas, os conflitos, enfim, o político e o subjetivo, sempre estão presentes na realidade analisada e no sujeito que a analisa, não apenas como detalhe, mas como determinação objetiva. Romper a fragmentação sujeito-objeto é romper com o discurso da neutralidade científica e da concepção formal-instrumental do conhecimento da realidade como dado “por si mesmo”, inteiramente via objeto ao qual se analisa (bastando observá-lo e descrevê-lo com os conceitos corretos, ou seja, “matemáticos”). Desconsidera-se nessa perspectiva a totalidade sujeito-objeto como criadora do próprio conhecimento da realidade, pois criadora da própria realidade, da qual sujeito que analisa e objeto analisado não podem ser fragmentados em polos opostos onde um captura e domina o outro.

Portanto, é com as dificuldades e limites (estruturais e individuais) para a superação desses desafios que o meu trabalho se insere. O objetivo geral é compreender a dimensão socioterritorial do conflito em Trombas e Formoso em meados o século XX, mais especificamente nas décadas de 1950-1960. Isso significa apontar uma abordagem teórica diferenciada da grande maioria dos estudos sobre a revolta de Trombas e Formoso, onde a perspectiva sociológica e histórica são hegemônicas, e incluir o elemento dos conflitos socioterritoriais, que grafam diferentes formas-conteúdos aos territórios conquistados ou liberados. Portanto, esse estudo foi desenvolvido através da revisão bibliográfica que buscou a todo o momento responder e, principalmente, problematizar a ação territorial camponesa.

Busca-se, por sua vez, compreender esse objetivo, através da revisão teórica do conceito de campesinato como base no debate clássico entre Karl Marx e Mikhail Bakunin sobre as características e potencialidade dos camponeses franceses, bem como

dos teóricos brasileiros, especialmente José de Souza Martins, sobre as particularidades do campesinato brasileiro, seus conflitos e expressões políticas. Desse cruzamento entre o debate clássico sobre o camponês europeu, e o debate sobre as características particulares do camponês brasileiro, busca-se identificar minimamente as contribuições para compreender o geral e o particular. Ainda no Capítulo 1, desenvolve-se uma breve revisão teórica sobre a importância do conceito de território e de luta de classes para a compreensão da realidade social, além de apresentar, como decorrência dessa própria compreensão das formações territoriais, o debate sobre a formação histórica das diferenças geográficas, retomando assim os conceitos de **Formação Sócio Espacial**, em Milton Santos, **Desenvolvimento Geográfico Desigual**, em David Harvey, além de resgatar a abordagem que Ruy Moreira faz do conceito marxista de **Formação Econômico Social (FES)**.

Essa abordagem teórica é fundamental para, no Capítulo 2, adentrar-se na temática mais propriamente conjuntural e específica ao objeto de estudo, a revolta camponesa de Trombas e Formoso. O capítulo introduz a temática do geral para o particular, ou seja, das políticas econômicas e da ideologia geral que permeava o Estado brasileiro naquele momento da década de 1940 e 50, para ir aproximando a “lupa” no foco e histórico e geográfico que consiste na emergência propriamente dita da revolta camponesa. Essa análise nacional e conjuntural é importante para entendermos que a revolta é também fruto de um meio social que a “criou”. A revolta não foi uma simples opção voluntária dos camponeses, porém, ao mesmo tempo, a ação consciente (vontade) daqueles homens e mulheres foi também determinante. Construíram uma forte resistência guerrilheira, deram suas vidas, ousaram sonhar e conquistar a terra e a liberdade. Juntou a fome com a vontade de comer.

Portanto, é a análise das socioterritoriais da luta dos posseiros de Trombas e Formoso que consiste o Capítulo 2. Buscamos analisar essas características através de diversas expressões organizativas e políticas do conflito socioterritorial, bem como a forma como essas estruturas se desenvolveram, avançando ou enfraquecendo as vitórias e conquistas dos camponeses. A luta camponesa criou e desenvolveu a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos como instrumentos de autogoverno e da consolidação da liberdade no território de Trombas e Formoso, porém, a estratégia do Partido Comunista caminhava para os pactos com a burguesia “nacional-progredista”

tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo nacional. Essa política tinha uma clara dimensão campo-cidade em que o isolamento e o controle das lutas camponesas mais radicalizadas era a maior consequência. O sindicalismo oficial e estatal foi a melhor opção dos comunistas para a aplicação dessa política.

CAPÍTULO 1 - O CAMPESINATO E A QUESTÃO CIDADE-CAMPO

Existe uma série de classificações oficiais e teóricas do que seja urbano, rural, campo e cidade. Uma parcela destas classificações está voltada para a objetivação de políticas públicas, de levantamento censitário, enfim, tem como objetivo oficial de assessorar o Estado (levantamento de dados quantitativos, densidade demográfica, etc.). Outro campo de debate, que não necessariamente está separado do anterior, é o da teoria sociológica, geográfica, urbanística e da própria filosofia, e que analisa de forma qualitativa e processual os conceitos de rural e urbano, campo e cidade. Para avançar na compreensão do campesinato é imprescindível passar pela relação cidade-campo.

Portanto, **relação cidade-campo**, vista como relação socioespacial efetiva, ou seja, não na sua forma reificada e formal (dos institutos governamentais e empresariais), mas naquela que considera os conflitos sociais e as diferentes determinações econômicas, políticas e culturais na formação dos territórios, é essa relação determinante para compreender a evolução do capitalismo no Brasil. A nossa conformação espacial cidade-campo, rebate de forma particular, através da imposição de entraves e possibilidades aos distintos projetos de classe. Segundo Ruy Moreira:

Essa relação cidade-campo ordena os antagonismos de classes a partir de duas vertentes básicas: a dos dominantes fundamentais e a dos dominados fundamentais. A vertente dos dominantes fundamentais se exprime pela relação orgânica, contraditório e não antagônica, agricultura-indústria. A vertente dos dominados fundamentais se exprimem pela identificação necessária dos respectivos projetos históricos operários e camponeses. (MOREIRA, 1985, p.42)

Ou seja, a relação campo-cidade, enquanto questão transversal da abordagem dos diversos enfoques geográficos, possui uma consequência muito direta para as relações entre as classes, separadas em vertente cidade-campo dos dominantes fundamentais e dos dominados fundamentais. Essas vertentes são conformadas historicamente pelas diferentes ações e estratégias das classes e suas organizações. Segundo Moreira (1985), a aliança operária-camponesa seria a expressão histórica da vertente dos dominados, capaz de desenvolver as principais contradições da formação capitalista brasileira, a fim de supera-las. A partir de sua análise do capitalismo brasileiro e do modelo conservador de desenvolvimento da agricultura (aproximado à “via prussiana” de modernização da agricultura) coloca-se a necessidade de superar a visão marxista linear de uma revolução burguesa democrática que irá opor burguesia industrial-urbana à classe latifundiária, pois na conformação histórica cidade-campo de nosso país essas classes se fundiram em um único sujeito histórico, em um único pacto de poder estatal e de desenvolvimento capitalista.

1.1) O debate teórico “clássico” entre Bakunine Marx

“A terra pertence a quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de trabalho pertencem aos operários, às associações operárias.” Mikhail Bakunin, 1868.

Para introduzir brevemente o debate sobre o campesinato vejo como necessário retomar algumas definições teóricas “clássicas” sobre o tema. Não é de meu interesse tornar a exposição enfadonha e repetitiva e sim pedagogicamente clara para os pontos que irei contrapor na análise posterior. Retornar aos clássicos do pensamento teórico socialista (Marx, Lênin, Bakunin, etc.) é um exercício importante para a compreensão das origens teóricas das concepções que nortearam os conflitos do período histórico do movimento ao qual analisaremos. O fundamental é, a partir de uma apresentação breve da concepção de Marx em relação ao campesinato apresentar a concepção de Bakunin, concepção esta que traz elementos novos para a análise do campesinato brasileiro.

A importância do debate sobre a ação camponesa foi sintetizada muito bem por Bakunin em “Alemanha e o Comunismo de Estado” (2000) quando disse que: “(...) enquanto os trabalhadores da terra, os camponeses, não tiverem dado as mãos aos trabalhadores das cidades para uma ação revolucionária comum, todos os esforços revolucionários das cidades serão condenados a fiascos inevitáveis. Toda a questão revolucionária está aí: é preciso resolvê-la, ou então perecer.” Tal como também defendido pelo geógrafo Ruy Moreira (1985): está na solução do problema da aliança operário-camponesa, não apenas na teoria, mas principalmente na ação prática dos explorados, a chave para a vitória da luta emancipatória.

No entanto, as divergências entre anarquistas e comunistas quanto ao papel do campesinato no processo histórico não é uma questão pontual e de menor importância, ela nos remete a profundas cisões teóricas e estratégicas no movimento dos trabalhadores desde suas origens. A teoria marxista da revolução por etapas e estatista possui uma visão específica da História e do processo de transformação social (baseado no desenvolvimento das forças produtivas e no Estado/ditadura do proletariado) o que a leva a conferir uma determinada caracterização do papel do campesinato nesse processo de transformação. A teoria anarquista da revolução social (desenvolvidas inicialmente por Proudhon e Bakunin) possui também, por sua vez, uma análise quanto ao desenvolvimento das transformações históricas e mais especificamente da luta contra o Capitalismo e contra o Estado, que possuem impactos diretos na mobilização camponesa. Tais teorias apontam para programas e estratégias diferenciadas (em certos casos antagônicos) quanto ao papel do campesinato.

Segundo a teorização básica de Marx², as características fundamentais do campesinato são: **1º) O trabalhador não se encontra separado dos meios de produção**, ou seja, o camponês é proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho de forma geral; **2º) As relações de trabalho agrárias e camponesas representam um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e em termos geográficos apresentam um insulamento**, ou seja, dispersão social e econômica no espaço. Frente ao capitalismo urbano e industrial que significa a centralização e

² Utilizamos como base algumas obras importantes de Marx sobre o campesinato: O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte (1987); Formações Econômicas Pré-Capitalistas (1986); As lutas de classes na França (1848 – 1850) (1986); O Capital (1988); Manifesto do Partido Comunista (2008).

combinação/diversidade econômica e social, o campo significa o “vazio” e a pobreza de relações sociais.

Marx defende em seu livro “Formações econômicas pré-capitalistas” (1986) que o campesinato antes de ser um trabalhador é um proprietário, e é este fator que o define em sua relação/ação social. Daí a origem da caracterização marxista sobre o apego intrínseco do camponês à propriedade fundiária individual. Buscarei contrapor essa questão tanto a nível do debate teórico geral (buscando em Bakunin uma teoria do campesinato contraposta a essa de Marx) e especialmente às características do campesinato brasileiro (desenvolvido de forma mais qualificada especialmente por José de Souza Martins).

Para a teoria marxista, sendo o campesinato fruto de relações de produção atrasadas, de tipo feudal ou primitiva, tais relações de produção camponesa estariam fadadas ao desaparecimento. Traduzida em termos políticos, a luta pela auto-preservação camponesa seria, segundo Marx, politicamente reacionária, pois contradiria o “curso da história” e do comunismo. É por isso, pelo fato do proletariado industrial ser o produto de uma divisão técnica do trabalho mais avançada, que produz relações de produção mais complexa e que multiplica relações sociais, que o proletariado industrial estaria condicionado enquanto o sujeito a ser o portador do comunismo e seria a força principal dessa revolução. Daí a origem da incompatibilidade “lógica” do campesinato com as modernas forças produtivas e, principalmente, com o socialismo e o comunismo. Em o Manifesto do Partido Comunista (2008), uma das principais declarações teórico-políticas, Marx e Engels afirmam que:

As classes médias – o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês – combatem a burguesia para garantir a própria existência como classes médias e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois tentam virar a roda da história para trás. Quando são revolucionárias, é por que estão na iminência de passar ao proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. (MARX, 2008, p. 26)

Nesse trecho do Manifesto do Partido Comunista (2008) podemos ver de forma clara que não existia para Marx uma teoria de aliança operário-camponesa. Setores do

campesinato caso fossem colocados em situação de ação revolucionária não poderia ser em prol de interesses próprios, já que suas relações de produção atrasadas e seus interesses imediatos e particulares seriam reacionários. Em contrapartida, não poderiam representar anseios gerais e nem liderar movimentos políticos de âmbito nacional, dada sua dispersão territorial, cabendo ao campesinato a defesa dos "interesses alheios" do proletariado urbano-industrial, único com capacidade de ação transformadora de caráter universal, já que fruto mais “autêntico” do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão técnica. A “aliança” é inexistente, o que existe é uma “neutralização” do campesinato pela ação de tutela e controle deste pelo Partido/Estado operário³.

Por outro lado, coerente com sua concepção de sujeitos históricos, a aliança com a "burguesia industrial e democrática" (vista enquanto classe revolucionária e “progressista” frente às demais classes feudais, inclusive o campesinato) é defendida por Marx como necessária para edificar as modernas forças produtivas e o sistema Estatal democrático-burguês. Um caso onde Marx defende a aliança com a burguesia é em seu país de origem, a Alemanha, a qual depositava a análise de ser o país mais avançado na luta de classes: “Na Alemanha, o Partido Comunista luta juntamente com a burguesia, sempre que ela assume posição revolucionária contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal e a pequena burguesia” (MARX, 2008, p.64).

A necessidade da aliança do proletariado com a burguesia se encontra na gênese da própria teoria etapista de Marx, ou seja, na visão de que a História seria um processo sucessivo e cumulativo de modos de produção. Em “As lutas de classes na França (1848-1850)”, Marx coloca de forma clara que:

O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. **Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária.** (MARX, 1986, *grifo nosso*)

³ A luta pela tutela sobre o campesinato será apresentada por José de Souza Martins como uma das principais características da atuação dos chamados “agentes externos” (Partido Comunista, Igreja, etc.) no Brasil, e que teve como marca a tentativa em geral exitosa de frear o avanço de uma revolução camponesa que colocaria em cheque os acordos e pactos políticos destes grupos com as classes dominantes.

O processo histórico de expropriação dos camponeses e de mudança do centro de gravitação econômico-social do campo para cidade com o avanço das modernas formas de produção é importante para compreendermos a teoria marxista da História no que tange a necessidade de domínio e exploração do campo pela cidade, dos "bárbaros" pelos civilizados, ou seja, não apenas em âmbito nacional, mas também internacional. Segundo Marx, em "O Manifesto do Partido Comunista" (2008):

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em comparação com a rural e, dessa forma, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida do campo. **Assim como colocou o campo sob o domínio da cidade, também pôs os povos bárbaros e semibárbaros na dependência dos civilizados, as nações agrárias sob o jugo das burguesas, o Oriente sob o Ocidente.** (MARX, 2008, p. 15-16, Grifo nosso)

Em termos internacionais tal "necessidade" de dominação da periferia pelo centro não é nada mais do que a própria natureza do colonialismo/imperialismo, e em termos nacionais nada mais do que a justificção da acumulação primitiva do capital, através da expropriação dos povos do campo, retirando-os "para o seu próprio bem", das relações de produção atrasadas e insuladas, sem diversidade e desenvolvimento econômico.

Aí entramos em outro ponto fundamental da concepção marxista do campesinato: **o papel e a necessidade do Estado**. Sendo os camponeses incapazes de fazer valer suas opiniões enquanto "classe", precisam de um ente separado e "acima" para dirigi-los e tutela-los (seja a burguesia ou o operariado industrial), enfim, para governá-los com o objetivo de expropriá-los de sua base fundiária e arrancá-los "do embrutecimento da vida do campo" (MARX, 2008, p. 15).

Como pudemos ver, na concepção histórica de Marx o Estado possui papel positivo e fundamental na homogeneização econômica-política das forças produtivas no território através da superação da oposição campo-cidade por meio da "liquidação" dos resquícios feudais e atrasados/pré-capitalistas. A resolução da oposição campo-cidade para a teoria marxista está no desenvolvimento técnico-industrial através da ação de cima para baixo do Estado burguês ou pela Ditadura do Proletariado; os camponeses e demais povos bárbaros/primitivos são passivos nesse processo, ou pior, são expropriados pelo Estado.

Tal concepção etapista que levará não só a posições anti-camponesas, mas também colonialistas/imperialistas, tanto de Marx quanto de vastas parcelas da social-democracia internacional (especialmente alemã), demonstram que as críticas de Bakunin (que serão expostas mais a frente) não só são fundamentais como se comprovaram ao longo da história do século XX. Um dos exemplos mais claros é o processo de “coletivização forçada” aplicada pelo Estado Soviético durante o período de 1929-1931 que obteve resultados tão desastrosos para a emancipação dos trabalhadores, especialmente por ter sido naturalmente sucedida por uma verdadeira intensificação da burocratização e opressão do Estado sobre as massas soviéticas (fruto da dialética ação-reação entre opressão do Estado X massas populares)⁴. O papel do “Estado operário” na expropriação dos camponeses, em geral, sempre foi tratado pelo marxismo ortodoxo como uma necessidade/fatalidade na superação do capitalismo e construção do socialismo, mesmo quando os camponeses possuam papel ativo na revolução, como no caso da URSS.⁵

O anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), rompendo com as tradições comunistas e jacobinas de seu tempo que viam na ação do Estado operário contra os camponeses (ou do terrorismo das cidades contra o campo) o método de resolução dos problemas históricos da transição para o comunismo, será um dos primeiros teóricos e militantes revolucionários a propor a aliança entre operários e camponeses como um elemento chave para o triunfo da revolução social. Através de análises especialmente dos camponeses russos, italianos e franceses, Bakunin irá identificar uma série de elementos que os uniam aos trabalhadores urbanos, porém, longe de alimentar uma

⁴ Bakunin (1938) na conjuntura da guerra franco-prussiana de 1870 já alertava sobre as consequências da coletivização forçada, ou seja, a insurgência da massa camponesa, e a consequente ampliação do poder centralizado e burocrático do Estado frente aos “inimigos internos”: “Por conseguinte, entre outras medidas de salvación pública decretadas por una Convención de los delegados de las ciudades, habrían tratado, sin duda alguna, de imponer el comunismo o el colectivismo a los campesinos. Habrían sublevado y armado toda la masa de campesinos contra ellos, y, para reprimir su rebeldía, se verían obligados a recurrir a una inmensa fuerza armada, bien organizada, bien disciplinada. (...) Con la máquina estatal reforzada, tendrían pronto el maquinista del Estado, el dictador, el emperador.” (BAKUNIN, 1938)

⁵ Shanin apud Cunha (2007) corrobora a crítica aos processos forçados de cima para baixo (industrialização, coletivização, etc.), inclusive o desencadeado por Stalin: “Para Shanin, [a coletivização forçada] foram os fatores que possibilitaram ao campesinato reagir com uma inimaginável coesão política e capacidade de ação. Fundamentalmente, a negociação das diferenças e do problema camponês não foi assimilado, e o fosso até então existente aumentou a partir da industrialização quando esta foi implementada pelo alto, a partir de Stalin”. (CUNHA, 2007, p. 36)

visão romântica e idealista em relação ao campesinato, iria também definir as dificuldades da ação revolucionária no seio do campesinato.

Se para Marx os camponeses possuem uma contradição com o socialismo/comunismo baseado em suas condições materiais de existência, podendo estas serem superadas pela ação do Estado, para Bakunin são exatamente as condições materiais de existência dos camponeses, fruto unicamente do seu trabalho produtivo e inteligente, que estabelecem as condições de aliança com os trabalhadores da cidade. Segundo Bakunin: “Enfim, sendo trabalhadores, eles só estão separados dos trabalhadores das cidades por preconceitos, não por interesses” (1975, p.116). Portanto, para Bakunin as divisões entre os camponeses e os trabalhadores urbanos se verificavam no plano dos preconceitos⁶, ou seja, “que a consciência de um produzia acerca do outro imagens que impediam a unidade que do ponto de vista econômico e social era óbvia” (FERREIRA, 2010, p.15). Por sua vez, tais preconceitos gerariam uma reação dos camponeses na forma de ódio contra as cidades:

O operário das cidades, mais esclarecido do que o camponês, despreza-o muitas vezes e fala dele com desdém muito burguês. Mas nada faz tanta cólera como o desdém e o desprezo – o que faz com que o camponês responda ao desprezo do trabalhador das cidades com seu ódio. (BAKUNIN, 1975, p.113).

Mas de onde surgiria tais preconceitos e divisões entre trabalhadores urbanos e camponeses? O revolucionário russo, em “Alemanha e o comunismo de Estado” (2000), apresenta uma concepção importante sobre a origem histórica desses preconceitos e desse falso antagonismo fundada em uma concepção espaço-temporal, baseada na separação histórica entre campo e cidade:

Esta tendência dos operários das cidades de formar uma nova aristocracia, uma nova classe dominante ou política, é-lhes, infelizmente, inerente em mais ou menos todos os países do ocidente da Europa. **Desenvolveu-se durante séculos, pela separação que se deu sucessivamente na história**

⁶ Por razão de espaço não irei debater aqui a análise que Bakunin realiza sobre o preconceitos do proletariado urbano em relação ao camponês. Basta pontuar que Bakunin analisa três grandes preconceitos: 1) o preconceito da ignorância ou inferioridade intelectual e religiosidade dos camponeses; 2) o preconceito da lealdade ao Imperador; 3) o preconceito que os camponeses são partidários da propriedade individual (BAKUNIN, Cartas a um Francês sobre a crise atual, 1938).

entre o desenvolvimento relativamente muito mais rápido das cidades e a estagnação relativa dos campos. Agravou-se através da influência que a burguesia exerceu sobre o proletariado das cidades e pela participação direta deste último em todas as evoluções da política burguesa até os dias de hoje. Resultou dela, entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade, uma aparência de antagonismo de interesses. O antagonismo real jamais existiu, [...] e esta aparência fortaleceu-se pela vaidade tola e burguesa dos operários das cidades; na maior parte dos países da Europa ocidental, os operários das cidades imaginam que, do alto de sua suposta instrução, têm direito de desprezar a ignorância dos camponeses. (BAKUNIN, 2000)

Fica claro nesta passagem, portanto, que na teoria de Bakunin os camponeses e operários sofrem incidência social da divisão territorial do trabalho através da separação histórica entre campo e cidade (também entre países centrais e periféricos, etc.), sendo que, nesse processo de desenvolvimento desigual e combinado⁷, gerou-se uma falsa imagem de antagonismo entre ambas as frações trabalhadoras, e que na realidade da luta de classes e no processo de trabalho, ou seja, econômica e socialmente, é inexistente. Os operários urbanos, pelo contato com o mundo burguês e “civilizado” (e especialmente com as teorias que defendiam a revolução política-estatista e burguesa enquanto fator progressivo e inevitável na história) acreditaram serem convocados a “colonizar” ou apoiar a colonização de povos do campo e países agrários. Daí a profunda interligação teórica e política entre a posição anti-colonialista e a defesa do campesinato em Bakunin (exatamente o contrário de Marx). No processo dialético de ação-reação entre o dito “mundo civilizado” e os “bárbaros e camponeses” o elemento progressista do ponto de vista histórico da liberdade (e, portanto do socialismo) são os povos periféricos e “bárbaros” explorados e oprimidos pelo Estado/Capital.

Para a teoria bakuninista o camponês é fundamentalmente um “trabalhador da terra”, sendo esta sua relação com o Trabalho e sua ação concreta no mundo aquilo que o define socialmente. Marx parte de uma análise baseada no elemento lógico da formação da propriedade privada e do desenvolvimento das forças produtivas na constituição e dissolução do campesinato e aponta tais características como definidoras de sua incompatibilidade com a revolução. Portanto, para Bakunin as definições de

⁷Esse tema relativo ao desenvolvimento desigual e combinado, bem como sua importância para a análise geográfica, será tratado mais a frente.

classe são historicamente determinadas, e não logicamente determinadas, sendo que em ultima instância, é a relação que os sujeitos concretos possuem com o trabalho e o capital(que são relações sociais e não "coisas") que definem a sua condição de classe:

O trabalho enquanto relação coloca os camponeses e assalariados rurais na mesma condição: necessidade de superar as restrições materiais impostas pelo "mundo exterior", seja a natureza ou a ordem social capitalista: Para Bakunin o trabalho é uma categoria histórica (vinculada à exploração) e ontológica (já faz parte do ser), sendo assim equivalente a ação. Essa afirmação tem consequências teóricas e políticas importantes ao longo da história, e ainda hoje permanecem fundamentais(FERREIRA, 2010, p. 17).

O campesinato não é definido por Bakunin como "classe média" ou "pequena-burguesia" já que sua ação não explora o trabalho alheio. Sua propriedade não produz a acumulação de capital, a exploração e o lucro. Para haver a exploração é necessária a posse dos meios de produção, mas deter a posse do meio de produção não significa necessariamente exploração. O que determina é a ação imbricada na condição material, ou seja, o trabalho para a própria sobrevivência e de sua família, ou exploração do trabalho alheio e acumulação capitalista. O fato de ser proprietário da terra (ou posseiro, parceiro, etc.) e dos instrumentos de trabalho modifica as condições em que o trabalho do camponês se realiza, porém, não o torna uma classe social com interesses antagônicos aos trabalhadores das cidades. Da mesma forma que o operário fabril não é uma classe "em si", também não o é o campesinato. Ambos podem ser caracterizados de acordo com a teoria bakuninista como frações da classe trabalhadora, do povo ou do proletariado (conceitos que em Bakunin apresentam uma unidade orgânica e horizontal para o mundo do trabalho).

Logo, os camponeses não teriam uma propensão ao conservadorismo porque o que define sua condição de classe (potencialidades e limites da ação) não é um modo de produção insulado que gera uma forma de cooperação social restrita e contrária ou desenvolvimento das forças produtivas, tal como em Marx. Como veremos muito claramente no caso da revolta dos posseiros de Trombas e Formoso através dos "mutirões", o aspecto principal é que assim como o trabalhador urbano, os camponeses vivem do seu trabalho, e serão forçados a aprofundar a divisão do trabalho dentro de

circunstancias específicas, ou seja, serão as próprias necessidades materiais (e não o Estado) que “obrigariam” os camponeses à cooperação econômica (FERREIRA, 2010).

Levando em conta essa análise dos interesses camponeses e suas relações sociais concretas, o Estado não é visto como agente de universalização e síntese de interesses e socialização, já que o campesinato não precisaria de um ente separado e acima dele para conduzi-lo a emancipação. A aliança operário-camponesa é então, para Bakunin, um elemento político-estratégico fundamental para evitar que as concepções anti-camponesas, colonialistas e estatistas(sejam elas jacobinistas, comunistas ou republicanas) provocassem um fortalecimento da contrarrevolução ao tentar impor à revolução nos campos por meio da violência de Estado.

Tal como Guzmán e Molina (2005) concluem em seu livro “O conceito de campesinato”, é possível identificar no revolucionário russo uma teoria do campesinato e da relação campo-cidade⁸. No entanto, devemos ponderar que, não é em todos os países ou momentos históricos que o campesinato teria um papel importante na luta de classes. Sendo as classes sociais historicamente determinadas, possuem também suas potencialidades definidas de acordo com sua ação real e viva no conflito de classes. *A ação faz o ser*. Tal máxima bakuninista é válida tanto para o processo produtivo, do trabalho, como para o processo político-organizativo da luta de classes (e para a compreensão da dinâmica territorial, como veremos mais adiante).

Após essa breve revisão de alguns elementos conceituais, devemos pontuar que algumas “sínteses”: o camponês não é um proprietário no sentido capitalista, pois não detêm a propriedade dos meios de produção do capital, sua propriedade é no máximo, como considerou Marighella (1980), a “propriedade do trabalhador”, tal como as ferramentas de um artesão, ou a moradia própria de um operário urbano. O camponês proprietário (e lembremos que eles são a minoria), portanto, não teria uma tendência ao “individualismo” e ao “conservadorismo”, a não ser como qualquer outra fração da classe trabalhadora que possui uma certa estabilidade para sua reprodução (tal como os atuais trabalhadores do serviço público, com carteira assinada etc.).

Porém, proprietário ou não, o camponês é quase sempre um trabalhador pobre, esfarrapado, oprimido pelos altos impostos e pela repressão do Estado (sempre pronta a

⁸ Ver GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

agir contra a suposta “vagabundagem”). A propriedade ou a posse do camponês é parte da reprodução de sua vida, é onde ele possui materializado o fruto de seu trabalho e de sua relação com a natureza, o camponês olha sua produção de alimentos e vê nela uma extensão de si mesmo, de sua cultura. Mas sua terra de trabalho está sempre ameaçada pelo “roubo” dos proprietários capitalistas e pelo Estado, e quase sempre a propriedade da terra aparece para o camponês mais como ilusão do que como realidade. E nisso consiste o principal erro de Marx (e dos marxistas): igualar o campesinato à classe média e à pequena-burguesia, pelo simples fato de possuírem a propriedade ou a posse jurídica da terra, sem analisar a relação concreta deste com o capital e o trabalho.

Cabe agora, através de uma análise da realidade agrária e do campesinato de nosso país, assentar as bases para a compreensão histórico-geográfica da revolta camponesa de Trombas e Formoso. Não basta de forma alguma apenas proferir dogmaticamente teorias defendidas em uma determinada circunstância histórico-geográfica diferente da que estamos inseridos. Trabalho teórico é criação, não cópia. E deve necessariamente se vincular a prática, caso contrário não será mais que puro charlatanismo.

1.2) A ação política camponesa na formação sócio-espacial brasileira

“O problema nem é estritamente político nem estritamente teórico – é um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados. Esse é um problema que precisa de resposta e resposta política. A questão é saber se a ação política e o sentido político das lutas sociais encontram sua importância histórica nas coisas como são ou nas coisas como deveriam ser, nos fatos concretos vividos pelo campesinato em suas relações visíveis e claras, e em suas relações ocultas, ou nas fantasias dos intelectuais pretensamente descomprometidos.” José de Souza Martins, 1983 (p.13)

Muitas tendências teóricas, socialistas e conservadoras, chegaram a conceber o fim do campesinato ou a sua “nulidade política” se pautando em concepções históricas mecanicistas e lineares, outras buscaram compreender a relação do modo de produção capitalista e relações não-capitalistas de produção (escavidão, economia doméstica, etc.) dentro do próprio desenvolvimento do capital. As análises teóricas mecanicistas, a-históricas e/ou a-espaciais, legaram um grande atraso para a compreensão do desenvolvimento da luta de classes, e especialmente da realidade brasileira.

Tais concepções permanecem vigentes até os dias atuais em importantes círculos acadêmicos e políticos e, portanto, os debates estão longe de estarem esgotados. Tal como o cientista político Paulo R. Cunha (2007) aponta, até hoje o campesinato “é comumente analisado ideológica e culturalmente no processo histórico pelas correntes marxistas como sendo conservador, atrasado, tradicional, e até mesmo contrarrevolucionário” (p.18). Um desses importantes teóricos marxistas contemporâneos foi Eric Hobsbawm, defendendo a concepção de que “movimentos camponeses somente podem se constituir em movimentos políticos a partir da intervenção de agente externos.” (p.18), ou seja, pela tutela do Estado ou do Partido.

No entanto, Cunha (2007) estabelece de forma bastante interessante uma crítica às teorias marxistas, especialmente a de Hobsbawm, às quais não encontram campo fértil de demonstração na realidade brasileira onde as lutas camponesas tratam exatamente de contradizer tais teorias: “Ao que parece, a passividade de Hobsbawm não tem paralelo ante os processos descritos antes, especialmente a partir dos anos 50, quando se verifica um novo patamar de atuação política, a atuação de forma vigorosa das ligas e sindicatos.” (p. 28). Ou seja, os camponeses não apenas no Brasil insistem em contradizer diariamente as previsões teóricas em relação às suas pretensas características e potencialidades.

E é exatamente a partir da década de 1940/50 que diferentes teóricos brasileiros iniciam uma série de debates e conflitos teóricos sobre a questão agrária em nosso país, onde diferentes organizações, especialmente aquelas vinculadas ao Partido Comunista e a CEPAL⁹ debateram profundamente as raízes do campesinato e do conflito pela terra. Nesse período, a disputa intelectual (e política) mais evidente era entre aqueles que defendiam uma herança feudal em nossa história nacional, e aqueles que defendiam que a estrutura político-econômica brasileira, diferente inclusive de outros países da América Latina, possuía bases agrárias mas com um capitalismo mercantil em desenvolvimento. Além dessas abordagens, ainda existia a tese desenvolvimentista “dualista” sobre a questão agrária, que defendia a existência de um conflito entre duas formas de produção no campo, uma forma atrasada e semi-feudal ou pré-capitalista, e outra avançada e interessada na industrialização e desenvolvimento da agricultura¹⁰.

⁹Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

¹⁰ Para melhor compreender tal debate ver: “A questão agrária no Brasil, 1950-2003” de Guilherme C. Delgado (2005). Além disso, deve-se buscar tais debates em sua fonte, ou seja, nos importantes teóricos

De acordo com a concepção de Caio Prado Jr. (1979), a estrutura fundiária brasileira desenvolvida com a colonização portuguesa não teve uma base feudal tal como outros países latino-americanos de ocupação espanhola, e sim uma base agromercantil. A gênese da questão agrária estava baseada em três pilares: 1) Grande propriedade de terras; 2) Exploração de mão-de-obra escrava e; 3) “Exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados por mercados excêntricos” (JUNIOR, 1979). Esse sistema colonial-escravista no Brasil era muito diferente do feudalismo, e as formas de trabalho (chamadas por alguns de feudais ou “semi-feudais”) se aproximavam mais do assalariamento. Era já o início do capitalismo mercantil organizado mundialmente através do avanço do colonialismo. (JUNIOR, 1979).

No entanto, no conflito com os defensores da tese do feudalismo brasileiro, Caio Prado Jr. acabou “girando a vara” da mesma forma lógica para o lado oposto, ou seja, como não rompeu com a concepção histórica mecanicista (muito difundida naquele momento pelas teses da Internacional Comunista – I.C.), caiu também em erros gritantes de análise da realidade brasileira. Vejamos um dos principais erros teóricos e políticos: Caio Prado Jr. afirma em seu livro “A Revolução Brasileira” (1977) que, na transição das relações de trabalho escravistas ocorre uma grande transformação capitalista na agricultura brasileira. Nessa nova configuração de classes, o campesinato não seria nada mais que uma pequeníssima parcela da população, e inexistente na grande maioria da economia nacional. Ou seja, como o Brasil não era um país feudal logo ele era capitalista, sendo ele capitalista suas relações de trabalho deveriam ser hegemonicamente assalariadas. Segundo Caio Prado (1977):

Efetivamente, o que no Brasil constitui propriamente economia camponesa (a exploração parcelaria e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas), **isso representa via de regra um setor residual da nossa economia agrária**. Aquilo que essencial e fundamentalmente forma nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se configuram, em sistema, a grande propriedade fundiária com

da questão agrária como Caio Prado Junior (1977; 1979) e Alberto Passos Guimarães (1968), Celso Furtado (1972) importantes protagonistas do debate feudalismo-capitalismo na década de 50-60 (conjuntura da própria revolta de Trombas e Formoso).

o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores.
(p.46, *grifo nosso*)

Isso é afirmado por Caio Prado na década de 1970, quando a população rural havia acabado de sofrer uma grande queda fruto da modernização conservadora¹¹, deixando de ser a população brasileira predominantemente rural, porém, sem dúvida nenhuma essa população rural vivia em relações de produção hegemonicamente camponesas¹². Portanto, ao negar as absurdas afirmações de que o Brasil seria um país feudal ou semi-feudal, Caio Prado Jr. cai na afirmação imediatamente oposta de que, sendo o Brasil um país capitalista e que, sendo o campesinato uma classe típica do sistema feudal, este não existira no Brasil. José de Souza Martins (1990) resume essa questão da seguinte maneira:

Como obviamente a classificação de tais relações como feudais violava o conhecimento que se tem sobre feudalismo, parecendo antes procedimento primário e simplista e, por isso, equivocado, foi quase como decorrência natural que tais situações e relações passaram a ser a priori definidas como capitalistas, caindo-se no formalismo oposto e muitas vezes ardil de considerá-las formas disfarçadas de relações capitalistas. (p.11 Cataveiro da terra, 1990)

Por outro lado, um setor do Partido Comunista defendeu outro ponto de vista criticado por Caio Prado. Para eles no Brasil existia uma classe latifundiária feudal que através do monopólio da terra e meios de controle político extra-econômicos (o coronelismo, as relações de parentesco, etc.) colocavam uma massa de camponeses a seu serviço em um regime de produção pré-capitalistas tipicamente feudais ou semi-feudais. Esta classe latifundiária teria, nas condições do colonialismo português, se aproveitado da força de trabalho escrava, mas que, com o definhamento do escravismo e sua abolição definitiva em 1888, as formas de parceira, arrendamento, cambão, etc. tomaram as formas mais aproximadas do feudalismo. Alberto Passos Guimarães, em

¹¹Os avanços tecnológicos aplicados à agricultura são a expressão da modernização do campo, e tiveram um grande impulso durante a Ditadura Militar. Com essa modernização a produtividade agrícola cresceu, as safras foram apresentando números cada vez maiores até os dias atuais. No entanto, todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda, êxodo rural e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. Por isso se chama historicamente de modernização conservadora.

¹²No espaço rural brasileiro, até os dias atuais as relações não-assalariadas predominam em termos populacionais sobre às relações assalariadas “tipicamente capitalistas”.

seu importante livro “Quatro séculos de latifúndio” (1968), apresenta essa reflexão teórica¹³.

Veremos que tais disputas teóricas terão consequências diretas sobre os partidos políticos (especialmente o PCB) e os movimentos de massas do campo e da cidade. Política de Frente Única com a burguesia nacional, programa de revolução democrático-burguesa e anti-feudal, tutela e negligência da ação política do campesinato, tais são algumas das consequências desse debate teórico para a luta de classes no Brasil. O geógrafo Ruy Moreira (1985) faz uma importante análise da concepção do PCB (baseada na transposição dos documentos da I.C., mais precisamente as “Teses do Oriente”) tendo em vista a relação campo-cidade e as alianças de classe no Brasil:

Segundo este conceito [“agrarismo e industrialismo”] o Brasil, como parte integrante do “mundo colonial e semicolonial”, a história é conduzida pela contradição que separa, de um lado, a aliança imperialismo-latifundismo feudal, o “agrarismo e industrialismo”, e, de outro lado, a Nação, obstaculizada em seu projeto de capitalismo nacional e pois independente do imperialismo e dos entraves feudais. Conceito agora devolvido ao movimento operário e intelectual, para servir, sob a forma ideológica do nacionalismo, de força de massa popular-trabalhadora à disputas intra-bloco do poder levadas pela burguesia industrial, que, então, já começa a encarnar o que nos anos 50 se designará por “burguesia nacional e progressista”, e que substanciará o “pacto populista”. (MOREIRA, 1985, p.115)

Essa concepção, por sua vez, ao impedir a aliança dos operários aos camponeses subordinando o movimento operário à aliança com a “burguesia nacional”, terá uma forte influência sobre a própria luta camponesa, servindo como meio das classes dominantes de impedir a “aliança cidade-campo dos dominados fundamentais” (MOREIRA, 1985), ou seja, a aliança operário-camponesa. Segundo Ruy Moreira (1985):

¹³Outros intelectuais contemporâneos como Nelson W. Sodré reafirmaram a tese dos restos feudais na realidade brasileira. Segundo Cunha: “O autor reafirma (...) a tese da existência de uma particularidade histórica brasileira, configurada na presença de relações feudais, e até admite a existência de restos feudais contemporâneos em nosso processo histórico, tendo por resultado o conceito de regressão feudal” (CUNHA, 2007, p. 40-41).

Costurando a estratégia do movimento operário e camponês sob a aparência lógica feudal-imperialista do “agrarismo e industrialismo”, **o movimento operário e socialista, organizado na hegemonia pecebeana, nega a aliança operário-camponesa como motor da história, a define como aliança subordinada à aliança nação-burguesia industrial e confere a hegemonia da história à burguesia nacional.** (p.129, grifo nosso)

É importante ressaltar aqui as distintas e conflituosas análises dentro do campo do marxismo brasileiro que legaram também uma importante bibliografia que nos ajuda a compreender a nossa formação sócio-espacial. Apesar disso, não poderia deixar de ressaltar que importantes contribuições se desenvolvem exatamente como negações mesmo que parciais às bases teóricas de Marx mesmo quando se mantendo “fiéis” defensores dos seus postulados. Tal é o caso de Ruy Moreira quando critica tão veementemente a subordinação do Partido Comunista à política de aliança com a burguesia nacional, sendo que pudemos ver anteriormente de forma clara que esta é uma questão de fundo oriunda da própria concepção histórica de Marx.

1.3) As características do campesinato brasileiro

O campesinato brasileiro possui uma grande diversidade étnico-cultural e econômica. Além dessa diversidade *concreta* (baseada na sua existência mesma), existe ainda a diversidade *classificatória* ou *conceitual*, tendo em vista que o trabalhador do campo é historicamente chamado de diversas outras formas que não sob o conceito de camponês. Martins (1983) afirma que o conceito de campesinato começa a ser forjado e utilizado (e isso não apenas nos meios intelectuais) como fruto do processo de acirramento de luta de classes no campo, onde as distintas identidades camponesas se

organizam e agem unificadamente¹⁴. É no conflito político de classes que os conceitos de camponês e latifundiário se forjam no Brasil:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1983, p.22-23)

Devemos então compreender quais são as universalidades e particularidades do campesinato em nossa formação sócio-espacial, ou seja, quais as características que os fazem camponeses (e os unificam à universalidade própria deste conceito), e o que os fazem camponeses brasileiros, ou seja, suas características próprias enquanto parte de uma específica formação sócio-espacial, com sua configuração e conflitos de classe.

Podemos dizer que a obra de José de Souza Martins é um marco nos estudos sobre campesinato no Brasil. Isso porque rompeu com os modelos vigentes pré-fabricados e apresentou diversas teses realmente novas sobre a questão agrária brasileira. O sociólogo rompeu com a dicotomização capitalismo-feudalismo que pautaram o debate sobre o tema até a década de 80 e apresentou, especialmente em “O cativeiro da terra” (1990) uma profunda análise sobre como o capitalismo produz relações de produção não-capitalistas para sua própria reprodução ampliada. Segundo Martins (1990):

¹⁴Seguindo a mesma linha, Leonilde S. Medeiros (apud Cunha) considera o Congresso Camponês de 1961 um marco para o reconhecimento geral do conceito “Camponês” como unificador dos vários sujeitos em luta no campo: “Se o Congresso de Belo Horizonte é considerado um divisor de águas entre as correntes que disputavam a hegemonia da condução das lutas dos trabalhadores rurais, ele guarda outro significado também. Antes de mais nada ele marcou como nenhum outro o reconhecimento social e político da categoria ‘camponês’, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo... (Leonilde S. Medeiros, 1989)” (CUNHA, 2007, pg. 100)

A minha hipótese é de que o capitalismo, na sua expansão não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. (p.20)

No caso do Brasil, a principal relação não-capitalista de produção seria àquela baseada na “renda da terra”, ou seja, quando o uso da terra (que não é uma mercadoria e sim um “bem natural”, já que não é produzida pelo trabalho humano) está sujeito ao pagamento de um tributo, podendo ser renda em trabalho, em espécie ou em dinheiro. Esta renda, que efetivamente só pode existir sob a base do monopólio de classe sobre a terra, existe muito antes do capitalismo, porém, segundo Martins ela permanece existindo sob o capitalismo e ao mesmo tempo se transforma de acordo com o desenvolvimento global deste mesmo sistema. Nesse sentido: “Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista” (MARTINS, 1990, p.20). Isso implica o motivo pelo qual ela não deveria mais ser vista como “resquícios feudais” que serão eliminados em alguma etapa histórica de “capitalismo puro” (urbano-industrial, independente etc.).

Isso é um marco teórico importante, pois desfaz os modelos mecanicistas da história ao passo que não “obriga” o intelectual a considerar forçadamente e simplisticamente tudo como capitalismo, já que, de fato a exploração sofrida pelo campesinato brasileiro não é de natureza “tipicamente capitalista” (não produz diretamente a mais-valia, não é assalariada, etc.), apesar de ser engendrada e reproduzida por ele desigual e contraditoriamente.

Aqui chegamos a um ponto fundamental, se é o próprio conflito de classes no campo que faz emergir o campesinato como ator político no Brasil, qual a natureza social deste conflito e, portanto, do camponês?

A luta pela terra, especialmente no período anterior ao golpe militar de 1964, tem em geral como pano de fundo a expansão da fronteira agrícola, baseada na concentração de terras e no controle social e econômico das massas camponesas. Porém, como veremos, a luta pela terra se expressou também em diferentes realidades e de formas diferenciadas: nos arrendamentos, no cambão, nas usinas e engenhos, nos territórios indígenas e quilombolas, dentre outras.

Estes conflitos pela terra, no entanto, apresentam diferentes sentidos para os sujeitos envolvidos. Para os latifundiários e capitalistas o envolvimento na luta pela terra tem o objetivo da concentração da propriedade da terra, é uma luta pela propriedade privada. Para os camponeses, porém, o envolvimento na luta pela terra ocorre por um impulso completamente diferente, ou melhor, antagônico. A sua luta, apesar de aparentar uma reivindicação da “propriedade privada da terra” (tal como muitos teóricos marxistas e conservadores buscaram qualificar a luta camponesa) é, na verdade, uma luta pela possibilidade de “trabalhar e viver na terra”, sem a sua subjugação aos interesses dos grandes latifundiários e do Estado. Segundo José de Souza Martins (1983), ao analisar a luta dos camponeses posseiros, é na luta pela terra que se expressa a verdadeira contradição no campo brasileiro:

“É exatamente nesse momento que o posseiro é definido do ponto de vista do capital: ele deve ser expulso porque deprime ou elimina, ou seja, destrói a renda fundiária. *A posse é a negação da propriedade*. Se o grileiro ou o pretendo proprietário lhe pagar pela terra, a renda fundiária estará deixando de existir *para o capital*. É como se o rico estivesse pagando um tributo ao pobre para poder ser capitalista.” (MARTINS, 1983, p.116-117)

Sendo assim, a territorialização do capital no espaço agrário possui formas-conteúdo completamente distintas da territorialização do campesinato, e que constituem não apenas uma diferença, mas uma disputa fundamental, um conflito irreconciliável: “a questão que está em disputa, portanto, é a questão entre duas formas de ocupação da terra: entre a propriedade e a posse” (MARTINS, 1983, p.130). Podemos ver então que os posseiros tem centralidade na análise de Martins exatamente por evidenciarem de forma mais clara os antagonismos no campo.

Nesse sentido, compreender a *natureza anti-Estadoeanti-Propriedade* da luta camponesa brasileiro é algo fundamental. Entretanto, que o campesinato “em geral” teria uma tendência ao conflito com o Estado, daí a identificação as vezes equivocada deste ao anarquismo por alguns importantes teóricos do tema¹⁵, mas como afirmar que o campesinato brasileiro teve em sua história uma relação de combate à propriedade

¹⁵ Ver IANNI, Octavio. **Revoluções Camponesas na América Latina**. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.

privada da terra? Essa elaboração vai na contramão de todas as explicações ortodoxas em relação ao tema. Expliquemos então tal “ousadia teórica”.

Os camponeses brasileiro (posseiros, arrendatários, etc.) existiram, resistiram e produziram historicamente na terra sem qualquer título de propriedade. Sua ação enquanto camponeses era precisamente o trabalho na terra. Nas pequenas comunidades que aglutinavam posseiros, a terra não era vendida ou comprada, não era mercadoria, o que determinava as fronteiras, ou seja, o *território* mesmo de cada família camponesa era a capacidade de trabalhar a terra de cada uma delas. O trabalho camponês, por sua vez, combinava as formas de trabalho familiares com os coletivos, tais como os chamados “mutirões”, meio tradicional e histórico de ajuda mútua do campesinato brasileiro.

Ocorre que com a mercantilização da terra¹⁶ o camponês posseiro passa a ser despossado, desterritorializado, ele, no entanto, ao lutar para permanecer em sua terra (uma das facetas da luta pela terra), não está, como pode aparentar, lutando pela propriedade da terra, e sim lutando objetivamente contra o avanço desta. O avanço da propriedade privada da terra através da sanção jurídico-legal e da violência do Estado significou historicamente a expropriação do camponês brasileiro, e momento onde este se deparou frente a frente contra dois inimigos comuns: o Estado e o Capital.

Nesse sentido, a luta pela terra no Brasil pode ser definida como “uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio” (p. 145). O trabalho do camponês, sem a terra para poder produzir, passa a ter que necessariamente ser vendido como força de trabalho para exploração direta pelo capital, porém, mesmo com a posse ou a propriedade da terra o camponês é vítima das cadeias de produção capitalista que extorquem sua produção excedente (seu trabalho excedente) e através de uma série de mecanismos de mercado e políticas estatais, tais como a política burguesa da “fronteira em movimento” (MOREIRA, 1985), exploram a força de trabalho e a produção camponesa. O conflito existente entre posse e propriedade é também abordado por Martins (1988) através da centralidade da relação entre Trabalho e Liberdade:

¹⁶ Especialmente a partir da Lei de Terras de 1850.

Então, a noção de posse é uma noção que privilegia não a terra mas o trabalho: a terra entra como instrumento do trabalho, como mediador do trabalho. (...) Mas se trata também de uma outra coisa, uma coisa que é essencial na vida do migrante, do migrante-posseiro. Ele luta radicalmente pela sua liberdade, a terra e a liberdade. (MARTINS, 1988, p.131)

Tal relação de conflito com a sociedade do capital torna, portanto, a luta do campesinato não apenas uma luta pela terra (como instrumento de produção dentro das engrenagens do capitalismo) mas também pela autonomia e pela liberdade, ou seja, uma luta política pelo território livre da exploração do Estado e do capital.

Para o sociólogo a posse da terra, ou a “terra de trabalho”, deveria ser reivindicada como elemento revigorador da luta de classes no campo, único elemento capaz de destruir a propriedade privada da terra e com isso a renda da terra¹⁷. Numa perspectiva teórico-política similar, Bakunin (1938) apontava também a necessidade de estabelecer um sistema pós-revolucionário baseado na posse da terra e na destruição da propriedade privada, tendo em vista sua similar caracterização do campesinato como trabalhador¹⁸. Inclusive, através desta teoria do campesinato brasileiro, tendo como base principal os estudos de José de Souza Martins, pude perceber uma série de elementos próximos e incorporáveis à teoria geral do anarquista russo Mikhail Bakunin.

A constante luta contra o avanço da propriedade privada da terra (na forma de renda da terra capitalizada) teve como consequência a formação de outra característica do campesinato brasileiro: o camponês-migrante. Diferentemente da formação do campesinato em outros países em que estes possuíam maior estabilidade na terra, a formação do campesinato brasileiro é marcada pelo movimento de

¹⁷ Fato que o levará a criticar severamente a concepção de reforma agrária via políticas estatais e pactos com o bloco no poder: “Há claro desencontro entre a luta pela terra e a luta pela reforma agrária. Desencontro que se deve ao fato de que a luta pela terra, que cresceu no Brasil durante a ditadura, atinge no cerne o direito de propriedade e, em consequência, o edifício político da sociedade brasileira. Enquanto que a luta pela reforma agrária traduz a luta pela terra na língua das alianças de classes, dos pactos políticos e da defesa política da forma de propriedade que temos.” (MARTINS, 1988, p.67)

¹⁸ Respondendo aos defensores da “coletivização forçada”, o anarquista russo afirma que: “Pero dejándoles repartir entre ellos las tierras que hayan arrancado a los propietarios burgueses, no se establece sobre un fundamento más sólido y nuevo la propiedad individual? No, porque la consagración jurídica y política del Estado les faltará, el Estado y toda la constitución jurídica, la defensa de la propiedad por el Estado, comprendidos en ella el derecho de familia y el derecho de herencia, debennecesariamente desaparecer en el inmensotorbellino de la anarquía revolucionaria.” (BAKUNIN, 1938, p.132). Esse posicionamento (em defesa da posse da terra) será uma consequência da crítica anarquista ao Estado, já que o programa revolucionário anarquista não propõe a centralização das propriedades pelo Estado, e sim a gestão direta dos próprios produtores “de baixo para cima”.

(des)(re)territorialização, ou seja, a constante resistência contra a expulsão da terra através da expansão da fronteira agrícola. Com a sua desterritorialização inicia-se a longa marcha do campesinato para as margens da fronteira agrícola e terras devolutas, para novamente se reterritorializar, preparando a terra, trabalhando a terra, até ser novamente expulso pelo avanço do latifúndio e da empresa capitalista.

Obviamente que muitas mudanças nas características do campesinato ocorreram até os dias atuais, porém, para analisar o período que desejamos podemos dizer que, em síntese, o campesinato brasileiro é: 1) trabalhador; 2) migrante (despossuído); 3) fruto do desenvolvimento desigual do capitalismo. Nesse sentido sua ação de classe: a) Opõe a posse da terra à propriedade privada da terra; b) Opõe-se ao Estado que legisla e outorga às grilagens de terra e expande a fronteira agrícola através da força policial e dos incentivos da política agrícola e do “planejamento territorial”; c) Afirma potencialmente a posse da terra (terra de trabalho e liberdade) como alternativa ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

1.4) A centralidade dos Conflitos e da Territorialização para a compreensão da formação sócio-espacial

“Esta harmonia, é a ausência de luta, a ausência de vida, é a morte. Em política é o despotismo. Olhem para toda a história e convençam-se que em todas as épocas em todos os países em que há desenvolvimento e exuberância da vida, do pensamento, da ação criadora e livre, houve divergência, luta intelectual e social, luta de partidos políticos...”

Mikhail Bakunin

Deve ficar claro que, obviamente, a processo de conceituação do campesinato brasileiro não poderia se fechar em si mesmo e, dessa forma, abriu outros campos de definições conceituais fundamentais: definição de classes sociais; concepção de história; relação campo-cidade. O debate que farei agora (sobre conflito, luta de classes e

produção dos territórios) é então uma decorrência desse desenvolvimento teórico e que, por sua vez, não é de forma alguma desinteressado em relação ao específico contexto histórico e o “movimento socioterritorial” (FERNANDES, 2005) do qual analiso neste trabalho.

Como pudemos ver até aqui, o caminho que defini para a compreensão teórico-histórica do campesinato brasileiro teve que necessariamente perpassar pela defesa (como método analítico superior) dos conflitos e da luta de classes em oposição à teoria lógico-formal baseada no “desenvolvimento das forças produtivas” e a teoria de conciliação de classes (ou no caso específico do Brasil a teoria da “democratização em geral”). Posso dizer também, para justificar melhor minha posição, que a teoria do “desenvolvimento das forças produtivas” em muitos momentos se “fundiu” a teoria da conciliação de classes: a história do Partido Comunista Brasileiro é um exemplo disso, o atual governo do Partido dos Trabalhadores também, mesmo considerando que obviamente estes partidos possuem tradições políticas distintas.

Portanto, a opção pela análise teórica com centralidade nos conflitos de classes está diretamente vinculada a própria insuficiência da concepção histórica de Marx “como um processo cumulativo, em que o desenvolvimento técnico corresponde à divisão do trabalho e a socialização” (FERREIRA, 2010). Segundo propõe o sociólogo Andrey Cordeiro Ferreira, o debate intelectual sobre a classe trabalhadora brasileira deve passar por uma renovação conceitual, absorvendo as contribuições teóricas bakuninistas, especialmente no que tange a compreensão do campesinato (dentro do debate mais amplo de classes sociais) e da relação campo-cidade, mas também sobre a concepção de história, campo esse que o marxismo, apesar de ora ressaltar a determinação estrutural sobre a ação das massas, e ora ressaltar a importância da ação dos sujeitos, sempre o fez em um “quadro geral” de centralidade do desenvolvimento econômico-industrial (FERREIRA, 2010).

De fato o teórico Andrey C. Ferreira apresenta diversos elementos novos e mais sistematizados para o debate, o que eleva-o para outro patamar. No entanto, muitas outras contribuições da própria tradição marxista foram elaboradas em relação a esse debate, mesmo que em muitos casos de forma descontínua e através de críticas parciais. José de Souza Martins foi um importante crítico das concepções “economicistas” nas

ciências sociais. Relacionando corretamente este debate de concepção histórica com as formulações conceituais em relação ao campesinato, Martins (1983) afirma que:

(...) há uma distorção teórica na discussão política que hoje se faz nos meios acadêmicos a respeito das lutas camponesas. Nela, a história é concebida como o desenvolvimento das forças produtivas e das alterações que tal desenvolvimento promove nas relações sociais. Certamente, o desenvolvimento das forças produtivas tem um papel crucial no processo histórico e no alcance das lutas políticas. Entretanto, fazer dela sinônimo de história é uma heresia. (p.14)

Mais a frente deixa claro qual sua concepção: “Ora, o processo histórico é constituído pelas relações sociais, pelas relações e antagonismos de classes” (p.14-15). Nesse sentido podemos fazer aqui mais uma vez, sem exageros, uma aproximação de José de Souza Martins com as concepções bakuninistas de história e da luta de classes. Isso porque Martins, através da crítica das concepções economicistas que tomam de maneira formal/reificada o desenvolvimento das forças produtivas como centralidade, retoma a importância dos conflitos e da ação concreta dos sujeitos na luta de classes como determinante na história.

Trazendo esse debate para o terreno propriamente da realidade agrária, Caio Prado Jr., em seu livro “A Questão Agrária no Brasil” (1979), desfere também uma crítica muito importante a suposta neutralidade na concepção teórico-política de Celso Furtado e aponta a necessidade de uma análise classista para compreender o campo brasileiro:

(...) a parcela de humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados (...). Não é, evidentemente, possível considerar essas categorias e classes sociais tão apartadas umas das outras, com seus respectivos problemas de natureza tão diversa, em conjunto, e como se formasse uma totalidade indiscriminada (JÚNIOR, 1979)

Na verdade Caio Prado estava colocando em evidência a falta de coerência nas propostas desenvolvimentistas da CEPAL que propunham solucionar os problemas da

“agricultura brasileira” tratando as análises teóricas e as propostas decorrentes meramente no campo do desenvolvimento econômico (supostamente neutro), sem considerar os conflitos entre as classes como um fator decisivo para compreender a própria economia do país. A economia não se desenvolve “acima do bem e do mal”, muito menos para atender uma suposta “vontade geral”.

É nesse sentido que Caio Prado formula uma sentença ainda mais importante em relação à compreensão histórica, que contribui consideravelmente para a crítica aos cepalinos de sua época, mas também às próprias concepções desenvolvimentistas-burguesas que hegemonizavam o Partido Comunista: “A técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso somente vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. O progresso tecnológico não significa uma melhoria de condições do trabalhador.” (JÚNIOR, 1960) O que define, portanto, o sentido e a finalidade mesma da técnica (e, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas) é o próprio sujeito que opera conscientemente e objetivamente tal técnica. É ação do sujeito que determina. Estando sob a dominação do sistema capitalista, “desenvolver a economia” significa desenvolver a exploração, pois é esse o sentido e a finalidade do sistema e da própria burguesia enquanto sujeito histórico.

Colocado desta forma fica claro que os conflitos no mundo agrário brasileiro expressam uma natureza de classe, desde o seu conteúdo até a forma violenta como o conflito se desenvolve e se apresenta aos olhos da sociedade. Por outro lado, esta conceituação se torna fundamental para analisar a luta dos “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2005) tais como a revolta de Trombas e Formoso, já que desta centralidade no conflito de classes iremos necessariamente desenvolver a nossa análise para a contribuição geográfica da formação dos territórios, sendo o Conflito elemento fundante do Território, sendo dialeticamente através do conflito a possibilidade de emergência dos “territórios livres” ou dos “contra-espços”¹⁹ (MOREIRA, 1985).

1.5) O conflito social na formação dos territórios

¹⁹“Espaço/contra-espço são as formas de estrutura espacial que exprimem as lutas respectivas das classes antagônicas e vão surgindo no interior dos seus embates. Mais que uma simples negação, contra-espço é negação afirmadora de uma ‘práxis’ transformadora” (MOREIRA, 1985, p. 18)

O geógrafo Bernardo Mançano (2005) apresenta uma importante teorização sobre a formação dos territórios que nos será muito cara nesse trabalho, tendo em vista especialmente nosso objeto de pesquisa. Porém, como “saltar” do debate sobre conflito e luta de classes para o debate sobre a formação dos territórios? O fato é que os territórios não podem existir sem o conflito (ou fora dele), e por outro lado, os conflitos sociais e políticos possuem necessariamente um rebatimento material no espaço geográfico que ocorre exatamente através da formação dos territórios, portanto, essa é uma questão central e que nos fará agora retomar algumas categorias fundamentais da geografia.

Sendo o espaço social a “materialização da existência humana” (Fernandes *apud* Lefebvre, 2005, p. 26) e, sendo esta mesma existência permeada pelos mais diversos conflitos e relações sociais e pelos movimentos próprios da vida conflituosa, ocorre que o espaço social transfigura-se em diversos tipos de espaços: territórios, regiões e lugares. O território entendido dessa forma deve excluir necessariamente as concepções positivistas que historicamente buscaram naturalizar a formação dos espaços geográficos, especialmente o Estado territorial – como se fossem estes a expressão natural (étnica, biológica, etc.) da unidade de um povo, quando na verdade por uma análise materialista vemos que todos os Estados modernos se formaram historicamente pela opressão de nacionalidades e classes sociais, ou seja, pelo conflito social.

Quanto a essa questão nacional, Fernandes (2005) afirma que: “o espaço geográfico de uma nação é o seu território” (p.27), no entanto, este nunca é homogêneo ou total (apesar de poder ser hegemônico), existindo dentro de um mesmo território nacional-estatal territórios-outros que não o hegemônico, que podem ou não disputar essa hegemonia, esse poder central. As revoltas camponesas, desde os quilombos, os territórios indígenas, até as revoltas camponesas do século XX (como Trombas e Formoso) são expressões de outros territórios dentro do território nacional hegemônico pelo Estado.

Sendo, portanto, fruto de relações sociais (e destas com a natureza) o território é o espaço *a posteriori*, ou seja, uma decorrência da própria dinâmica sociedade-natureza que cria e recria diferentes tipos de espaços, dentre eles o território. Segundo Fernandes (2005):

O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. (FERNANDES, 2005, p. 28)

No entanto, apesar de ser parte das relações socioespaciais mais amplas, o território forma-se também como uma totalidade própria, podendo ser território material ou imaterial. Estes se formam sempre em sua diferenciação própria em relação ao “Outro”: outras classes ou grupos sociais, outros países, outras concepções teóricas, etc. diferenciação esta que se define pelas fronteiras e limites (materiais, sociais, simbólicos, teóricos) estabelecidos entre os sujeitos em luta, e que, por sua vez, definem e criam os próprios sujeitos “em si”.

Esta conceituação de território é importante para o pensarmos como um espaço em disputa, ou seja, não apenas fruto de relações sociais em geral (tal como o definimos até aqui), mas relações sociais que possuem necessariamente conflitos engendrados por grupos ou classes sociais que se materializam no espaço através de fronteiras, cercas, códigos, simbologias, etc. Nesse sentido, o território possui uma relação direta com as conflitualidades em nossa sociedade. Segundo Fernandes (2005):

A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflito no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida ou de morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. (FERNANDES, 2005, p.30)

O conceito exposto se torna fundamental não apenas para a análise geográfica especificamente, mas em relação ao próprio debate geral “Conflito *versus* Conciliação”, e isso pelo simples fato de que o conflito não é uma opção tal como fazem crer alguns

defensores da tese da conciliação (incutindo responsabilidade inclusive aos grupos oprimidos insurgentes), mas uma necessidade da própria dinâmica de transformação social, da qual o conflito (e por vezes a própria violência) é condição *sinequanon* da própria possibilidade de existência e vitória da “liberdade” sobre a “dominação”. Dialeticamente o movimento prático de destruição-criação existe em ambos os polos dos distintos conflitos sociais, pois ele é próprio da dinâmica da vida. Tanto usineiros destroem e constroem territórios quanto os indígenas, mesmo que em termos gerais e sistêmicos deste caso específico, os indígenas tenham obviamente um papel muito mais negativo-ativo e os usineiros um papel muito mais positivo-conservador. Isso evidencia a necessidade de abandonar o “senso comum” que muitas vezes condena os conflitos sociais (em geral a violência que eles podem gerar) como simples escolhas dos sujeitos envolvidos, ao invés de compreender sua real profundidade e significado.

O território, portanto, expressa o movimento das contradições e antagonismos do e no espaço social. Esse movimento territorial apresenta ao mesmo tempo a destruição e a criação, a expansão e o refluxo de diferentes territorialidades, e se expressa através do processo geográfico definido como **TDR: territorialização – desterritorialização – reterritorialização**. (Fernandes, 2005). Tal processo geográfico é a representação do movimento ininterrupto pelo qual os territórios se formam e se reproduzem. A territorialização ocorre através da expansão e ou criação de novos territórios, por sua vez a desterritorialização ocorre com a destruição e refluxo nos territórios já constituídos. Nesse movimento, portanto, não existe “vazio de poder”, existe sim o conflito permanente (por vezes aberto e violento) entre distintas forças políticas que destroem e constroem novos territórios.

Como decorrência dessa conceituação, Fernandes (2005) apresenta uma leitura geográfica específica sobre a ação dos movimentos de luta pela terra. Todo movimento social possui uma dimensão espacial de sua ação, pois toda relação social existe apenas através do espaço e, portanto, a análise geográfica dos movimentos deve-se levar em consideração o rebatimento espacial destes. No entanto, nem todo movimento social possui o território como “trunfo” (Fernandes, 2005). Isso diferencia claramente os diversos tipos de movimentos tanto em suas formas quanto aos seus conteúdos (aos seus programas políticos, concepções, objetivos, métodos de ação, identidade, etc.). A estratégia insurrecional de criar territórios liberados no campo é um exemplo muito claro de movimento socioterritorial. É quando a luta pela terra se torna uma luta pelo território, uma luta pela construção de um novo poder através da destruição do velho

poder. Desde a luta de Canudos (através do messianismo) podemos identificar essa característica territorial latente em diversos movimento camponeses.

1.6) O Desenvolvimento Geográfico Desigual

“A história do território brasileiro é, a um só tempo, uma e diversa, pois também é a soma e a síntese das histórias de suas regiões. (...) O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo.”

Milton Santos, 2008, p. 23.

Para compreender a realidade brasileira, em suas dimensões política, econômica e social, é necessário estabelecer suas relações externas, ou seja, com o sistema mundial de acumulação capitalista e interestatal²⁰, e suas internalizações e particularidades. Tal processo diz respeito a análise dialética Parte-Todo, necessária a busca teórica da totalidade que se comprometa com uma análise dinâmica e histórica da realidade. Atualmente possuímos contribuições teóricas primorosas sobre esse tema na geografia. Milton Santos (1977), Ruy Moreira (1985) e David Harvey (2004), cada um a sua maneira (e inclusive, muitas vezes utilizando conceitos e pontos de vista diferentes) buscaram explicar a importância do espaço geográfico para a compreensão do desenvolvimento histórico, bem como, inversamente, a vinculação intrínseca da análise do espaço ao tempo-histórico, ou seja, o espaço como “processo”, como “formação”, como “desenvolvimento”, e não apenas como forma estática e cristalizada. Esse é um dos importantes motivos pelo qual esses três geógrafos compõem (de maneira desigual e contraditória) o movimento de ruptura da geografia crítica com a geografia tradicional.

²⁰ Segundo o conceito de José Luis Fiori, apresentado em “O sistema Interestatal Capitalista no início do século XXI”, in: FIORI, J.L., O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. Também pelo artigo de OSÓRIO, L.F.B., “O sistema mundo no pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: um estudo comparativo” (2010).

Milton Santos, em seu escrito “*Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*” (1977), apresenta o conceito de **Formação Sócio-Espacial**, fundamental para análise dialética da realidade. Defendendo a relevância do conceito marxista de Formação Econômica e Social (F.E.S.), o geógrafo, no entanto, apresenta uma reflexão sobre o papel secundarizado do espaço nesta caracterização, e nesse sentido propõe uma modificação no conceito de F.E.S. para abarcar a importância do espaço nele contido. Segundo Santos (1977), a noção de F.E.S. é indissociável da realidade concreta, com sua diversidade e particularidades próprias, tendo ela sido utilizada por Lênin exatamente para analisar a realidade particular da Rússia.

Essa concretude da realidade só pode ser pensada, no entanto, considerando o espaço e o desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2004), já que as diversidades e desigualdades grafadas no espaço através de formas-conteúdo próprias (rugosidades), frutos da divisão técnica e social do trabalho, das diferenças culturais e políticas dos povos, frutos de diferentes relações com a natureza etc., modificam, relativamente, as tendências gerais de uma determinada sociedade. Segundo afirmou Milton Santos: “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada” (1977). Nesse sentido:

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um de seus momentos. (SANTOS, 1977, p.89)

[...] A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A *práxis*, ingrediente fundamental das transformações da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais. (SANTOS, 1977 p. 92)

Isso significa que a análise da realidade não pode levar em conta apenas um enfoque histórico, a-espacial, onde os modos de produção (primitivo, escravista, feudal, capitalista) se sucedem na História metafisicamente. Na verdade, “a História não se escreve fora do espaço” (SANTOS, 1977), é no espaço que as sociedades se diferenciaram historicamente uma das outras e que, a partir da formação histórica das classes sociais, passaram a transformar tais diferenças geográficas em desigualdades sociais, opressão e exploração. Ao fim e ao cabo, um dos principais elementos que possibilitam essas reflexões é a ruptura com as concepções teóricas “mecanicistas” e arbitrárias, geralmente vinculadas a um marxismo ortodoxo que pensa a realidade como uma sucessão linear e “pura” de modos de produção.

O geógrafo Ruy Moreira, em seu livro “O movimento operário e questão cidade-campo no Brasil- Estudos sobre sociedade e espaço” (1985), ao passo que vai analisando a própria realidade brasileira apresenta uma importante reflexão teórica sobre a formação sócio-espacial:

No seu plano geral, cada forma de estrutura espacial, configurativa da divisão internacional do trabalho que lhe está na raiz, ordenará sistemas de contradições mundiais temporalmente próprias, por isso diferindo umas das outras. Todas têm em comum, todavia, o fato de serem a territorialização da tríade dialética universalidade-particularidade-singularidade. Isto é: o imperialismo (universalidade) se territorializa em formações econômico-sociais (particularidade) que diferem umas das outras por suas estruturas de classes próprias (singularidade). O elo que faz das formações econômico-sociais formas particulares de realização do imperialismo é o fato de se organizarem sobre a base de forças produtivas organizadas crescentemente em nível mundial. (MOREIRA, 1985, p. 33)

Seguindo uma indagação similar, o teórico David Harvey (2004) coloca como fundamental a compreensão das “diferenças geográficas” e para isso desenvolve o conceito de **Desenvolvimento Geográfico Desigual**. Essas diferenças segundo Harvey (2004) teriam sido historicamente formadas pela própria ocupação humana da terra, da relação das diversas sociedades com a natureza:

A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosas) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um “paralimpsesto” – composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros (...). (HARVEY, 2004, p.110-111)

Harvey propõe sua teoria do desenvolvimento geográfico desigual através de uma reflexão sobre a combinação e formação das distintas escalas da realidade. A escala não é algo dado, totalmente natural, as diferentes escalas são produzidas de acordo com as “mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e lutas políticas” (HARVEY, 2004, p.108). Apesar de serem também influenciadas pelo meio natural (ecossistemas, etc.), as diferenças escalares que possibilitam a ação humana são fruto especialmente dos avanços tecnológicos (especialmente nos transportes e comunicações, ou seja, o próprio princípio geográfico da “conexão”), bem como das várias condições político-econômicas (comércio internacional, conquistas e alianças geopolíticas, etc.).

Falar de “diferenças geográficas”, da produção de diferenças de escalas e formas espaciais, é voltarmos à concretude da formação sócio-espacial de Milton Santos frente à concepção mecanicista das “etapas históricas” homogêneas. Harvey (2004) afirma inclusive como crítica às correntes socialistas que: “o objetivo de criar uma pessoa socialista homogênea e unificada nunca foi plausível” (p.118). Ou seja, a concepção desenvolvimentista que impregnou as teorias socialistas em diversos sentidos: desde as definições arbitrárias do operário urbano-industrial como sujeito revolucionário, até as defesas puramente lógico-formais da necessidade do desenvolvimento das “forças produtivas” para se passar a “etapa” do socialismo, tais teorias devem ser criticadas no sentido da compreensão da impossibilidade e irracionalidade da homogeneização sócioterritorial. Ou seja, essa compreensão é necessária tanto para analisar corretamente o capitalismo, como para construirmos um “novo mundo”, ou seja, é uma definição teórica para pensar as transformações (destruição-criação) histórico-geográficas.

O Estado e o Capital, que tentam através da conquista e da guerra abrir novos territórios de exploração das massas trabalhadoras a níveis mundiais, buscando

centralizar e “ordenar” as diferenças geográficas, são na mesma medida impactados pela dinâmica ação-reação (ou dominação/libertação e espaço/contra-espaço, tal como definiu Ruy Moreira²¹), que produz as resistências locais, e as unifica universalmente num objetivo comum anticapitalista. Sendo assim, para Harvey tal reflexão Particularidade-Totalidade não é um mero retrocesso a uma espécie de relativismo e ecletismo pós-modernos, mas a tentativa de um sério debate “das relações entre semelhança e diferença, entre a particularidade desta e a universalidade daquela” (Harvey, 2004, p.118).

Podemos agora de maneira mais clara debater a relação campo-cidade, as configurações de classe e os seus conflitos no Brasil, mais especificamente na revolta camponesa de Trombas e Formoso. A formação histórica das cidades e a diferenciação campo-cidade compõe a própria história das relações entre as classes e das expressões da divisão técnica e social do trabalho no território. São, portanto, parte fundamental do exercício de teorização quanto ao campesinato e a luta pela terra e/ou território.

A compreensão da dimensão territorial da divisão social e técnica do trabalho é em termos histórico-geográficos a própria separação do campo e da cidade, do trabalho manual e intelectual, da agricultura e da indústria, do centro e da periferia do capitalismo mundial, etc. As classes sociais (trabalhadora e burguesa, em suas diferentes frações) são afetadas diretamente por essas relações desiguais, em escala local, regional, nacional ou internacional, de formas diferenciadas e combinadas, expressas, porém, de formas particulares a cada localidade, mas sempre sofrendo o peso determinante das escalas mais amplas e gerais que as englobam.

Mas qual o sentido desse debate para entender o campesinato? O fato é que essa reflexão abarca a formação histórica das classes sociais. Por isso está presente, mesmo que de forma implícita, em toda a argumentação das teorias materialistas e dialéticas, ora pressupondo a homogeneização sócioterritorial (como o fim das relações pré-capitalistas), recaindo em defesas anti-camponesas e do colonialismo (com importância

²¹“O espaço, na linha da relação espaço-poder, é tomado como estrutura determinante da reprodução dos antagonismo de classes (...). Esta ordenação da reprodução de antagonismos, vemos-la através do modo como o confronto dominação/libertação entre capital e trabalho se exprime na forma de espaço/contra-espaço.” (MOREIRA, 1985, p.17-18)

fundamental na ação do Estado e no desenvolvimento das forças produtivas, como vimos anteriormente), ora pressupondo que o campesinato possa ser sujeito revolucionário da sociedade socialista, com determinação central para o conflito de classes. Parece-nos que a dimensão conceitual da ciência geográfica é fundamental para compreender tal questão.

CAPÍTULO 2 -NO OLHO DO FURACÃO: A REVOLTA CAMPONESA NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA

“Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos.”

José de Souza Martins, 1983, p.10.

A classe trabalhadora brasileira gozou de poucos momentos de verdadeira liberdade e autonomia. As primeiras organizações de trabalhadores do final do século XIX e início do século XX de tipo sindicalista revolucionária tiveram essa característica e foram desenvolvidas sob a experiência de luta dos imigrantes europeus animados pela ideologia anarquista de J. Proudhon (1809-1965) e Mikhail Bakunin (1814-1876). Além

disso, podemos dizer que no final dos anos 70 e início dos 80, o movimento sindical construiu formas de organização (em especial as oposições sindicais e comissões de fábrica) que resgataram parcialmente, através do conflito com a patronal e com a estrutura sindical oficial, as práticas da autonomia e liberdade dos trabalhadores. Porém, essa definição ainda está muito centrada em uma “história urbana” dos trabalhadores e pouco tem a nos dizer sobre a dura odisseia popular da luta camponesa no Brasil.

Apesar de protagonista de grandes enfrentamentos e explícita capacidade de ação, o campesinato brasileiro não possuiu a devida atenção teórica de que merece, e a compreensão da história de luta dos trabalhadores brasileiros permanece relativamente incompleta. Importantes batalhas com grandes contingentes de camponeses armados, tomadas de cidades inteiras e diversas vitórias parciais sobre o Exército Brasileiro marcam a história do campesinato de norte a sul de nosso país. As organizações camponesas de caráter nacional começam a surgir a partir da década de 1940, fruto do conflito de classes no campo e seus diferentes impulsionadores (Partido Comunista, Igreja, Ligas Camponesas, Sindicatos, Associações, etc.). É exatamente nesse processo de “ebulição” do conflito de classes no campo que emerge a revolta de Trombas e Formoso, enquanto expressão das contradições de classe e do grau de organização do campesinato em nosso país.

A luta dos trabalhadores rurais ou urbanos apresenta, tanto em suas formas quanto em seus conteúdos, elementos historicamente construídos pelas diferentes alternativas políticas que as associações de trabalhadores trilharam na resolução de seus conflitos internos e externos. Para compreender o significado histórico-geográfico da revolta de Trombas e Formoso devemos, portanto, nos atentar as alternativas colocadas historicamente na disputa das organizações dos trabalhadores rurais no Brasil. As disputas teórico-ideológicas entre partidos e movimentos ocorreram em todos os níveis – local, regional e nacional –, das assembleias de base até congressos nacionais. Além disso, ocorreram em diferentes modelos de organização: associações, sindicatos, ligas, etc. que em muitos momentos se confundiram, se completaram mutuamente ou se colocaram em clara oposição.

A eclosão e o fim da revolta de Trombas e Formoso marcam um momento chave da luta camponesa e do próprio desenvolvimento capitalista em nosso país. Marcam um momento de ação e organização relativamente livres e autônomas frente ao Estado

brasileiro, e que será afogado em sangue pela Ditadura Civil-Militar que objetivamente inaugura um novo período onde a tutela, o controle e a repressão do Estado sobre a classe trabalhadora (e o campesinato em especial) será uma das características fundamentais. Como veremos então, a disputa teórica em cima da liberdade e autonomia na ação dos trabalhadores toma contornos históricos fundamentais para compreender o início e o fim da revolta de Trombas e Formoso. Todo o debate teórico até aqui levantado está intimamente relacionado ao entendimento da conjuntura da época.

2.1) O contexto histórico-espacial, nacional e regional.

Nas décadas de 1940 e 50 diversas lutas camponesas tiveram como um de seus fatores de emergência as políticas de colonização agrícola do governo federal, nas chamadas “frentes de expansão”. Iniciava-se em nosso país um período marcado por um forte discurso governamental e uma forte ideologia das classes dominantes no sentido do “nacionalismo”²² e do desenvolvimento capitalista (reproduzidas, tal como vimos, em maior ou menor grau pelo próprio Partido Comunista). Essa ideologia estatal se traduz naturalmente pela via da geopolítica, ou seja, visando a instrumentalização do espaço para fins político-militares, o que no caso do Estado brasileiro indicava a importância da unificação nacional, especialmente através da colonização civil, mercantil e estatal do território. Os chamados “espaço vazios” deveriam ser não apenas preenchidos, mas, principalmente, conectados e centralizados geograficamente através das ferrovias e rodovias nacionais.

A política de Getúlio Vargas de “marcha para o Oeste” que visava essa unificação do território nacional tinha no estado do Goiás um ponto estratégico de ligação da Amazônia com o restante do país. Essa política modificará a configuração econômica e política (portanto, da luta de classes) na região central do país, modificação que atingirá diretamente o Partido Comunista e as organizações camponesas frente à nova realidade:

²²Vale ressaltar aqui que de fato a partir de uma análise global do capitalismo brasileiro os governos autoritários mais “nacionalistas” não passaram da aplicação de políticas que, com diferenças de graus, aprofundaram a dependência da economia e da política brasileira frente ao imperialismo.

(...) a marcha capitalista para o Oeste delinearía os contornos de urbanização e de um desenvolvimento localizado, com forte influência da região do Triângulo Mineiro e, posteriormente, com a fundação de Goiânia, seriam fatores que permitiriam apontar como a realidade nacional e regional influía na configuração inicial do Partido Comunista no estado, permitindo ainda compreender os impasses e desdobramentos relativos ao período 1950-1964. (CUNHA, 2007, p.114-115)

Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008), a primeira metade do século XX pode ser considerada como um período²³ de transição na história territorial brasileira, entre a época colonial (onde o território é organizado “para fora”) e a integração nacional. Será marcada pelo desenvolvimento de uma rede brasileira de cidades e o estabelecimento de uma forte hierarquia entre elas, com a construção de rodovias e ferrovias conectando o território e o mercado nacional, criando, contraditoriamente, por um lado novas colônias e cidades no interior, e por outro concentrando cada vez mais a população nos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo. Segundo Santos (2008): “Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais” (p.31).

Esse período de grandes transformações econômicas, políticas e territoriais terá um forte impacto sobre diferentes características da vida nacional. Segundo dados trazidos pelo estudo de Milton Santos (2008) há um alto crescimento da população global do país, passando de 30 milhões em 1920, para cerca de 83 milhões em 1965. Além disso, inicia-se um processo histórico de êxodo rural, onde a população urbana passa a crescer muito mais que a população rural (está última chegando a ficar estacionária nos anos de 1950 e 1960), fato esse oriundo “muito menos à existência de emprego nas cidades que à persistência de uma estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro” (p.40). Mas que fique claro, as transformações ocorridas nesse período desenvolveram a integração no sentido da expansão do controle do Capital e do Estado sobre o território e sobre as massas trabalhadoras do campo e da

²³ Segundo Santos (2008) o conceito de período histórico está relacionado a “pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.” (p.24)

cidade, reproduzindo assim, sob novas técnicas (forças produtivas) e arranjos espaço-temporais, as “velhas estruturas sociais” (SANTOS, 2008, p.37).

Um dos primeiros episódios de conflito agrário de maior envergadura, fruto da política de “marcha para o Oeste” e de colonização agrícola, segundo Cunha (2007), será a revolta camponesa de Porecatu e a do Sudoeste do Paraná, ambas tendo origem na instauração da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada por Getúlio Vargas no ano de 1943 em uma área de 350 mil hectares na região de Capanema, Barracão, Santo Antonio e Francisco Beltrão, e que criou altos fluxos migratórios especialmente de trabalhadores paulistas e nordestinos. Tal como Trombas e Formoso, esses conflitos no sul do país (especialmente a Revolta de Porecatu) tiveram ativa presença de militantes comunistas no armamento, organização e retaguarda do movimento camponês.

No entanto, os camponeses (posseiros e migrantes) que atraídos pela promessa dos governos iam em busca de um pedaço de terra para “roçar”, eram apenas um dos polos do conflito socioterritorial. De onde e porque surgiam então os latifundiários? Segundo Cunha (2007), os processos de colonização levaram ao aprofundamento do conflito pela terra no país especialmente por conta das grilagens “resultantes do processo valorizativo da transformação da terra em mercadoria” (CUNHA, 2007, p.153), agravado pelo fato de que em muitas colônias os posseiros sequer recebiam o título de propriedade do Estado, aumentando a insegurança frente as pressões do latifúndio e empresas estrangeiras.

Em 1941 é fundada a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (Cang) no meio-oeste goiano, mais especificamente na região de Ceres. Os objetivos econômicos e de povoamento tinham como pano de fundo a integração de Goiás à economia nacional, a ligação da região central do país com a Amazônia, e ampliação do mercado consumidor e produtor agropecuário (CUNHA, 2007).

Porém, segundo a análise do cientista político Cunha (2007), as instaurações das colônias agrícolas de povoamento e produção tinham não apenas uma função geopolítica para o Estado capitalista no sentido de proteção contra possíveis “inimigos externos”, tal como bradava a ideologia “nacionalista” das classes dominantes, mas a geopolítica se baseava na necessidade especial de contenção da luta de classes no campo, ou seja, os “inimigos internos”:

Concretamente, à época estava em gestação a política que viria a ser retomada e largamente utilizada pelos governos posteriores, que procurava o equacionamento do problema fundiário por meio de políticas de colonização, procurando manter inalterada a estrutura agrária vigente. O objetivo principal dessa política era aliviar as tensões que as correntes migratórias ocasionavam nos centros urbanos. (CUNHA, 2007, p. 154)

Essa política estatal de colonização, enquanto maneira de controlar as classes trabalhadoras do campo e da cidade é analisada por Ruy Moreira (1985) através do conceito de “fronteira em movimento”. Segundo Moreira (1985), a “fronteira em movimento” carrega consigo o movimento geográfico de territorialização – desterritorialização – reterritorialização do campesinato no interesse das classes dominantes de nosso país, e isso especialmente pelo fato de que impõe uma “contra-reforma agrária” que visa atenuar o conflito camponês nas áreas mais dinâmicas da economia capitalista, mandando o campesinato abrir novas fronteiras agrícolas na periferia agrária, para depois serem novamente expropriados (pois dificilmente conquistavam os títulos das terras) ou subjugados aos interesses do capital. Em ambos os casos o campesinato é desterritorializado, pois perde o controle efetivo sobre sua própria reprodução social. E em ambos os casos estão resguardados os interesses do Estado na integração nacional. Segundo Ruy Moreira:

O que importa observar em toda essa dinâmica da “fronteira em movimento” como forma de manifestação das lutas de classes é que sua face agrária, deslocando as tensões camponesas para os centros de gravidade territorial do monopólio da terra para a “periferia”, enfraquece o poder de confrontação camponesa a este monopólio e reduz o potencial que o campesinato pode levar para uma aliança com o operariado urbano consistente. Os levantes camponeses em áreas de “fronteira externa”, embora fortes, só tangencialmente afetam o monopólio fundiário e tendem a manterem-se como movimento de “fronteira”. Contrariamente, os levantes camponeses em áreas de “fronteira interna” são de impacto estrutural imediato porque atingem o monopólio no seu centro territorial. Todavia, o campesinato da “fronteira externa” é mais livre, ao passo que o campesinato da “fronteira interna” é mais controlado em suas ações e independência, esta quase inexistente. (MOREIRA, 1985, p. 128)

Podemos dizer então, que o conceito de “fronteira em movimento” é muito importante para compreender esse movimento geral de acumulação capitalista nas décadas de 1940 e 1950, e do desenvolvimento da luta de classes nesse período. Porém, ao caso de Trombas e Formoso deve-se acrescentar a peculiaridade de estar localizada a cerca de 300 km da construção de Brasília e às margens da futura rodovia Belém-Brasília, fatores que tornam o conflito “periférico” em “central”, no que tange ao acúmulo de tensões e interesses em jogo.

O cenário então estava formado para a eclosão dos conflitos agrários no estado de Goiás. A isso se somava o fato de que aos posseiros a caminho da Cang eram propostas condições que não foram cumpridas. Além disso, o crescimento populacional foi vertiginoso, passando de 900 habitantes em 1943 para 29.522 no ano de 1950. Com os problemas se acumulando na região, especialmente relacionados a falta de assistência e de apoio técnico (além do abandono por parte da administração e do governo), as possibilidades de empreendimentos econômicos cooperativos de camponeses foram a cada dia ficando mais inviáveis. Segundo relata Cunha (2007): “Ao final e como consequência desses fatores, verificou-se na região uma progressiva reestruturação fundiária em propriedades maiores e sua conversão econômica à produção pecuária” (p. 156). Será deste processo socioterritorial que surgirão as condições de desenvolvimento da revolta camponesa no meio-norte de Goiás. As próprias lideranças comunistas que liderariam futuramente a luta em Trombas e Formoso serão “formadas” primeiramente na Cang.

Ao passo que a ideologia nacional-desenvolvimentista vai impondo um ritmo mais acelerado de avanço e interiorização das relações de mercado, tendo como “trunfo” a urbanização e conexão territorial do estado de Goiás, é nesse processo que se forma o Partido Comunista em Goiás. Apesar de o estado ser predominantemente agrário com um processo gradual de urbanização, mas com baixíssima industrialização, os comunistas até a década de 1950 irão concentrar sua atuação objetivando organizar o “operariado” em aliança com a burguesia nacional. Isso ocorre por uma clara miopia teórico-política em relação ao papel do campesinato na configuração de classes do estado e do próprio país, fato que explica em partes o baixo número de conflitos no campo até a década de 1950.

A atuação do Partido Comunista em Goiás foi, porém, se remodelando de acordo com o próprio acirramento do conflito de classes oriundo do desenvolvimento capitalista na região. Ou seja, as organizações políticas foram diretamente afetadas com a conjuntura e as transformações socioterritoriais:

A situação de transição econômica por que passava o estado de Goiás, no entanto, apontava para o acirramento da intervenção partidária e aconteceu principalmente em razão do processo desencadeado com a marcha para o Oeste e o Norte, com a fundação de Goiânia, a construção da Belém-Brasília e a fundação da Colônia Agrícola de Ceres. (CUNHA, 2007, p.118)

Com as dificuldades da Cang em atender à necessidade dos camponeses e viabilizar condições para a produção e reprodução da vida na região de Ceres, tendo em vista também o adensamento populacional e os novos migrantes que chegavam, as grilagens de terras e a falta de assistência por parte do Estado, os camponeses foram se instalando nas matas ao norte de Ceres, região esta que depois ficaria conhecida como Trombas e Formoso: “Os posseiros puderam inicialmente se instalar nas matas com relativa tranquilidade e, em pequenos grupos, começar a trabalhar suas posses e habitar as margens dos córregos que eram abundantes na região.”(CUNHA, 2007, p.165). Esse processo ocorre em meados da década de 1940, e, apesar de registros da pressão de fazendeiros grileiros que abordavam os camponeses pedindo taxas de arrendamento, não houve registros de conflitos de maior envergadura nesse primeiro momento. A situação começará a modificar a partir de 1950.

A região onde se localizava Trombas e Formoso era abundante em córregos, terras muito férteis, próxima à futura nova capital federal e as margens da rodovia Belém Brasília. A área ficava no meio-norte do Estado de Goiás, mais precisamente “se estendiam da antiga Santana de Mochambambo, hoje Uruaçu, sede de comarca, até Porangatu, cem quilômetros ao norte” (ABREU, 1985, p.19). Apesar dos inúmeros córregos, a hidrografia da região é modesta, desprovida de grandes rios, com exceção do rio Tocantins. A área era “cortada em todos os sentidos por uma infinidade de cursos d’água, córregos e ribeirões perenes” (ABREU, 1985, p.16), sendo nas margens destes o local escolhido pelos camponeses para construir as casas e roças, já que durante os períodos de chuva as “terras marginais” se tornavam muito férteis. Em relação as

características da vegetação da área, Sebastião de Barros Abreu (1985) descreve da seguinte maneira:

Como em todo planalto central, a vegetação ali dominante é o cerrado, constituído por um estrato herbáceo de capins e gramíneas, e outro arbóreo-arbustivo, representado por espécies vegetais pequenas, retorcidas e espaçadas, de cascas grossas e folhas pilosas, como o pau-terra, o araticum, o barba-timão, a lixeira e o piqui... Ao longo dos córregos e rios, uma formação vegetal compacta assinala a presença da floresta tropical, com suas matas-galerias, onde o jatobá, o cedro, a peroba e o tamboril se desenvolvem ao lado dos bacuris, das guarirobas e de outras palmeiras. (ABREU, 1985, p.15)

A região é também muito acidentada, com diversos morros e serras, se constituindo por sua vez em uma importante característica geográfica para estabelecer as posições guerrilheiras no decorrer do conflito armado. Do alto das serras se estabeleciam os piquetes, dos quais ninguém podia passar por aquelas bandas sem ser percebido pelos camponeses armados. O clima da região, o tropical úmido, possuía períodos bem marcados de chuva e de seca, fator que também teve consequências diretas sobre o conflito armado, tendo vista que os bandos de jagunços e policiais esperaram o período de seca, quando os córregos não estavam cheios e os ribeirões perenes “secavam”, dando capacidade de caminhões e tropas passarem sem grandes dificuldades.



Figura 1 - Porangatu: Micro-região de Goiás que compreende 19 municípios, dentre eles Formoso e Trombas. (Fonte: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5000&id_not=5) Acesso em: 23/11/2013.

Os posseiros que vieram a se instalar em Trombas e Formoso eram camponeses pobres e migrantes advindos de outras expulsões de terras, vítimas da estrutura agrária brasileira. Eram homens, mulheres e crianças dos sertões da Bahia, do Ceará, do interior do Maranhão, do Piauí, e também de diversos pontos de Goiás, todos eles vinham fugidos da seca, da miséria e da exploração, vítimas do latifúndio. Porém, os posseiros que buscavam sua sobrevivência naquelas bandas do país mal sabiam que estavam no “olho do furacão”, construindo seus casebres e roças sob a pressão de interesses do Estado, grandes latifundiários e investidores estrangeiros²⁴. A terra (como fator de produção e especulação) e o território emergiriam como um único objetivo para os sujeitos interessados. Olhando por esse ponto de vista poderia parecer impossível a vitória armada daqueles camponeses sem as mínimas condições de vida, no entanto, mal

²⁴“Há, aliás, dados bem recentes sobre a existência de conexões internacionais no sentido de grilar terras devolutas na área de Porangatu na mesma época, quando houve a associação entre grileiros e seus tradicionais aliados (latifundiários, advogados, donos de cartórios, juízes, políticos etc.) e empresas americanas interessadas na área, fato esse denunciado posteriormente em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional” (CUNHA, 2007, p.168)

saberiam que a história lhes guardaria um lugar de honra junto a tantos e tantos outros que ousaram enfrentar a onça e “assaltar os céus”.

2.2) A eclosão e a organização da revolta em Trombas e Formoso

O conflito na região de Trombas e Formoso começa efetivamente no ano de 1950. Nessa época as terras já estavam sofrendo um forte processo de valorização: iriam fazer cerca de dez anos da instauração da Cang na região, a abertura da rodovia Belém-Brasília, e a própria construção de Brasília que já estava colocada no “horizonte” da geopolítica nacional. Todos esses fatores foram decisivos para atizar o processo de valorização fundiária e com isso as possibilidades de especulação e espoliação dos camponeses da região.

É com o intento mais agressivo de grilagem das terras por parte dos latifundiários que se inicia objetivamente o conflito na região. Segundo Cunha (2007), os fazendeiros atuaram nesse primeiro momento por meio de duas linhas de ação: a violência direta contra os posseiros, queimando as roças e casas, espancando os moradores e torturando mulheres e crianças; a segunda forma foi encaminhada paralelamente e consistia em atuar nas vias “jurídicas”, para grilar os títulos das terras devolutas e se passarem por legítimos proprietários. De forma geral, essas ações dos latifundiários eram práticas estruturais na realidade agrária brasileira, consequência de uma classe que vê a terra como mercadoria, meio para fazer negócio, e ao mesmo tempo possui o poder político-judiciário ao seu lado.

Os camponeses, por sua vez, tentarão resistir até o ano de 1954 pela via da legalidade, buscando de todas as formas os títulos de propriedade. Nesse primeiro momento da “luta legal” (1950-1954), as duas principais lideranças são: José Firmino em Formoso e José Porfírio em Trombas, sendo que não existia de fato uma articulação entre as lutas nas duas localidades. José Porfírio organiza então os posseiros de Trombas de forma paralela à luta em Formoso, mas também segue uma via legalista de resolução dos problemas, tentando inclusive, segundo Cunha (2007), um acordo com os grileiros. Porém, em uma de suas viagens para Goiânia, a fim de conseguir o apoio do governo estadual e resolver trâmites burocráticos e jurídicos, José Porfírio recebe do próprio procurador do estado uma espécie de “salvo conduto” para a resistência armada,

já que este admite a impossibilidade do governo em reprimir e prender todos os posseiros. Quando de sua volta da viagem, as coisas começam a mudar:

Na volta, Porfírio encontra sua posse queimada e sua mulher acabou falecendo pouco tempo depois em decorrência desse fato. Esse também é o momento em que o PCB já tinha enviado seus militantes para atuarem na região, estando esses presentes em Formoso. O encontro do Partido Comunista e o camponês José Porfírio significará uma nova fase de articulação, em que a resistência e o direcionamento político da luta incorporarão uma nova dimensão. (CUNHA, 2007, p.173)

O primeiro contato dos militantes comunistas com a luta dos posseiros da região será em 1953, na área de Formoso, quando José Firmino recebe a visita de Geraldo Tibúrcio, um militante comunista residente da Cang. Este último volta a Cang provocando euforia com a notícia da disposição de luta dos posseiros de Formoso. São enviados a partir desse momento alguns quadros comunistas para morar e viver na região a fim de organizar a luta (quadros quase inalterados no decorrer de todo o processo). São eles: Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce Machado. Segundo Cunha (2007): “Esses militantes [...] vão se constituir no Núcleo Hegemônico (NH), o eixo político e organizacional condutor do processo de luta na região” (p.171). Mas Firmino não irá permanecer na luta de Formoso por muito tempo²⁵, e de fato será José Porfírio a principal liderança camponesa a organizar a resistência a partir de 1954.

Cunha (2007) delineia qual a concepção estratégica e dinamizadora que Trombas e Formoso se inseria na concepção geral do núcleo comunista que se dirigia para viver e lutar lá, e qual seria então o papel desse novo núcleo partidário em um processo de revolução no campo:

²⁵ Segundo Cunha (2009), tendo Firmino uma postura mais combativa no sentido de enfrentar os grileiros e defender as posses, este terá “sobre seus ombros as consequências maiores de sua postura, sendo brutalmente torturado” (p.59). Segundo o livro de Abreu (1985): “Primeira voz a se erguer valentemente contra a pretensão dos grileiros, o baiano Firmino sofrera, sozinho, as consequências de sua rebeldia. Preso várias vezes pelo delegado de polícia, respondia a diversos processos por invasão de propriedade, desacato à autoridade e incitamento a desordem. Seus filhos e genros também foram presos e seviciados e todos tiveram suas lavouras arrasadas pelo gado dos grileiros.” (p.54). Após isso, e mais algumas tentativas frustradas de organizar o povo para resistir, Firmino não será mais visto na região.

Na verdade, tinha-se esgotado a possibilidade de trabalho político na Cang. O Zonal e a base de Ceres, a partir daquele momento, se transformam em um ponto de apoio e dinamização das lutas na região. Militantes comunistas, como Geraldo Marques, João Soares, e pouco depois, José Ribeiro e Dirce Machado, têm por destino Formoso e Trombas, para preparar a resistência dos posseiros e da região, a fim de transformar no ponto de onde eclodiria a revolução no País. (CUNHA, 2007, p. 163)

A revolta de Trombas e Formoso ocorre exatamente nessa conjuntura política que Cunha (2007) aponta como um “segundo momento” de atuação do PCB no estado de Goiás, marcado por uma guinada para o campo e para o trabalho de massas. Nesse momento, sob a orientação do “Manifesto de Agosto” e do IV Congresso, é quando ocorrem o I e II Congresso Camponês em Goiânia, em 1951 e 1952, ocasião em que é fundada a União dos Camponeses de Goiás (UCG) que em 1954 se tornará em União dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás (ULTAG). Segundo Cunha (2007):

O segundo momento da história do PCB Goiás desenvolve-se entre 1950 e 1964, com especial ênfase para o trabalho de campo. Esse período de intervenção está associado à nova fase de expansão do capitalismo no campo e à colonização do norte do estado, onde o crescimento do partido pôde ser acompanhado por dois elementos importantes: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e a construção da Belém-Brasília. (p.127)

Ao que tudo indica, a relação entre a linha insurrecional do Manifesto de Agosto e do IV Congresso e as condições objetivas e subjetivas para levá-la a cabo encontraram uma bem sucedida união, “tendo sido incorporada entusiasticamente pela militância de base particularmente nos locais de conflito resultantes do processo e agudização das frentes de expansão capitalista.”(CUNHA, 2007, p.132) Portanto, nessa primeira metade da década de 1950 a situação do PCB em Goiás será de articulação de núcleos e militantes em torno da preparação da revolução brasileira desde o campo. Analisava-se que a região teria um papel estratégico no processo revolucionário como foco detonador, tendo em vista o avanço e acúmulo da luta camponesa no estado de Goiás. Por essas e outras razões “o trabalho partidário tinha certas características militares, particularmente no reconhecimento de pontos estratégicos.” (CUNHA, 2007, p.158).

Contraditoriamente à política de luta armada e criação de territórios liberados, a partir de 1954 inicia-se a propaganda e as iniciativas de construção do sindicalismo rural, na sua feição “moderna” (Cunha, 2007, p.79), ou melhor, oficial e estatal. Existirá claramente uma diferenciação e conflito entre as duas propostas políticas. Não que a primeira linha negará completamente a luta reivindicativa (Trombas e Formoso é um exemplo disso), mas os métodos e formas de organização não apenas se diferenciavam mas também se opunham no plano estratégico. Nesse primeiro momento o conflito entre a política de sindicalização e a política insurrecional aparecerá mais como um conflito interno no PCB, mas com o tempo (com os rachas no PCB e fortalecimento das Ligas Camponesas) emergirá essencialmente como conflito entre PCB e Ligas Camponesas.

A transformação da situação para o conflito geral e aberto em Trombas e Formoso teve o seu estopim após a batida do grileiro João Soares, líder das ações político-militares contra os posseiros, acompanhado da polícia e dos seus jagunços na posse de camponês “Nego Carreiro”. Ocorre que havia saído um mandado liminar para reintegração de posse contra os posseiros. A partir de então, João Soares organizou uma “expedição” de jagunços e policiais para intimar os camponeses da decisão judicial, porém, aproveitando para saquear suas colheitas. Segundo Abreu (1985) relata em seu livro: “(...) João Soares ia se apoderando do arroz recém-colhido pelos posseiros. ‘Vocês nunca pagaram o arrendo – dizia. Agora pagam tudo de uma vez’.” (p.60).

Porém, Nego Carreiro já era conhecido por aquelas bandas por não aceitar o pagamento do arrendo. Tivera uma história de vida muito sofrida, vendo seu pai a vida toda sendo extorquido pelos latifundiários. Desde que havia chegado naquela região e arrumado sua posse, Nego Carreiro já havia tido problema com os grileiros, se negando a pagar o arrendo. Diziam que havia sido marcado pra morrer. Portanto, naquele dia em que João Soares ia saquear sua colheita, Nego Carreiro novamente se negou em pagar o arrendo, houve então um tiroteio no qual o sargento Nelson, que tomou a iniciativa contra o posseiro morreu baleado na testa e outro soldado foi ferido, ficando sem uma das orelhas. O restante da jagunçada e dos policiais fugiram desesperadamente, assustados frente a reação enérgica do camponês. Nego Carreiro fugiu. Desse momento em diante região transforma-se em um campo de batalha: “Os tiros de Nego Carreiro ecoaram por todos os córregos, pelas serras e campo, repercutindo intensamente nas ruas de Formoso e Trombas” (ABREU, 1985, p.68).

O enfrentamento já era esperado pelas lideranças camponesas, e os preparativos para tal já estavam sendo tomados, tanto militarmente (treinamentos e aquisição de armas) quanto organizativamente (construção de uma associação)²⁶. As primeiras leva de armas começam a chegar em 1954, fruto da política partidária do PCB e de campanhas de solidariedade aos posseiros. O próprio PCB já possuía um setor específico chamado “Trabalho Especial” que se constituía no Braço Armado do Partido. Esse setor teve atuação importante (técnica-logística, bem como de cursos militares, etc.) em vários processos de luta armada nesse período, e teve uma participação importante em Formoso:

No caso de alguns movimentos, em especial de Formoso e Trombas, o TE teve uma participação ativa, fornecendo armas ou orientação tático-estratégica que perdurou até meados de 1960, quando a situação de conflito no local apontava para o fim da luta armada e já delineava como solução para o impasse o equacionamento político da questão. (p.87)

Porém, a despeito de experiências anteriores dos comunistas e camponeses em confrontos com o aparato repressivo do Estado, a revolta em Trombas e Formoso teve uma série de particularidades. Os camponeses, por uma série de fatores, apresentaram uma grande capacidade de resistência, que os fez lutar por cerca de três anos (1955-1957), saindo vitoriosos ao final do processo. Nesse processo de luta, os camponeses ousaram confrontar na prática as concepções mecânicas do marxismo que viam no campesinato um sujeito individualista e pequeno-burguês, dando grandes demonstrações de coletivismo e avançando, ao ritmo da luta, a consciência política. Façamos então uma breve leitura sobre a estrutura guerrilheira sob a qual se garantiu a resistência dos camponeses:

1) Conhecimento sobre o território: Os posseiros, tendo conhecimento profundo sobre o palco aonde ocorreriam o teatro de operações militares, souberam tirar grande vantagem disso, incorporando na estratégia de resistência uma concepção de guerrilha muito particular, que soube aproveitar muito bem as especificidades e características geográficas da área. Sendo mais específico, Cunha (2007) afirma que

²⁶ Abreu (1985) relata da seguinte maneira a forma como a notícia foi recebida pelas lideranças comunistas de Trombas e repassada para o resto do Partido: “Geraldo Marques, entusiasmado, mandou um lacônico bilhete para Goiânia: ‘Aqui já tem um de pé *pra riba*. Mandem armas’.” (p.68)

Inegavelmente, essa estratégia viabilizou a resistência e igualmente possibilitou que outras táticas de luta fossem metodologicamente aprimoradas com rara intuição militar. De certa forma, as táticas eram muito aproximadas às táticas de guerrilha de Mao Tsé-tung, que consistiam em fustigar com alguns tiros o inimigo que se aproximava do piquete e recuar para outro ponto determinado, poupando a escassa munição e fazendo melhor uso das poucas armas existentes. (p.179)

O conhecimento do território é decisivo para as forças em combate, especialmente para os grupos e classes sociais oprimidas, pois podem tirar grande proveito desse fator quando lutam sob a forma da guerra irregular (de guerrilhas) contra inimigos militarmente poderosos (potências imperialistas, exércitos regulares etc.). Não é a toa que o geógrafo Yves Lacoste desse tanta importância ao conhecimento do espaço dentro da luta de classes. Em uma conjuntura que o movimento revolucionário pregava a criação de “um, dois, três, muitos Vietnãs” (Che Guevara), Yves Lacoste (1988) afirma categoricamente a necessidade de “saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater... Afinal, nem toda região montanhosa e arborizada é SierraMaestra”. Os posseiros de Formoso e Trombas, mesmo com a pouca experiência com armas e do quase nenhum conhecimento militar, já demonstravam na prática essa questão.

2) Rede de comunicação ágil: O conhecimento do espaço não faz sentido como mero capricho descritivo ou contemplativo, mas possui uma função muito prática de organização e orientação dos sujeitos e forças sociais nos conflitos. É da aplicação prática dos conhecimentos territoriais superiores que uma ágil rede de comunicação será formada pela guerrilha camponesa em Trombas e Formoso: “Um outro elo dessa integração foi o estabelecimento organizacional e integrado de uma rede de comunicações entre as várias áreas do conflito, com cuidado especial em relação à vigilância nas entradas de acesso” (CUNHA, 2007, p.179). A agilidade na comunicação tem relação direta com o princípio geográfico da conexão/integração, ou seja, de onde depende a capacidade de se empreender uma ação estratégica comum em vastas extensões territoriais.

Essa comunicação ágil, além da função de transmitir orientações táticas, tinha também a função de agitação e propaganda. Através do líder estudantil secundarista, Walter Valadares, que havia abandonado os estudos e a vida em Goiânia para aderir à guerrilha dos posseiros, chegou em Trombas um mimeógrafo, doado por uma organização estudantil. Ele foi muito útil para a produção de volantes da Associação, aonde as palavras de ordem eram distribuídas às bases. Além disso, toda essa rede de comunicação foi importante para manter mobilizado os camponeses frente a propaganda dos grileiros, que “sobrevioaram a região, lançando milhares de volantes prometendo vingança implacável pelo morte do sargento e do filho de Antônio Campum” (ABREU, 1985, p.70-71).

3) Participação das mulheres: A originalidade da rede de comunicação guerrilheira em Trombas e Formoso estava na participação intensa de mulheres e crianças. Porém, o papel das mulheres não se esgotava na comunicação. A participação destas foi decisiva especialmente nos momentos mais tensos da luta “em que o quadro militar parecia prestes a desabar e os homens, que deveriam ficar na vigilância dos piquetes, vacilavam e o pânico chegava a tomar conta de muitos deles” (CUNHA, 2007, p.179). Nesses momentos da luta, as mulheres tomaram diversas vezes o papel destinado hegemonicamente aos homens e substituíram-nos de armas em punho nos piquetes e sistemas de vigilância. Muitos homens ficaram em casa cuidando dos filhos e dos trabalhos domésticos enquanto as mulheres iam corajosamente para a linha de frente. “Me dá essa calça e veste uma saia. Eu vou pro piquete no seu lugar – diziam aos vacilantes” (ABREU, 1985, p.58). A camponesa Dirce Machado cumpriu um importante papel na organização das mulheres.

4) Confiança e identificação entre direção e base: Outro fator importante para a organização e vitória da luta armada foi a confluência de intensões e práticas das lideranças comunistas e da massa camponesa, e isso por uma postura peculiar tanto da direção quanto da base: as lideranças com a linha política de construir a luta “de baixo para cima”, democraticamente, e os posseiros dispostos a resistir e lutar pela terra. Em uma entrevista com José Ribeiro, essa via de mão dupla e identificação entre direção-base é apresentada da seguinte forma:

Agora, a facilidade que teve aqui da gente organizar o povo é porque havia o espírito de revolta do povo aqui. O povo estava ameaçado, eles sabiam se não

tomasse posição não tinha outra saída [...] nós trabalhávamos no cabo da enxada, da foice, do machado, fazendo cerca, carpindo roça, colhendo arroz, junto com o povo aqui, ombro a ombro, cada um tirou sua posse, seu pedacinho de terra. Eles viram nós também como camponês igual a eles. Não viemos aqui como corpo estranho aqui. Vocês fazem isso, fazem aquilo. Não, aqui nós viemos pra cá viver a vida aqui, ombro a ombro, comer o feijão com arroz, às vezes sem sal, às vezes sem manteiga, passar fome junto com eles, [...] viver a vida junto com eles aqui e por isso nós ganhamos a confiança deles... (CUNHA, 2007, p.181)

5) Manutenção da produção através do “Mutirão”: No decorrer do período de conflito armado os camponeses precisavam igualmente se alimentar, e a utilização de um sistema particular de trabalho coletivo foi fundamental. Para isso não foi necessário a imposição “de cima para baixo” de qualquer sistema coletivizado, e sim “(...) o aproveitamento comunitário tradicional existente entre os camponeses para a formação de mutirões no desempenho de várias tarefas” (CUNHA, 2007, p.181). Dessa forma, os mutirões, citados no início desse trabalho como característica particular de apoio mútuo do campesinato brasileiro, se apresentaram de maneira central para a resistência em Trombas e Formoso.

6) Resultado Político-Econômico na formação dos Conselhos de Córregos: Um dos principais e mais autênticos frutos do processo de conflito socioterritorial, tendo por “trunfo” a conquista do território pelos posseiros, foi a formação de dezenas de Conselhos de Córregos, dos quais debateremos mais a frente, tendo em vista a sua importância para a compreensão do conflito desde um ponto de vista geográfico.

7) Rede de solidariedade como retaguarda do movimento: No desfecho do conflito armado a eficiente política de resistência guerrilheira na vanguarda somada à política de retaguarda, que consistia na propaganda e agitação nas cidades, nos jornais, nos meios políticos e intelectuais, ou seja, de disputa da sociedade, veio a ser um instrumento de pressão importante para impedir uma possível “*invasão em larga escala das tropas do governo do estado de Goiás*” (Cunha, 2007, p.173). A mobilização popular rompeu os limites e o “isolamento” do campo e angariou a solidariedade de estudantes, trabalhadores, intelectuais.

Essa rede de solidariedade foi fundamental, pois o governador Juca Ludovico, que já enviava sua polícia para ações conjuntamente aos grileiros, em um determinado

momento do conflito (1957) envia tropas militares para imediações de Formoso, mais especificamente para a cidade de Porangatu, com o objetivo de atacar os posseiros. O recuo do governador e a posterior retirada das tropas deveram-se especialmente a essa solidariedade crescente aos posseiros e a capacidade de resistência dos mesmos. Diversos comitês de apoio foram formados em municípios próximos de Formoso com o objetivo de dar suporte de naturezas diversas, tal como os comitês da Cang, Ceres, Porangatu e Uruaçu.

A partir das primeiras movimentações em defesa de sua posses, os camponeses já ganham um “reconhecimento” de seu potencial revolucionário até mesmo pela grande mídia nacional (expresso nesse caso muito mais como demonstração do medo das classes dominantes, do que reconhecimento efetivo do oponente). Um dos maiores jornais do Brasil, “O Estado de São Paulo”, lançou ainda em fevereiro e março de 1953 uma série de artigos alertando sobre um “foco comunista armado” na região norte de Goiás:

É interessante notar que as razões apontadas pelo periódico [O Estado de São Paulo] refletiam, de certa forma, as mesmas condições ou facilidade levantadas por círculos internos do Partido Comunista, entre as quais: **a passagem da Coluna Prestes pelo estado e os remanescentes que ficaram na região**; o fato de Goiás ser um estado de **baixa densidade demográfica**, com **grandes distancias e condições de vida primitivas que facilitariam novas experiências de ação** (o campo cercado as cidades, grifo meu); seu **caráter de zona nova, com grande fluxo migratório**; a **péssima organização do estado**, infiltrado de comunistas em todos os órgãos públicos e com uma polícia que o próprio governador não confiava. (CUNHA, 2007, p.92, grifo nosso)

Após a publicação e o reconhecimento por parte do jornal “O Estado de São Paulo” do potencial revolucionário da guerrilha ocorreu um importante enfrentamento na região. Em 1954, ocorreu a primeira grande batalha em Trombas, a Batalha de Tataíra, na qual camponeses, em menor número, derrotaram as forças policiais, impondo-lhes não apenas uma derrota no campo tático/militar, mas também uma derrota moral/ideológica que terá grandes repercussões. Os camponeses ao expulsarem os

soldados, declararam a região “território livre” e proibiram a entrada de soldados e pistoleiros (<http://www.mst.org.br/node/7723>, acesso em novembro de 2013):

Pouco tempo depois, ocorre o principal confronto armado, a Batalha de Tataira. Apesar de seu pequeno número, os posseiros acantonados em um piquete forçaram o recuo de um grande número de soldados. Esse fato teve um forte impacto psicológico, já que se espalhou pela região que os posseiros tinham “uma força incalculável”. (CUNHA, 2007, p. 182)

Portanto, frente a necessidade do conflito armado contra o latifúndio e o Estado para poder garantir suas posses, no decorrer deste mesmo conflito os camponeses de Formoso e Trombas acabam por alcançar um alto grau de mobilização e organização. Frente aos grandes desafios e grandes inimigos, os camponeses em sua decisão de permanecer na terra são obrigados a se elevar também igualmente como força real e superior no conflito. Segundo entrevista de Cunha (2007) a José Ribeiro: “Os homens, todo mundo entrincheirado, tudo quanto é entrada aqui, tava tudo cercado, qualquer lugar que entrasse aqui encontrava resistência, resistência armada, por que o negócio aí já não era mais... o negócio aí era arma mesmo...” (p. 184). Ou seja, apesar de todas as dificuldades, os camponeses logram o controle efetivo do território.

No decorrer do próprio processo de conflito é que os sujeitos em combate vão destruindo velhos mandonismos e criando novas relações e novos instrumentos de organização, identidades, enfim, poder político e econômico. É nesse processo que surge a **Associação** e os **Conselhos de Córregos**, autênticas expressões do novo poder popular da região. De fato, **poder popular**, **contra-espço** e **território livre** são conceitos que podem e são nesse trabalho utilizados para expressar o controle das massas camponesas sobre o território de Trombas e Formoso, em conflito constante, aberto ou velado, com a lógica da estrutura agrária brasileira.

2.3) A Associação dos Lavradores e os Conselhos de Córregos

“Não existe sociedade livre sem território livre”

Com o processo intenso de mobilização dos camponeses, é fundada em 1955 a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, tendo José Porfírio na presidência e José Ribeiro como primeiro secretário. A associação, surgida no calor dos combates armados e sendo um elemento dinamizador fundamental para a vitória da guerrilha, irá se utilizar da trégua para aprofundar o trabalho de organização dos posseiros: “A partir desse momento, com o efetivo controle de toda a área pelos posseiros e o total abandono pelo governo do estado de Goiás, a Associação é o governo em toda a região, bem como o poder real do território.” (CUNHA, 2007, p. 207-208)

Após a vitória parcial da guerrilha camponesa a Associação passa a controlar efetivamente o território, contando nesse período com a filiação e contribuição de cerca de 90% dos camponeses de Trombas e Formoso. A Associação, no entanto, possuía duas bases fundamentais no exercício do controle sobre o território: **1) A organização de base, ou seja, os Conselhos de Córregos; 2) A democratização do aspecto jurídico-militar**, ou seja, o armamento geral das famílias camponesas e a transformação de cada “cidadão” em “soldado”, bem como a resolução dos problemas internos (crimes, desafetos, etc.) através dos Conselhos de Córregos, democraticamente eleitos.

Com a vitória dos posseiros, tantos os grileiros e seus jagunços quanto os funcionários do governo das mais diversas áreas civis e militares abandonaram a área de Trombas e Formoso. Porém, segundo o relato de Abreu (1985), esse “abandono” por parte do poder público não foi tão como motivo para tristeza ou indignação, pelo contrário, o teórico traz a importante reflexão de que

Naquela época, as pequenas vilas do interior só se apercebiam da existência do governo através da opressão policial e da pressão fiscal. Governo eram, apenas, o subdelegado de polícia, geralmente analfabeto, corrupto e arbitrário, quase sempre a serviço dos fazendeiros ricos, e o coletor de impostos. (...) A ausência dos funcionários do governo causava assim mais alívio do que apreensão.

Frente a esse aparente “vazio de poder”, ou melhor, frente a desterritorialização do Estado e do capital, os Conselhos de Córregos emergem como a maior expressão do novo poder político dos camponeses sobre o território. Eles carregam consigo elementos muito ricos de continuidade e inovação no que tange as propostas históricas de conselhos oriundas das revoluções populares desde o século XIX. Ao passo que mantem a estrutura básica de um poder efetivo das massas por local de trabalho e moradia, de baixo para cima, se adapta as condições geográficas e culturais da região. Sendo esta característica natural (os diversos córregos cortando a região) um elemento determinante para a reprodução da vida (economia) e da comunicação local (relações sociais), os córregos são verdadeiras centralidades no campo, modelando possibilidades e limites territoriais dos camponeses.

O Conselho enquanto instância política que não separa o “mandar” e o “obedecer”, o poder legislativo e executivo, o trabalho manual e intelectual, ou seja, um poder político não separado da vida social e econômica dos próprios produtores das riquezas (no caso, os camponeses), deve estar localizado geograficamente o mais próximo o quanto for possível das massas trabalhadoras²⁷. Os Conselhos de Córregos, nesse sentido, não foram algo imposto de cima para baixo, uma mera tentativa de fazer valer uma organização de tipo-Soviete²⁸ no norte de Goiás. Tampouco é desconectada de toda essa tradição socialista, haja vista que nos mais diversos contextos de lutas revolucionárias os povos lograram constituir organismos de base de tipo-Soviete. Cunha (2007), ao analisar Trombas e Formoso, ressalta a análise de Gramsci a cerca do significado histórico do Conselho:

O Conselho em Gramsci apresenta-se como um sistema de representação e organização que se adapta à produção e ao local de trabalho, ou seja, ele avalia a organização dos trabalhadores em uma nova unidade/território que

²⁷ Ao estar vinculada à estratégia de assegurar a ruptura com as relações de opressão política típicas do Estado, e adaptada a necessidade de envolver a grande massa camponesa na resistência, vale ressaltar um trecho do depoimento do camponês José Ribeiro em relação aos Conselhos de Córregos: “as pessoas que pertencem a um conselho quando ele era lavrador, não pertenceu a nada na vida, a não ser uma enxada e uma foice para capinar. Para ele que pertence a um conselho é uma coisa muito importante na cabeça dele [...] Eu toda vida tive uma enxada e um patrão para me mandar e gritar comigo. Agora eu sou presidente de um Conselho, sou membro de um conselho.” (CUNHA, 2007, p.200, grifo nosso)

²⁸ A tradução do conceito de Soviete é precisamente Conselho.

vem a ser o lugar de produção, quer seja na cidade quer no campo. Ele passa a visualizar todo o território nacional como uma fábrica, entendido como local de produção onde acaba o conceito de cidadão, que vem a ser substituído por companheiro, multiplicando-se os laços e sentimentos de solidariedade, fraternidade e afeto. O Conselho então viria a ser o embrião de organização a ser estudado e desenvolvido e deveria apontar para o processo de amadurecimento necessário à articulação da classe trabalhadora. (CUNHA, 2007, p. 49)

Para entendermos o funcionamento dos conselhos de córregos considera-se importante então evidenciar alguns dados bem como fornecer um panorama da estrutura dos Conselhos de Córregos dentro do sistema político geral de autogoverno dos camponeses. Primeiramente, os conselhos tiveram sua origem intimamente ligada à prática do mutirão. Além de o mutirão ter sido um meio através do qual se sustentou a resistência armada, bem como teve continuidade após a resistência como prática corrente de produção comunitária, ou seja, existiu antes, durante e depois do conflito armado, em cada uma dessas fases o mutirão foi uma parte do processo geral da reprodução da vida camponesa, sendo que em cada uma dessas fases cumpriu um papel relativamente diferenciado. Segundo Cunha (2007):

(...) na fase inicial, o “Mutirão” era o elo de organização e mobilização mais eficiente (anterior a criação do Conselho) que os posseiros tinham para o desempenho de diversas atividades, e que mais tarde foram decisivos na potencialização dos conselhos como órgãos efetivos de trabalho (...) (p.205)

Nesse sentido os Conselhos de Córregos surgem como criações autênticas da união dos camponeses (primeiramente nos tradicionais mutirões, logo como expressão política nos conselhos em si), organizações onde não havia mandonismos nem exploração da força de trabalho. À igualdade econômica e ao cooperativismo camponês eram retribuídas formas de autogoverno e deliberação coletiva. O político e o econômico se fundiam no conselho. Cunha (2007) também faz uma interessante retrospectiva das características gerais do surgimento dos Conselhos:

No princípio, os Conselhos de Córregos surgem com essa denominação em razão de a região possuir um grande número de córregos onde os moradores fixavam posses e faziam suas casas, em geral próximas umas das outras com fundo para um córrego. A utilização comum desses locais, fosse para a lavagem de roupa fosse para outras atividades afins, como banho ou busca de água, aliada ao tradicional cooperativismo do campesinato, veio a ser um instrumento fundamental de consolidação da resistência, união e mobilização dos posseiros. Nos momentos de luta, era a linha de frente de combate, mobilizando, informando e discutindo as resoluções da Associação. (p.200)

Segundo um estudo pioneiro de Maria Esperança (1988), no período de 1955 e 1957 formaram-se 25 Conselhos de Córregos, frente aos quais a Associação possuía um caráter meramente executivo. Os conselhos mais dinâmicos eram: Sapato, Ribeirão de Onça, Santa Tereza, Cristalino, Riacho Fundo, Trombas, Formoso, Coqueiro, Morro dos Campos, Bonito, Paulista, Cafundó. (CUNHA, 2007, p.204 e 205)

Os Conselhos de Córregos possuíam um papel central na organização da resistência e da vida nas devidas áreas sobre seu controle, as principais funções desempenhadas pelos Conselhos foram: vigilância; assentamento de novas famílias; averiguação dos novos moradores e se necessário expulsão dos mesmos; treinamento para uso e manejo de armas; e através do Conselho de Córregos que se desenvolvia o rápido sistema de informação que, segundo Maria Esperança (1988), possibilitava o conhecimento geral de toda a região em 48 horas (através especialmente da participação das mulheres e crianças).

No entanto, os Conselhos de Córregos, enquanto organizações de base, necessitavam igualmente de organizações gerais, ou seja, que os unificassem em ações e interesses comuns. Em Formoso e Trombas existia a Associação de lavradores e o Conselho Geral, sendo este último com poder de deliberação superior à Associação. Segundo Cunha (2007) existe uma controvérsia na historiografia em relação ao instrumento pioneiro na organização e mobilização dos posseiros, se foi a Associação ou os Conselhos de Córregos. Cunha defende que a Associação, formada essencialmente pelos membros do PCB em 1955, foi o elemento iniciador-dirigente e que os Conselhos apenas surgem na feição amadurecida em 1957. Para defender tal tese apresenta o relato de José Ribeiro:

A Associação criou um conselho, que de distância em distancia mais ou menos uns 10 Km, 5 Km, 8 Km, criava um conselho com área demarcada. Aquele Conselho atuava dentro daquela área e todos os problemas dali eram resolvidos por aquele Conselho da Associação, eleito democraticamente pelo próprios posseiros da área. Os conselhos surgiu em 1957, a gente funcionava mesmo depois de 1957 [...] existia (antes de 1957) a Associação só, mas os Conselhos não existia não...” (CUNHA, 2007, p.203)

As reuniões do Conselho Geral eram realizadas em Trombas de dois em dois meses²⁹. Em cada córrego se elegia 3 representantes/delegados, e estes por sua vez possuíam mandatos imperativos e revogáveis, ou seja, os camponeses iam ao Conselho Geral representando não os seus interesses particulares senão aqueles definidos pela sua base, nos córregos: “as decisões eram precedidas de discussões e debates” (CUNHA, 2007, p.201). As decisões voltavam as bases de forma a ser encaminhada democraticamente por cada Conselho de Córrego: “Nesse sentido, eram encaminhadas as decisões a toda a região, mas com um aspecto particular, de respeito às especificidades de cada Conselho em sua área de influencia.” (CUNHA, 2007, p.201). Nesse sentido, ao que indicam os materiais pesquisados, o Conselho Geral e a Associação estavam longe de se constituir em órgãos burocráticos deslocados dos interesses dos camponeses, nem se beneficiavam economicamente nem forçavam os posseiros a obedecer seus “próprios” interesses.

Porém, quando debatemos a organização livre dos camponeses em Formoso e Trombas não devemos imaginá-la como perfeita ou desprovida de conflitos e disputas. O principal conflito, externo e antagônico, era com o próprio Estado brasileiro. Não podemos nunca perder isso de vista. A organização daqueles posseiros somente emerge e se desenvolve por meio desse conflito, e até a derrota da revolta pelo golpe militar de 1964 o conflito nunca deixou de existir, seja na forma de conflito aberto e armado seja na potencialidade deste e através de outros mecanismos. Nesse sentido, o problema jurídico-militar (interna e externamente) estava sempre posto para as lideranças camponesas. A democratização interna do aspecto jurídico-militar foi então um pressuposto para a vitória dos camponeses e para a garantia da liberdade no território, já que esse fator democrático possuía um peso moral importante para o envolvimento nos combates, tendo em vista que os posseiros não lutavam para criar uma nova opressão

²⁹De acordo com o relato de um camponês (CUNHA, 2007, p. 201).

(tal como funciona a disciplina militar oficial), e sim por uma causa justa a qual valia a pena oferecer voluntariamente a própria vida. Esse aspecto moral é bem descrita por Abreu (1985) em relação para a mobilizaçãodos posseiros para o combate armado:

Geraldão, que era o mais duro comandante de piquetes, ia direito ao delicado assunto. Citava nominalmente alguns desertores e a todos descontraia com um breve discurso: - Quem tem cu, tem medo, companheiros. Eles também estão com medo. E se eles, que lutam por uma causa injusta e criminosa, vencem o medo e nos enfrentam, por que nós, que defendemos nossa terrae nossa casa, não conseguiríamos domar esse medo desgraçado?

Em Formoso e Trombas não existia uma força especial detentora do monopólio da violência (tal como a polícia), pelo contrário, existiram ao longo da luta uma série de cursos para manejo e utilização de armas (com a participação de homens e mulheres), bem como o controle sobre a política geral militar era feita de forma coletiva através dos Conselhos de Córregos e da Associação de Lavradores. Tendo em vista a concretização do sonho de liberdade não bastavam para aqueles camponeses apenas boas intensões, era necessário assumir a necessidade e a inevitabilidade da utilização da violência contra os históricos inimigos de classe.

Internamente ao território livre também eram necessários meios democráticos de solução dos problemas. Digo “problemas” ao invés de “conflitos”, pois os conflitos internos ocorridos em Trombas e Formoso não possuíam qualquer similaridade com a violência estrutural ao qual os camponeses tinham que enfrentar em sua luta pela posse da terra, muito menos com a violência estrutural presente nas grandes cidades oriunda da pobreza, marginalização e desemprego. Portanto, as formas de solucionar as contradições internas no seio da revolta camponesa serão diferentes daquelas de solucionar os antagonismos sociais (onde uma classe derruba a outra por meio da violência), mesmo ambas estando por vezes superpostas e imbricadas. Nesse sentido, os camponeses solucionavam suas contradições internas através da não separação entre os aspectos políticos e jurídicos. Segundo análise feita por Abreu apud Cunha,(2007):

O ideal de justiça rápida e barata, tão badalada nos encontros de juristas e, todavia, cada vez mais distante, em Formoso era uma realidade. Quando em

1958, o governo do estado se convenceu que não poderia continuar ignorando a existência de Formoso e Trombas, estas duas vilas eram, em todo o Estado, as que apresentavam o mais baixo índice de criminalidade. Em quatro anos não ocorrera, em nenhuma das duas, qualquer homicídio ou lesão corporal de caráter doloso. Apenas alguns casos de furtos foram registrados e as poucas brigas geralmente aconteciam entre rapazes e eram motivadas por disputas amorosas. Afinal, Formoso e Trombas eram Brasil. (p. 208)

Cunha (2007) afirma ainda que essa capacidade efetiva de organização do território em seus aspectos sociais, políticos e jurídico-militares (até 1962) são o que acabaram fazendo emergir a história mítica do movimento como sendo uma “República Livre” dentro do Brasil. Apesar dessa história ter seu fundo de verdade, serão principalmente os militares e a grande mídia que irão sustentar tal versão de um “Estado Ditador e Comunista” dentro do país, para justificar a repressão.

Rui Facó *apud* Cunha(2007), em uma série de estudos e reportagens, aponta que em 1961 os posseiros da região estavam organizados em 25 Conselhos de Córregos e 3 Associações de Lavradores: a Associação de Formoso e Trombas, a Associação de Serra Grande e a Associação de Rodovalho. Essa posterior subdivisão das associações acompanham o processo de adensamento populacional em Trombas e Formoso, quando no início da década de 1960 já possuía cerca de 20 mil posseiros (segundo dados de *O Movimento*³⁰). Mesmo com a fragmentação das associações, a Associação de Trombas e Formoso permanece sendo a vanguarda no que tange a direção e mobilização política dos camponeses.

Os conselhos de córregos após o equacionamento do conflito armado (a partir de 1958) tiveram que se adaptar a uma nova condição que lhes exigiram novas tarefas, muitas vezes circunscritas ao cotidiano e a questões particulares. Os conselhos irão se constituir nesse momento “(...) em um instrumento importante de discussão e resolução de problemas localizados, como delimitação decercas, brigas de vizinhos, que perfazem o cotidiano dos moradores.” (CUNHA, 2007, p.200). Além disso, com o adensamento populacional, modifica-se também o perfil dos posseiros e amplia-se a quantidade daqueles que não possuíram qualquer contato com a resistência em seus momentos mais decisivos, o que dificulta sensivelmente a capacidade de organização da Associação.

³⁰ *O Movimento* era um jornal publicado por militantes do Partido Comunista. (CUNHA, 2007)

2.4) Sindicalismo e luta camponesa: entre a tutela estatal e a revolução

Apesar da Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos serem os órgãos mobilizadores em Trombas e Formoso, a linha nacional do Partido Comunista desde meados da década de 1950, era dar prioridade para a sindicalização rural, entendendo que deveriam organizar primeiramente os assalariados e não os camponeses. E isso não apenas por uma análise da estrutura de classes no Brasil, mas a isso foi somada a nova estratégia política que se desenhava no interior do partido: a via pacífica para o socialismo, a estratégia de estabelecer pactos com a burguesia afim de desenvolver o capitalismo de forma independente e urbano-industrial. Levar o sindicato oficial, que já existia nas grandes cidades, para o campo e interior do país, parecia a melhor opção para garantir a “cidadania” aos trabalhadores do campo, ao passo que se neutralizava as explosões de revolta do campesinato.

Porém, não havendo de fato uma estrutura sindical rural ligada ao Estado, nesse período (até a década de 60) a ação e organização camponesa no Brasil ocorrem quase que completamente de forma ilegal, clandestina ou não-oficial. Até o ano de 1960 não existiam mais do que 8 sindicatos rurais reconhecidos e registrados no Ministério do Trabalho, sendo três nos Estados de Pernambuco e Bahia, e um no Rio de Janeiro e Santa Catarina (JUNIOR, 1998).

A história do movimento sindical rural tem como marco nacional o ano de 1954, onde foi realizada a II Conferência Nacional de Lavradores no estado de São Paulo, conferência esta que fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB³¹. A ULTAB foi fruto da ação do Partido Comunista do Brasil, que agremiou nesta organização de trabalhadores rurais sua militância, garantindo a sua hegemonia na direção política da entidade.

Dessa forma, uma série de iniciativas de fundar uniões camponesas e sindicatos de assalariados são impulsionadas pelo ULTAB e ocorrem por fora da oficialidade estatal (o que não significa, como veremos, por fora da ideologia estatista). Como explica Clodomir Santos Moraes (2006), “a sindicalização era praticamente proibida”,

³¹ Publicação - Revista Contag 40 anos.

por isso os sindicatos fundados pela ULTAB foram criados a margem do reconhecimento estatal. Moraes (2006) ainda explica que, longe da legislação oficial do sindicalismo ter sido uma conquista da luta dos assalariados rurais e camponeses, esta foi fruto da necessidade do Estado brasileiro em ampliar seu controle sobre a classe trabalhadora que começava a “sair do controle”:

Aquelas iniciativas das organizações rurais partiam sem a menor previsão nem controle do governo. No entanto, o governo sentia a necessidade de estender também ao campo a tutela que exercia sobre o movimento dos trabalhadores urbanos (MORAIS, 2006)

A ULTAB, o PCB e a Igreja (uma ala conservadora vinculada a CNBB e outra ala de esquerda vinculada a Ação Popular - AP) foram decisivos no processo de “institucionalização” do sindicalismo rural. Porém, é apenas na década de 60, com a ascensão de conflitos agrários, que o Estado “resolve por bem” incorporar a organização dos trabalhadores rurais na estrutura do sindicalismo oficial (BOITO JUNIOR, 1998).

O sindicalismo de Estado, através da Unicidade e Imposto sindical, carrega como reflexo e base subjetiva da estrutura oficial a reprodução da ideologia estatista e legalista, defendida pelos sindicalistas muitas vezes de forma inconsciente. Uma característica central desta ideologia é o “culto do Estado protetor”, que segundo Armando Boito Jr significa “a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação de forças vigentes num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas”. (BOITO JUNIOR, 1991) Para a ideologia e prática legalista, o Estado não é visto segundo a realidade concreta da luta de classes, mas segundo a conclusão (consciente ou inconsciente) de que a estrutura estatal é neutra frente aos conflitos sociais e históricos. Segundo esta concepção é até desejável que se aumente a tutela estatal-policia na “defesa dos sindicatos e dos trabalhadores”.

O principal efeito que esta estrutura e ideologia estatista teve sobre o processo histórico da luta de classes no Brasil foi o amortecimento dos conflitos sociais, a conciliação de classes e consequentemente a desorganização da classe trabalhadora. Segundo Armando Boito Jr (1991):

O que, precisamente a estrutura não comporta é a conversão do sindicato oficial, de instrumento de controle dos trabalhadores, em seu contrário. O

sindicato é, sempre, ao contrário do que se passa com outros tipos de sindicalismo, uma instituição que amortece o conflito de classes (BOITO JUNIOR, 1991)

Quanto ao efeito desorganizador do sindicalismo de Estado sobre a classe trabalhadora, o cientista político afirma que:

Desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia. No caso do sindicalismo de Estado brasileiro, isso possui duas implicações. De um lado, implica subordinar a luta sindical reivindicativa ao interesse político geral da burguesia (manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado). Dito de outro modo, implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária (...). De outro lado, a direção política da burguesia sobre o movimento sindical tem implicado a fragilidade e ineficácia da própria luta reivindicativa. (BOITO JUNIOR, 1991).

Podemos então visualizar, de forma breve, como os sindicatos de Estado podem servir aos interesses das burguesias nacionais e internacionais. Apesar da “ideologia teórica” (BOITO JUNIOR, 1991) dos sindicalistas quando afirmam a liberdade e autonomia sindical em abstrato, estes tratam na prática cotidiana de defender e reproduzir os mecanismos de controle do Estado burguês sob os trabalhadores (unicidade e imposto sindical). Uma característica invariante do sindicalismo de Estado é justamente a subordinação política e ideológica dos trabalhadores à burguesia e sua consequente desorganização frente aos seus interesses históricos de classe, ou seja, seus interesses revolucionários.

Segundo Carolina Ramos (2010), a ULTAB já trabalhava desde os anos 50 para fundar sindicatos reconhecidos pelo Estado. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural³², o órgão de propaganda da ULTAB chamado “Terra Livre”, serviu como uma plataforma de defesa do sindicalismo de Estado, dando

³²“O estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado no Congresso Nacional em março de 1963 e consistia em uma legislação que, além de estender alguns direitos trabalhistas ao campo, forneceu as bases para o sindicalismo rural nos moldes de atrelamento ao Estado” (RAMOS, 2010, p.2)

[...] orientações acerca do preenchimento de atas de fundação de sindicatos e de documentos para obter o reconhecimento no Ministério do Trabalho, bem como publicava modelos de estatutos de entidades sindicais, informando como realizar eleições para esses novos órgãos. (RAMOS, 2010, p.5)

É com o processo de institucionalização do sindicalismo rural, pela ação da ULTAB, da Igreja, mas principalmente pela ação do Estado, que surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 22 de dezembro de 1963, sendo reconhecida em 13 de janeiro de 1964 pelo Decreto Presidencial 53.517. Tal Confederação sindical é produto das condições políticas do país e também das forças políticas que atuavam internamente no movimento camponês. É um marco histórico do sindicalismo de Estado. Após duas tentativas frustradas de fundação da CONTAG por parte dos setores reacionários da Igreja Católica, a entidade nacional é fundada em uma reunião patrocinada pelo próprio governo Goulart, através do Ministério do Trabalho e da Comissão Nacional de Sindicalização Rural – CONSIR (RAMOS, 2010)³³.

Raimundo Santos (2007) quando apresenta a teoria de importantes quadros do PCB, tal como Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior, define a questão das “etapas” da revolução brasileira e a discussão sobre o papel do campesinato como temas que tiveram grande relevância neste período (década de 1950-60) e uma série de implicações nas táticas adotadas pelo Partido Comunista. O fato é que o PCB, a despeito inclusive das disputas entre a “via chinesa” e a via reformista, irá conviver em toda sua história com a concepção de revolução democrático-burguesa como etapa anterior ao socialismo. Essa, no entanto, terá uma série de reveses, especialmente quando toma seus contornos mais legalistas e reformistas, e não será completamente unânime no partido, tendo inclusive “(...) o amadurecimento de algumas estratégias setorializadas internas que se desenvolveram e superaram a linha oficial do Partido” (CUNHA, 2007, p.45).

Portanto, para compreender estas duas décadas (1950 e 60) de intensa luta e conflito no campo brasileiro seria um erro grosseiro tomar as organizações como sujeitos monolíticos, sem diversidades com o passar dos anos (histórico) e também de acordo com as diferenças de escalas (nacional, local) e regiões (sudeste, centro-oeste, etc.). Não por que seria equivocado do ponto de vista moral, mas por que seria

³³A chapa vencedora para a direção da entidade foi fruto da aliança entre o PCB e a esquerda católica (AP).

impossível compreender a emergência da guerrilha de Trombas e Formoso e outras iniciativas de luta armada, algumas delas influenciadas pelo próprio Partido Comunista, sem compreender minimamente o contexto político.

Após a II Guerra Mundial o PCB adere à institucionalidade burguesa e ao “jogo democrático”, porém, essa política terá fim em 1947, tendo em vista que o PCB é colocado na ilegalidade através da complacência da mesma burguesia a qual o Partido conferiu esperanças de aliança. Isso ocorre especialmente a partir da conjuntura internacional da Guerra Fria. A partir dessa situação, o PCB remodela sua linha político-estratégica, abandonando o pacifismo e o legalismo (próprios do momento anterior) e adota a violência revolucionária e o “assalto ao poder” como objetivos centrais. Tais são as linhas da Declaração de Janeiro de 1948 e que possui continuidade no Manifesto de Agosto de 1950 e nas resoluções do IV Congresso que ocorre em 1954.

Essa política se apresentou na prática a partir de alguns traços importantes: 1) ruptura com a política de alianças com a chamada burguesia progressista; 2) militarização do Partido e de seus quadros; 3) ruptura com sindicalismo oficial e construção de organizações paralelas e autônomas; 4) combate direto ao latifúndio, tendo em vista a criação pela via armada de território liberados. Segundo Cunha (2007):

Quanto ao processo de rearticulação interna advinda dessa luta política, Moisés Vinhas afirma que o partido militarizou-se, sempre com os olhos voltados para o assalto ao poder. Sua direção cai na clandestinidade (que no caso de Prestes é absoluta) e retorna a uma política obreirista de quadros, sob o comando centralizador, que tem por consequências o afastamento do PCB da realidade nacional. (p. 69)

Portanto, para Cunha (2007) a linha política definida pelo PCB foi equivocada por que afastou o partido das massas, especialmente pela linha política de ruptura com sindicalismo oficial urbano. Porém, na contramão dessa análise, Armando Boito Jr. (1991) ressalta a importância dessa atuação do PCB na ruptura com a estrutura do sindicalismo de Estado, além disso, ressalta que, de maneira geral, o discurso de “aproximação com as massas” não poucas vezes foi utilizado como artifício de aceitação das condições de controle/tutela do Estado e da burguesia sobre a luta

sindical, e teve como consequência não o intuito primeiro de se aproximar das massas, mas levar as massas até então livres da tutela estatal para dentro desta, através da estrutura e da ideologia do sindicalismo oficial.

Essa política insurrecional do “manifesto de agosto” terá consequências diretas sobre a linha de atuação do PCB para o campo, e isso também pelo fato de que a Revolução Chinesa (1949), que ocorre nesta mesma época, aponta tanto para a necessidade e viabilidade da luta armada como para a relevância do campesinato no processo revolucionário:

(...) essa política justificará posições à esquerda de alguns setores partidários quanto ao papel a ser desempenhado pelo campesinato, até porque, na mesma época, irrompe a Revolução Chinesa, com Mao Tsé-tung, com a vitoriosa estratégia de ‘o campo cerca as cidades’, que passou a ter um significado diferenciado especialmente no momento coincidente da eclosão do Movimento de Porecatu em 1948 e, mais tarde, nos anos 50, a luta de Formoso e Trombas (Reis, 1981, v.1, p.89). Esse processo da via chinesa em curso veio influenciar decisivamente o PCB, e foi entusiasticamente incorporado como uma possibilidade por vários quadros da Direção Central do Partido, que tinha por objetivo a repetição daquele modelo em nosso país e, quiçá, sua reprodução mecânica em nossa realidade. (CUNHA, 2007, p.71)

Porém, igualmente importante é também a sua posterior guinada à direita, que tem início com a abertura do “relatório secreto de Kruschov” em 1956. O relatório secreto que denunciava os “crimes de Stalin” e o “culto à personalidade” terá consequências diretas nas redefinições organizativas, teóricas e políticas do PCB. Cunha (2007) afirma que do ano de 1956 à 1958 o Partido Comunista deixa praticamente de existir enquanto estrutura nacional centralizada, fruto da crise política profunda que entrou após as denúncias do relatório de Kruschov. Esta crise começará a se equacionar com as “Declarações sobre a Política do PCB” em Março de 1958 (conhecida como Declarações de Março) e com a realização do V Congresso em 1960.

Portanto, um dos principais documentos desta época será também a Declaração de Março de 1958, onde o PCB defende de forma clara “o caminho pacífico da revolução brasileira” através de coalizões de classes (com a burguesia nacional e

inclusive com setores do latifúndio) e disputas internas no bloco de poder do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961):

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. (Declaração Sobre a Política do PCB, Março de 1958)

Coerente com a formulação política anteriormente apontada, a linha do PCB para atuação junto aos camponeses será de construção de sindicatos oficiais e luta reivindicativa moderada. No tópico “A frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático” das Declarações de Março, as ilusões legalistas ficam claras:

Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. (Declaração sobre a Política do PCB, Março de 1958.)

A ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) fundada pelos comunistas no final de 1955, em São Paulo, será um dos locais de atuação política do PCB colocado a serviço desta linha legalista, até a dissolução da mesma para a construção da CONTAG no início dos anos 60.

Mas qual a importância de tal debate para compreender a revolta de Trombas e Formoso? É exatamente nesse turbilhão de disputas políticas, criação de novas organizações (Ligas Camponesas, sindicatos oficiais, etc.) e de avanço do capitalismo no campo que emerge as possibilidades e impasses para o avanço da luta pela terra no norte de Goiás. A adoção da luta armada como caminho privilegiado da revolução brasileira irá ser um componente importante de direção do PCB no processo vitória dos posseiros de Trombas e Formoso. O legalismo que marcará o final da década de 1950 e década de 60, com ênfase na sindicalização rural e na disputa eleitoral, será também um

marco para os impasses no desenrolar da luta pela terra na região. É nesse cenário que as Ligas Camponesas começam a tomar corpo político e se inserir como importante agente da luta revolucionária no campo.

O segundo período de articulação das Ligas Camponesas, que vai 1955 à 1964, vai ocorrer de forma independente do Partido Comunista e em muitos momentos se oporá muito claramente a política deste, principalmente no que toca a forma de organização das massas trabalhadoras rurais e do programa político. Enquanto as Ligas possuíam, conscientemente, uma forma de organização independente da tutela do Estado e um programa mais combativo expresso na palavra de ordem: “Reforma Agrária, na lei ou na marra”, o PCB a nível nacional possuía uma linha política legalista e reformista (SANTOS, 2007), que defendia a aliança com a burguesia nacional e a participação eleitoral como estratégia central.

Portanto, as Ligas Camponesas adotam uma linha de atuação combativa e começam a ganhar terreno no debate político nacional exatamente no momento em que o PCB começa a aderir a via legalista e “democrática” (Declarações de Março de 1958). A política das Ligas para a luta reivindicativa era guiada pela linha estratégica que apontava a necessidade de uma ruptura revolucionária armada no Brasil. Não existia para as Ligas qualquer possibilidade de conciliação de classes com a burguesia e o latifúndio. A própria palavra de ordem “reforma agrária, na lei ou na marra” revela um rompimento importante com a consciência legalista de crença no “Estado-protetor”.

Segundo o cientista político Armando Boito Junior, Francisco Julião³⁴ tinha consciência de que as Ligas Camponesas eram uma forma de organização “superior” por serem autônomas frente ao Estado. Lutou para preservar essa autonomia, embora não combatesse a criação de sindicatos oficiais para os assalariados agrícolas. Isso explica parcialmente por que a principal liderança da revolta em Trombas e Formoso, Zé Porfírio, tenha se aproximado tanto das Ligas, ao passo que o Partido Comunista aprofundava sua linha política de conciliação de classes ao longo da década de 1960. Ao que tudo indica, Zé Porfírio, chegou mesmo a contribuir com as Ligas na formação de centros de treinamento guerrilheiro no Estado de Goiás. (CUNHA, 2007)

³⁴ Uma das principais lideranças das Ligas Camponesas.

Na disputa política entre a via legalista do PCB e a via revolucionária das Ligas Camponesas e setores minoritários da esquerda, o que fica claro (a despeito de outros acertos do PCB e erros das Ligas) é o papel histórico que cumpriu o Partido Comunista como elemento geral de apoio ideológico ao Estado burguês no controle das organizações dos trabalhadores rurais. Armando Boito Jr (1991) afirma que “na luta para esvaziar as Ligas Camponesas de Francisco Julião, levando o sindicato oficial ao campo, a força de vanguarda foi o Partido Comunista Brasileiro”.

2.5) Redefinições políticas: A via pacífica, a aliança com a burguesia “nacional-progressista” e o debate territorial implícito

Com a eclosão da revolta de Trombas e Formoso no início da década de 1950, a necessidade de apoio para a luta armada, para a mobilização de solidariedade aos posseiros, abafaram momentaneamente os conflitos campo-cidade e base-direção internos à estrutura partidária do PCB em Goiás, conflitos estes que vieram a ficar cada vez mais claros após o equacionamento da luta armada em 1956. A liderança camponesa Dirce Machado relata esse conflito entre a base e a direção, e demonstra que este também se apresentava como conflito campo-cidade:

Eu acho o seguinte. A maioria dos quadros do Partido toda vida tinha um negócio seguinte, fazer de cima pra baixo seus problemas, não é como fizemos aqui de baixo para cima, nós viemos pra cá viver a vida aqui, viver a luta aqui, viver todos os problemas aqui. Importante que se tivesse extraído a lição daqui para outros lugares, mas é que vamos analisar quem são os quadros na maior parte. São da alta burguesia, pessoas que não tem nada a ver com o campo. Pega um jornalista acostumado só no centro da cidade, um filho de médico, uma pessoa da alta sociedade mesmo, companheiros de boa índole, de boa intensão, verdadeiro comunista. Põe ele pra viver lá no campo ele não sabe patavina, ele não sabe viver a vida no campo. Fica completamente destoadado. (CUNHA, 2007, p.125)

Esses conflitos base-direção e campo-cidade foram contornados em Trombas e Formoso com a incorporação de táticas flexíveis de acordo com a realidade da luta, já

que não poucas vezes o Comitê Central do PCB definia questões à revelia das bases. O núcleo de Trombas e Formoso foi um dos que mais exerceram positivamente essa autonomia relativa para a ação local. Segundo Cunha (2007): “É por essa razão que em muitas ocasiões aconteceram políticas de intervenção à revelia da orientação partidária regional e até mesmo nacional nos movimentos camponeses no estado.” (p.133)

O conflito partidário existente em Goiás se desenvolveu de fato em duas concepções de Partido e foi se acentuando ao longo do tempo. Um fator detonador do conflito foi o período pós-luta armada em Trombas e Formoso e que coincidirá com a abertura do “relatório de Kruschov”:

Na verdade, o debate que se travava internamente no Partido Comunista e que em alguns momentos esteve próximo da ruptura demonstrou a contradição dessas diferentes forças políticas internas, particularmente no tocante a dicotomia ‘Rural-Urbano’. E esse panorama é fermentado por um quadro político contraditório no estado de Goiás; ou seja, de relativas liberdade democráticas e estando o Partido aliado factual de várias forças objetivando a consolidação de uma ‘etapa democrático-burguesa’, inserido em uma dinâmica de desenvolvimento capitalista que originou, em um período relativamente curto, grandes transformações econômicas e sociais. (p.152)

No momento em que é realizado o V Congresso do PCB (1960), muitos militantes camponeses do partido acreditaram que haveria um processo de atuação que privilegiasse o campo como arena de atuação revolucionária, deliberando, nesse sentido, uma ação mais agressiva (de confronto). E isso tendo em vista que “ainda que naquele momento a luta de Formoso apontasse para um equacionamento político, o campo goiano, a exemplo de outras regiões do País, entrava em convulsão” (CUNHA, 2007, p.147), porém, frente a todo esse cenário o PCB aprofunda a linha política das Declarações de Março de 1958, abdicando do papel de articulador destas lutas camponesas combativas (priorizando a sindicalização rural, via pactos políticos e incorporação no Estado). Aqui podemos indicar que, a despeito das teorias do “insulamento camponês”, as lideranças camponesas possuíam um papel de vanguarda internamente ao PCB no que toca ao rompimento com o corporativismo e defesa de uma visão ampla da ação revolucionária.

A aplicação da Declaração de Março de 1958 e do V Congresso tiveram como consequência um giro da atuação para o sindicalismo oficial urbano e rural, em detrimento da política de luta pela terra e pelo território. A política do sindicalismo oficial será acompanhado por uma adesão do PCB de Goiás à institucionalidade estatal-burguesa tal como aponta Cunha (2007):

Por essa época, o estado já apresentava um razoável desenvolvimento econômico e, paralelamente ao equacionamento da luta de Formoso e Trombas, o Partido procurou ocupar os novos espaços institucionais criados no processo de modernização no estado, especialmente a Secretaria do Trabalho do Governo Mauro Borges. A partir desses espaços, (...) procuravam delinear a sindicalização urbana e rural de acordo com a nova política em curso. Como resultado desse trabalho, o Partido Comunista hegemoniza e exerce influência direta na maioria dos sindicatos formados naquele período pré-golpe.” (p.142-143)

Com a vitória dos camponeses de Trombas e Formoso e a temporária trégua da burguesia, inicia-se, portanto, esse processo de modificação da linha partidária que irão trazer esses conflitos para o âmbito interno (já que os conflitos externos, com a burguesia, estavam momentaneamente equacionados). A tentativa de enquadrar o “território livre” dentro dos marcos legais do Estado, da disputa eleitoral e da aliança com a burguesia “nacional-progressista” terá consequências, tal como a emancipação do município, a incorporação do Partido Comunista ao governo estadual de Mauro Borges, eleito em 1960, e a eleição de José Porfírio como deputado estadual em 1962.

Objetivamente, estas são expressões, no estado de Goiás e em Formoso e Trombas, da modificação da linha política do PCB. Como vimos anteriormente, não são decisões pontuais e descompromissadas, mas uma outra perspectiva estratégica (totalidade) que estava determinando essas opções (particularidades). Porém, acredito que uma das consequências mais graves e sintomáticas desse momento será a participação do Partido Comunista no governo de Mauro Borges, assumindo cargos no Estado (especialmente na Secretaria do Trabalho) e, acima de tudo, assumindo de fato uma aliança com a burguesia dita “nacional-progressista”.

É nesse processo de integração sistêmica, ou seja, de se assumir como força política componente das disputas internas ao bloco de poder controlado pela burguesia e

latifundiários, que a direção do PCB irá obviamente abdicar da linha de confronto aberto e direto contra o Estado, o que terá uma consequência muito direta sobre o papel de Formoso e Trombas: a direção do Partido Comunista assume a responsabilidade de não poiar mais revoltas camponesas, não apenas no Goiás, mas a nível nacional. Segundo bem analisa o cientista político Cunha(2007):

O acordo, se verdadeiro, sugeria uma tomada de posição política moderada e polêmica dos posseiros (leia-se do Núcleo Hegemônico), contradizendo frontalmente os acontecimentos em curso na região e no Brasil, já que outras lutas camponesas demandavam assistência e seria, no mínimo, moralmente questionável a ausência de uma posição de apoio dos posseiros de Formoso a outras lutas pela terra quando ocorria um conflito nas vizinhanças, tenho eles mesmos se beneficiado anteriormente de ampla solidariedade regional e nacional par alcançar a vitória. (p.224)

É bem possível, contudo, que tenha havido de fato algum entendimento nessas bases de não-intervenção em outros conflitos, já que o momento político era favorável à esquerda em Goiás, e significava a participação de setores do Partido Comunista Brasileiro no governo do estado em bases progressistas. Talvez por isso, esses fatores tenham influenciado – em alguma medida – a não-participação direta ou pública de José Porfírio (a liderança camponesa mais conhecida) na luta em Porangatu. (p.225-226, grifo nosso)

Portanto, a direção do PCB faz, de fato, um acordo de natureza isolacionista de Trombas e Formoso frente a outras iniciativas de revoltas operárias e camponesas no Brasil. A política internacional da União Soviética de “coexistência pacífica” e ou “socialismo em um só país” (e que no fundo significavam a colaboração de classes), eram dessa forma aplicados à realidade da luta no campo brasileiro. Ocorre que naquele momento, “não somente em Goiás, como no restante o País, o campesinato emergia em cena” (CUNHA, 2007, p. 223). Não apenas a guerrilha de Porangatu emergia “no nariz” dos posseiros de Formoso, como as próprias Ligas Camponesas passavam a montar bases de treinamento guerrilheiro em Goiás, e a luta camponesa avançava no Brasil inteiro (especialmente no Nordeste , através da organização das Ligas).

É exatamente nesse momento que as Ligas aparecem como autênticas representantes dos anseios camponeses por terra e liberdade, sem estabelecer

compromissos com o Estado capitalista que, de acordo com sua concepção, a faria capitular frente as tarefas necessárias para o avanço da organização e luta camponesa. Portanto, as Ligas “(...) aparecem com uma proposta diametralmente oposta à via pacífica do PCB, tendo por palavra de ordem ‘reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue’” (CUNHA, 2007, p. 106).

O período pré-Golpe militar de 1964 é um momento onde os conflitos internos (entre as correntes do PC) e externos (entre PC e as Ligas, e destes com a burguesia) estão em níveis extremamente acirrados, todos eles colocados à prova na realidade concreta da luta de classes. Esses conflitos atingem grandes lideranças de esquerda daquele período, inclusive José Porfírio, a maior liderança de Trombas e Formoso³⁵.

No entanto, apesar de toda exposição sobre os compromissos “democráticos” do PCB que significavam na prática relegar Trombas e Formoso ao isolamento político frente a outras revoltas em curso, Cunha (2007) critica os intelectuais (especialmente José de Souza Martins e Jacob Gorender) que, segundo ele, analisam a linha política do PCB no momento pré-golpe como uma das grandes responsáveis pelos obstáculos ao desenvolvimento revolucionário do campesinato, e que afirmaram que o PCB atuava para atenuar o conflito de classes e que não possuía uma linha política de vinculação nacional das experiências de luta armada e demais lutas radicalizadas no campo.

Cunha (2007) defende que, apesar das contradições internas, que se expressavam muitas vezes em linhas distintas e por vezes contraditórias ocorrendo simultaneamente em diferentes localidades, existiam sim diversos militantes comunistas animados pela “via chinesa” e que defendiam a nacionalização da luta armada. Argumenta, no entanto, que se existiram condições objetivas e subjetivas para alguma luta revolucionária armada do campesinato, estas seriam localizadas e não estavam dadas em todo território nacional (justificando assim a política dos setores reformistas do próprio Partido Comunista).

³⁵“Tudo indica que, naquela ocasião, havia um gradual afastamento de Porfírio do Partido, e a rigor, reflexo de certa forma da dicotomia rural-urbana existente naquele período no PCB de Goiás e que atingia amplos setores da militância de base. (...) Percebe-se que ele acreditava na possibilidade de incorporar a experiência revolucionária cubana, tendo como parâmetro a luta camponesa em curso delineada pelas ligas, tendo por polo dinamizador Formoso e Trombas”. (CUNHA, 2007, p.248)

A partir do momento que uma rebelião camponesa não estiver inserida ou impossibilitada de se articular com a sociedade nacional, mais especificamente, comum projeto nacional, como sinaliza Wolf (p.352), seu equacionamento tende a ser local ou regional, na medida em que tende a ser autolimitador. E isso aconteceu em Formoso e Trombas, embora nunca tenha sofrido um isolamento total. (CUNHA, 2007, p.255)

Porém, a partir da análise de Cunha podemos identificar um certo determinismo das “condições objetivas” que nos fazem parar nas consequências e não compreender as causas dessa falta de condições. Afinal de contas, a falta de condições objetivas para aliança operário-camponesa não estaria na própria via construída pelo PCB ao longo de quase toda sua história, e nas formas com que este reagia frente as estruturas de classes e estabelecia táticas frente a conjuntura? Acreditamos que, para compreender as condições dadas no presente devemos buscar respostas no processo que as forjou, e não apenas como mera determinação “objetiva”, exterior e oposta aos sujeitos, mas como fruto das próprias escolhas e opções dos sujeitos (partidos, movimentos etc.).

Nesse sentido, Ruy Moreira (1985) analisa que a realidade não pode ser compreendida sem as relações entre as classes sociais e seus distintos programas e disputas internas (pois isso seria cair em um objetivismo formal, não dialético). Segundo Moreira (1985) a própria política geral do PCB reproduzia esse isolamento, sendo, portanto, também responsável por ele ao não apontar uma estratégia geral de aliança operário-camponesa e de métodos revolucionários. Sendo o Partido Comunista ainda muito importante na política brasileira, sua linha de participação nos pactos com a burguesia sob o rol de um discurso nacional-desenvolvimentista, implicou historicamente na abdicação das tarefas de unificar os trabalhadores do campo e cidade, já que se submetia ao pacto cidade-campo das classes dominantes fundamentais.

O mais interessante é que Ruy Moreira (1985) coloca de forma muito clara a identificação e dependência mútua entre o proletariado urbano e os camponeses, no que tange a eficácia espacial de suas ações. Ou seja, o geógrafo não apenas indica o principal erro do PCB, mas relaciona-o com a dinâmica espacial da realidade brasileira e aponta vias de superação dos equívocos:

A ordenação espacial das ações proletárias requer a necessária articulação cidade-campo da vertente dos dominados fundamentais. No plano global, a estratégia do contra-espço tem na aliança operário-camponesa sua forma fundamental. Não somente as ações proletárias urbanas são por si sós insuficientes, como também o são as ações do campesinato, se levadas em paralelo e inarticuladas. (MOREIRA, 1985, p.166)

Porém, apesar de concepções distintas, mais do que isso, opostas, Ruy Moreira (1985) e Cunha (2007) apontam, ambos, para a identificação de uma cisão campo-cidade na política do PCB: Ruy Moreira ressaltando o aspecto de falta de uma política geral de aliança operário-camponesa (união do campo dos dominados fundamentais) e Cunha, como cientista político que é, apontando a cisão entre base e direção (sendo a direção urbana e as principais bases mobilizadas estando em torno da luta camponesa). Porém, o fato é que, apesar de Cunha não pretender, acaba corroborando a crítica de Ruy Moreira, tendo em vista que: sendo a direção o elemento unificador nacional, “universalizante”, e tendo ela essa política urbana e desenvolvimentista de priorização de alianças de classe com a burguesia em detrimento do campesinato, não seria exatamente esse fator que impossibilitou a articulação bem sucedida entre o particular e geral na conduta política do PCB? Não foi isso que o fez relegar a segundo plano o conflito no campo logo quando este se tornava cada vez mais latente, e tudo isso em prol de acomodações parlamentares com o bloco no poder?

Além de todos esses impasses e conflitos políticos (e de certa forma como consequência direta ou indireta deles), ocorre também uma série de modificações econômicas e sociais em Trombas e Formoso. Com o equacionamento político momentâneo da revolta, e através do alto de grau de organização que alcançaram os posseiros por meio da Associação e dos Conselhos, ocorre na área liberada um rápido processo de desenvolvimento econômico-social, acarretando o que Cunha (2007) irá caracterizar de diferenciação social vertical entre os camponeses. A produção camponesa é crescente, atraindo a pequena-burguesia do comércio e da indústria de beneficiamento (aguardente e rapadura). Além disso, os posseiros recém-chegados e mais pobres, que não conseguiriam viabilizar imediatamente sua produção autônoma, começaram a ser empregados como trabalhadores volantes, ou seja, assalariados.

O comunista de esquerda Rui Facó, em 1961, em uma série de artigos para o jornal *Novos Rumos* intitulados “A penetração capitalista no campo cria problemas para a Associação”³⁶, já alertava para as contradições oriundas do processo de desenvolvimento capitalista, da qual o enfrentamento a essas dificuldades aumentavam ao passo que se aumentava o fluxo de posseiros (que segundo Facó já alcançaria população estimada de cinquenta mil) e a crescente produção e circulação de mercadorias. O paradoxal é que esse processo de desenvolvimento capitalista que agora criava problemas para a mobilização camponesa na região era mais ou menos apoiado pela própria política do PCB a nível estadual e nacional.

2.6) No território da luta de classes a paz é sempre uma trégua: a ditadura civil-militar e a repressão ao campesinato

“Zé Porfírio estava profundamente amargurado porque fora vaiado num congresso de camponeses realizado em Belo Horizonte. Procurei ser gentil, dizendo algumas palavras de conforto [...] Em todo congresso há sempre uma minoria radical que quer ver o circo pegar fogo. O líder camponês me olhou com um sorriso triste e desabafou: as vaías foram justas e merecidas. Num momento em que os fazendeiros estão se armando abertamente para impedir as reformas de base, não se pode defender a constituição apenas com palavras. O golpe vem aí e nós seremos massacrados. Estou chateado – prosseguiu – porque fizeram de mim um boneco. Eu queria denunciar o golpe em marcha, apelar para o povo se armar e organizar a resistência, mas os promotores do congresso me pediram que fizesse um discurso água com açúcar, falando em paz quando a guerra está declarada, falando em legalidade quando metralhadoras e fuzis são estocados pelos latifundiários nos porões das associações rurais. Mas eu era convidado e não podia fazer essa desfeita aos organizadores do congresso. Mereci as vaías.” (Cunha, 2007, p.248)

Um golpe de Estado já era pressentido e debatido mais ou menos na esquerda e na política brasileira em geral. O clima político era explosivo, e os conflitos internos às classes trabalhadoras e burguesas (intra-dominantes e intra-dominados, em suas

³⁶ In CUNHA, 2007, página 237.

diferentes crises de articulações campo-cidade) foram determinantes para a precipitação dos acontecimentos, e o pior, a vitória da burguesia frente a uma resposta desorganizada dos setores da esquerda, especialmente comunistas. Segundo Cunha (2007), quando da renúncia de Jânio Quadros e para possibilitar a posse de João Goulart, havia tido uma grande mobilização camponesa em Trombas e Formoso no sentido de agitação e organização militar contra um possível golpe de Estado. Segundo relato do camponês José Ribeiro, centenas de posseiros estavam prontos a intervir nos acontecimentos, atendendo ao chamado de Brizola. O mesmo não ocorrerá em 64.

Porém, como comentei mais acima, a política do Partido Comunista era desenvolvida pela concepção geral de aliança com a burguesia “nacional-progressista” no sentido do desenvolvimento capitalista como etapa necessária e anterior ao socialismo. Era o programa da revolução democrático-burguesa que guiou os comunistas às alianças, compromissos e também ilusões frente as tarefas a serem cumpridas pela burguesia e pelos trabalhadores nessa etapa histórica. Ocorre que o golpe militar de 1964 coloca por água abaixo toda essa política de colaboração de classes, demonstrando “quem realmente é” a dita burguesia nacional, tendo em vista que o golpe possuiu como uma de suas bases sociais de sustentação exatamente os setores burgueses equivocadamente considerados como “interessados” na revolução democrático-burguesa. Não é que a revolução burguesa não aconteceu no Brasil, é que ela não foi “democrática”. O desenvolvimento capitalista ocorreu em nossa história essencialmente via governos militares e ditatoriais, e ainda assim, as diferentes formas de Estado (ditaduras, republicas) não alteraram substancialmente o caráter autoritário do mesmo³⁷.

Essa concepção etapista se revelou ilusória e catastrófica, exemplarmente no caso do Partido Comunista em Goiás e em Formoso e Trombas. Como disse anteriormente, havia uma participação e compromisso dos comunistas no governo de

³⁷Florestan Fernandes irá analisar esse processo de “revolução burguesa” no Brasil tendo como momento central a ditadura militar brasileira. Criticará a visão idealista e etapista do Partido Comunista ao compreender na burguesia “nacional” esse caráter democrático e progressista. Ruy Moreira também irá expor uma análise importante sobre o processo de modernização e desenvolvimento capitalista no Brasil através de feições autoritárias e conservadoras, que mantêm e aprofundam a opressão política e exploração econômica das massas populares: “(...) o Estado brasileiro define-se como sendo uma alavanca de modernização por excelência conservadora, daí sua feição autoritária mesmo quando liberal. Esta feição autoritária está presente em todas as formas históricas (monárquico, federativo-oligárquico, novo-corporativo, monopolista), configurativas de um Estado ordenador das metamorfoses dos “agrários” e do papel dessas metamorfoses na modelagem conservadora da totalidade social.” (MOREIRA, 1985, p. 47). Além disso, não poderíamos deixar de citar José de Souza Martins, que corrobora mais ou menos com essa análise teórica da relação entre desenvolvimento capitalista e ampliação da opressão política.

Mauro Borges, como uma verdadeira política “progressista”. Porém, com a emergência e as primeiras notícias do Golpe Militar em 1º de Abril de 1964, “esperava-se mais uma vez uma favorável iniciativa antigolpista de Mauro Borges e até uma certa confiança de que o golpe seria derrotado” (CUNHA, 2007, p.277). Os comunistas chegaram a cogitar a transferência da sede do Executivo para Trombas de onde Mauro Borges organizaria a resistência. A ilusão não poderia ter sido pior. O governador, ao qual o Partido Comunista apoio fervorosamente e do qual participou do governo, não apenas não participou de qualquer resistência como declarou imediata adesão ao Golpe Militar. A nível nacional a ilusão colaboracionista também era reeditada. Segundo entrevista concedida por Marco Antonio Tavares Coelho:

(...) o Partido Comunista Brasileiro na capital federal avaliou a possibilidade de resistência em algum outro ponto do Brasil, e desse projeto, mesmo sabendo da adesão de Mauro Borges ao golpe, a ideia daquele grupo era seguir com armas para região de Formoso e dali iniciar o contragolpe. Ele, no entanto, ressaltou que essa hipótese somente foi contemplada dentro de um quadro em que houvesse uma resistência no Sul do País, onde estava João Goulart e Leonel Brizola. A decepção logo se seguiu e o plano de resistência foi abortado quando o grupo soube que João Goulart preferiu o exílio. (CUNHA, 2007, p.278)

O Partido Comunista definiu sua atuação de combate armado em completa dependência frente à de determinadas personalidades da política burguesa: “Esse tipo de comportamento seguramente refletiria, posteriormente, como bem sinalizou Jacob Gorender (1987, p.13), uma avaliação política equivocada e uma quase imobilidade em 1964.” (CUNHA, 2007, p.230). Frente a essa negativa da resistência por parte dessas personalidades “progressistas”, a política do PCB estava paralisada, não havia capacidade de resistência imediata, não porque as “condições objetivas” estavam dadas nesse sentido, mas porque toda a política do partido foi orientada para não prepara-la de forma efetiva anteriormente (política, militar e ideologicamente). Mais uma vez a resistência popular entra na cena histórica e deixará os partidos para trás, e serão as marchas estudantis e camponesas que irão ser a grande resposta ao golpe.

O camponês José Porfírio, após as primeiras notícias do golpe militar, foge de Goiânia (onde exercia sua função como deputado estadual) para Formoso com o

objetivo de organizar a resistência armada, porém, ao chegar sofre uma retumbante derrota. As principais lideranças, chamadas por Cunha (2007) de Núcleo Hegemônico, seguindo a deliberação nacional, venceram a posição de não-resistência. Segundo entrevista concedida por Antônio Granja à Cunha (2007):

Quando vimos que o golpe triunfou aí a conclusão foi essa, inclusive o Mauro Borges apoiou e não teve resistência. Foi um choque muito grande, mas não teve resistência. Agora o Zé Porfírio, ele veio e ele queria levantar aqui... mas nós não topamos não, o povo não topou e nem o partido aqui não topou. Houve discussões duras mesmo, chegou-se a isolar as armas que tinha, o partido chegou a tirar elas, esconder para que ele não tivesse acesso a elas, para ele não fazer besteira. Nós sabíamos que isso era um suicídio, era botar a perder todo um trabalho de longos anos aqui, de grande sacrifício... e fizemos um trabalho ainda, porque demorou vir tropas aqui e nesse tempo deu tempo da gente fazer um trabalho em toda a região, rapidamente para que ninguém fosse nessa onda... (p.250)

Com a primeira invasão militar na região de Trombas e Formoso logo após o golpe de 1964, a Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos, instrumentos de poder democrático dos camponeses, são desmantelados, e um interventor é nomeado para a prefeitura do município: é a liberdade substituída pela autoridade estatal. Como o movimento socioterritorial não conseguiu se alçar como movimento nacional (ou internacional) com a capacidade e um projeto estratégico de destruir o poder hegemônico exercido pelo Estado capitalista, se manteve como uma particularidade territorial cercada pela totalidade do sistema. Cedo ou tarde o conflito velado (pelos compromissos e ilusões semeados pelo PCB) se tornaria aberto, tendo em vista o caráter social e antagônico da luta de classes. A possibilidade de “coexistência pacífica” apenas poderia beneficiar a recomposição de forças do Estado e geração de uma profunda ilusão nas massas camponesas. Os impactos da primeira invasão são destruidores para a organização e o trabalho militante que se desenvolveu por cerca de uma década naquela região. Além disso, a própria estrutura fundiária foi se alterando com o tempo:

Muitos posseiros começaram a vender suas posses em razão de dificuldades econômicas advindas da falta de política de apoio e crédito aos pequenos

agricultores e às pequenas propriedades, que, pela tradição de luta e necessidade de acabar com qualquer laço anterior, seria quase uma política de governo. A região foi relegada a um completo abandono e gradualmente o quadro fundiário foi se alterando. (CUNHA, 2007, p.27-279)

A segunda invasão militar, intitulada de “Operação Mesopotâmia”, ocorre no ano de 1971, com a descoberta da guerrilha do Araguaia e a prisão de Zé Porfírio. A invasão foi extremamente violenta, torturando e prendendo dezenas de camponeses e antigos militantes comunistas. A política de segurança nacional da ditadura, que naquela época enfrentava a guerrilha do Araguaia, era das mais agressivas: destruição completa de qualquer resistência e resquício da militância comunista. Porém, o trabalho do aparato repressivo era, obviamente, sempre acompanhado do trabalho do aparato ideológico, e a mídia cumpria muito bem esse papel:

No curso da intitulada “Operação Mesopotâmia”, a imprensa nacional anunciou com alarde a “Incrível história de um país russo no Brasil” e o fato de que “Goiás abrigou durante 11 anos um Estado Comunista”, bem como a prisão das principais lideranças (...) e a descoberta de um sofisticado arsenal de armas. (p.280)

A repressão contra o campesinato teve proporções de guerra. Ela tingiu não apenas lideranças, mas milhares de famílias camponesas em todas as regiões do país. E tinha por objetivo muito claro a contensão das lutas populares no Brasil, seja no campo ou na cidade, porém, com uma clara centralidade para a luta camponesa que se expandia em proporções jamais vistas. E a aliança com a burguesia “progressista” que chegava a seu limite com as “reformas de base”, viu suas lideranças (a exemplo de João Goulart) fugirem vergonhosamente sem esboçar resistência. Isso terá um impacto direto sobre a organização camponesa a nível nacional.

O golpe militar ocorreu menos de três meses após a fundação da CONTAG. A história da CONTAG, e do movimento dos trabalhadores rurais de forma geral, estão marcadas pela sua relação com ditadura. Se o governo Vargas pode ser definido como um marco na implementação do sindicalismo de Estado nas grandes cidades e sindicatos operários, a ditadura de 1964 pode ser definida como um marco histórico

para a consolidação desta estrutura no controle dos assalariados rurais e camponeses. Segundo Armando Boito Jr. (1991): “A implantação da ditadura militar em 1964 selou a derrota das Ligas e a vitória do sindicalismo de Estado no campo. A ditadura, além de dissolver as Ligas, criou milhares de sindicatos oficiais no campo (...)”.

Perseguições e mortes de militantes camponeses, assim como destituições das direções sindicais combativas ocorreram no período posterior ao golpe. A direção da CONTAG sofreu intervenção de 1964 até 1968. Após a retomada da direção da CONTAG em 1968 por uma chapa de oposição, a mesma constituiu um tipo de ação sindical particular, porém, absolutamente enquadrada na ideologia legalista e estatista do sindicalismo de Estado. Segundo Favareto (2004) a ação da CONTAG nos “anos de chumbo” possuía um caráter defensivo, que se limitava a atuar dentro da justiça burguesa e através de meios legais:

A prudência sindical e o legalismo foram duas faces desse padrão de ação sindical, o que possibilitou à Contag dar visibilidade e tratamento institucional aos conflitos e, principalmente, conseguir ampliar a malha organizativa no campo brasileiro. (FAVARETO, 2004)

Nesse sentido, a estrutura e ideologia do sindicalismo de Estado foram defendidas e aprofundadas pela ditadura civil-militar no Brasil, exatamente porque ela favorecia o controle das massas trabalhadoras, via centralização estatal-corporativa. As demais formas de organização, associações e ligas camponesas, foram varridas através de uma brutal repressão militar. Os assassinatos, as torturas, as fugas pela mata e pelos rios, foi o destino de milhares de heróis do povo brasileiro, que como José Porfírio resolveram não abandonar o país e lutar até o final pela libertação de seu povo.

A partir da década de 1970, auge da ditadura civil-militar, vivenciamos também em nossa história nacional uma “assim chamada modernização conservadora” que aprofundou processo histórico de concentração fundiária nas mãos de uma classe burguesa-latifundiária, porém, cada vez mais industrializada. A modernização do campo (com máquinas, tecnologias e crédito agrícola) desenvolvida nos tempos da ditadura civil-militar é o que consolidou o atual “agronegócio”, que é nada mais que a fusão do latifúndio ao capital industrial e financeiro. Esse processo gerou historicamente uma explosão das cidades brasileiras, da urbanização nacional (enquanto integração hierárquica econômica e política do território nacional), concentrando e “entulhando” o

então campesinato expropriado nas encostas de morros, nos subúrbios e nas favelas das grandes cidades, ampliando a massa de desempregados, subempregados, proletários marginais, enfim, dos pobres urbanos. Para o controle dessa massa de expropriados cada vez mais foram ampliando-se e aprimorando-se as forças repressivas policiais do Estado brasileiro, que não perdem em nada para as medidas descritas por Marx no citado capítulo XXIV d'O Capital sobre as medidas “contra a vagabundagem” aplicadas a mais de cinco séculos atrás na Europa ocidental. Porém, diferente de algumas “previsões” marxistas, não vemos o desaparecimento do campesinato e demais formas não-capitalistas de produção (escravidão, trabalho doméstico ao modo toyotista, etc.), na verdade, muitas delas, tal como a escravidão e semi-escravidão, aparecem recriadas e articuladas em geral nas esferas mais avançadas da produção capitalista.

A modernização conservadora, chamado por Moreira (1985) de “via prussiana” de desenvolvimento da agricultura, precisava trabalhar em cima das rugosidades, ou seja, das formas-conteúdo historicamente grafadas no espaço. Essas rugosidades eram também as centralidades das associações camponesas, das lideranças. No caso de Trombas e Formoso eram as “rugosidades guerrilheiras” que deveriam ser arrancadas, mutiladas. Os militares, em seu desespero para destruir as memórias e experiências práticas do povo, quando de sua segunda invasão a Trombas e Formoso (1970) chegam ao cúmulo de afirmar a existência de uma “Ditadura Comunista” no centro-oeste brasileiro. Apresentam “provas” em cima de um documento forjado, em que José Porfírio aparece como “Ditador” da “República de Formoso”, onde as liberdades de propaganda e opinião não eram permitidas³⁸. Após as invasões a Trombas e Formoso, a modernização conservadora, via repressão militar e incentivos governamentais, foram invadindo e transformando a região, expulsando os camponeses:

Ao longo dos anos seguintes, não houve nenhuma atividade política de esquerda organizada em Formoso e Trombas, e o silêncio perdurou por muito tempo, e muitos expoentes originários daquele processo fugiram, sem mais retornarem. O processo de concentração fundiária foi se alterando e são muito poucas as pequenas propriedades e menor ainda o grupo de posseiros do período de 1950. O antigo palco da luta está hoje dividido em cinco municípios, e Trombas se emanciparia de Formoso em 1989. A Associação dos Lavradores, os Conselhos de Córregos, o Partido Comunista fazem parte

³⁸ Veja nos Anexos o documento na íntegra.

de um passado distante, embora a luta ali desenvolvida ainda esteja viva e na memória do povo. E, em relação ao povo, vale recuperar uma bela passagem com sabor de poesia: “fica o meu testemunho e continua o do povo, e a memória do povo é do tamanho do mundo...” (CUNHA, 2007, p.281)

Fica então marcada mais uma página da história brasileira, marcada pelo sangue dos vários combatentes reconhecidos ou anônimos, quelibertaram o território de Trombas e Formoso, primeiramente da ditadura dos latifundiários, e que se viram isolados e impotentes frente ao golpe que restabeleceu a dominação do “novo latifúndio”, do agronegócio, sobre a mesma região que outrora foi livre. O solo para o plantio das roças, a terra distribuídaigualmente,o território das batalhas camponesas,hoje estão novamente aprisionados, cativas, mas estão também regados pelo sangue daqueles que ousaram viver em liberdade. A semente ainda está plantada. Caberão as novas gerações se levantarem, e junto ao peso de todas as gerações passadas de indígenas, quilombolas, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, enfim, camponeses, colher os frutos das novas batalhas que virão, pois como diria o ditado “nenhuma opressão é permanente, permanente é a luta!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Cai orvalho de sangue do escravo,
cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
cresce, cresce, vingança feroz”*

As lutas camponesas no Brasil possuem uma riqueza imensa, a sua história ainda está por resgatar com a devida importância que ela merece na formação de nosso povo. Não apenas o resgate histórico em seu sentido meramente acadêmico, como se olhássemos para uma peça de museu, mas o fazer valer de suas aspirações por terra e liberdade ainda estão nos anseios das classes trabalhadoras de nosso país e de grande parte do continente latino-americano.

Buscou-se através desse trabalho debater a importância da análise geográfica (através os conceitos de território, relação campo-cidade etc.) para compreender as lutas camponesas ontem e hoje. Para tal, debateram-se as teorias do campesinato, especialmente aquelas que influenciaram os movimentos de trabalhadores, a teoria marxista e anarquista. O debate sobre o campesinato brasileiro como pudemos ver, esteve, no entanto, muito mais influenciado pelo marxismo, o que enriquece-o em erros e acertos. Porém, também buscamos na teoria bakuninista uma possibilidade de problematizar, enriquecer e superar determinadas questões teóricas importantes e que não se via possibilidade de alcançar através de Marx.

De fato, pude perceber nesse trabalho que o campesinato, através de sua ação concreta na luta de classes, se constitui em uma força política importante na formação socioespacial brasileira. Diversos militantes e teóricos, dentre eles José de Souza Martins (1983), afirmam que o próprio golpe militar estava assentado nos objetivos políticos de conter o avanço da revolução camponesa levada a cabo por organizações como as Ligas Camponesas. Esse temor das classes dominantes não era em vão. Existia de fato uma ascensão do conflito no campo, e que de uma forma ou de outra demonstrava a possibilidade de vitória do campesinato nesse conflito.

Não podemos pensar a revolta vitoriosa de Porecatu, no Paraná, a revolta vitoriosa de Formoso e Trombas, no meio-norte de Goiás, o crescimento gigantesco das Ligas frente a paralisia reformista do PCB, a formação de centros de treinamento guerrilheiro, não podemos pensa-los descolados um do outro, eram processos que não apenas estavam interligados nacionalmente, mas que somados a conjuntura internacional (revolução cubana, revolução chinesa, lutas de libertação nacional) constituíam-se explosivos. O povo trabalhador, pela primeira vez, tinha a possibilidade de tornar-se sujeito de sua história, e não mais ser carne de canhão para os projetos histórico-universais da classe dominante. Essa possibilidade não foi dada externamente

a ele, fruto do desenvolvimento econômico ou pela ação do “Partido”, mas foi arrancada por ele através das mais duras provas, da mais dura experiência histórica e coletiva. Em muitos casos contra todos os partidos que pretensamente diziam representá-lo.

No entanto, a luta camponesa em geral, e a resistência em Formoso e Trombas em particular, ao passo que impunha grandes barreiras às classes dominantes, e de fato poderiam ter se tornado uma alavanca da estratégia campo-cidade das classes dominadas, também padeceu de um grande isolamento, em uma conjuntura onde também ampliava-se a rede urbana, a metropolização (especialmente São Paulo), e a classe trabalhadora urbana encontrava-se desorganizada para as tarefas revolucionárias. Através do sindicalismo de Estado, dos pactos de classe com a burguesia “nacional-progressista”, o proletariado urbano encontrava-se de fato afastado quase por um abismo das massas camponesas.

À tendência “civilizada e democrática” a qual caminhava o operariado urbano opunha-se de outro lado a radicalização crescente dos conflitos agrários. Os programas, as práticas e os métodos de organização não conseguiam dialogar de maneira satisfatória a ponto de criar de fato a identidade e a confluência de interesses capazes de construir as grandes forças de uma revolução. A isso se somava o fato que a estratégia da burguesia para o campo estava assentada em reduzir as tensões próximas aos centros urbanos, onde a valorização fundiária elevava a disputa pela renda da terra, e buscava transportar as tensões para as fronteiras econômicas, as chamadas frentes de expansão, as políticas de colonização, que tanto vimos nesse trabalho. E grandes contingentes do operariado estavam organizados pelo PCB, que defendia a aliança com essa mesma burguesia.

Como disse Bakunin (1938) quando analisava a guerra franco-prussiana: qualquer tentativa de revolução exclusivamente urbana ou operária, sem contar com a participação dos milhões de camponeses, não passaria de mais uma “revolução política”. Ou seja, uma revolução assim como as diversas revoluções burguesas onde uma classe minoritária se alçou como classe dominante, derrubando as nobrezas e classe feudais para o estabelecimento de sua própria dominação política e econômica. Apenas com a aliança operário-camponesa, ou seja, a compreensão da necessidade de solucionar a oposição cidade-campo, os trabalhadores poderiam construir de fato uma revolução que emancipasse a humanidade. Me parece que essa caracterização é importante para entender a história brasileira.

O camponês não poucas vezes foi considerado um problema, um encaço, uma “pedra no sapato”, pois fugia as teorizações e propostas políticas dos partidos. Era como se a realidade se rebelasse mais uma vez contra a teoria. Uma série de repostas ao “problema camponês” foram dadas pelas organizações e partidos. Nas suas versões mais “progressistas” (em geral leninistas e maoístas) estavam aquelas que consideravam a importância da participação do campesinato, ele enfim seria um força importante na revolução. Porém, mesmo essas concepções viam o campesinato de maneira instrumental, ou seja, o camponês é uma força importante a ser mobilizada pela revolução, mas a direção do processo cabe a “classe operária”. Essa separação mecânica, no entanto, remonta aos nossos “olhos geográficos” a mesma divisão entre trabalho manual e intelectual aos qual dividiu historicamente os povos do campo e da cidade em classes dominantes e dominadas. Os trabalhadores urbanos continuarão na direção (Estado) e os camponeses serão importantes na execução do programa.

Claro que isso não encerra o debate, muito pelo contrário, os meus limites em responder questões básicas da problemática histórico-geográfica e propor alternativas emancipatórias devem de fato ser criticadas, tendo em vista a superação individual e coletiva. Muitas dessas questões só poderão ser devidamente respondidas com a própria experiência coletiva das massas, ou seja, a ação concreta, da qual este trabalho é apenas uma gota num oceano, mas ainda assim importante ao meu ver.

A compreensão que se esboçou nesse trabalho não é meramente descomprometida, ela faz parte de inquietações individuais e que, de forma muito clara, encontraram eco na realidade social e vão através da análise geográfica. Muitas das inquietações apresentadas já estavam colocadas desde os tempos em que eu era estudante secundarista, quando comecei meu envolvimento político e vínculos com as lutas populares, participando de ocupações e de manifestações de rua. Portanto não é um mero problema acadêmico, desprovido de interesses, nem para o sujeito que analisa, nem para o objeto analisado. O debate apresentado só faz sentido (até mesmo existencial) para mim dentro da perspectiva a qual compartilho com alguns amigos: pensar a revolução é uma dimensão do fazer revolucionário.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Sebastião de Barros. **TROMBAS – A Guerrilha de Zé Porfírio**. Brasília: Editora Goethe, 1985.

BAKUNIN, Mikhail A. **Cartas a um francês sobes lacrisisactual (1870)**. Obras Completas, Tomo I. Editora La Piqueta, Barcelona, 1938.

_____. **L'Allemagne et lecommunisme d'Etat**. In: CD-ROM Bakounine, Oeuvres Completes, IIHS de Amsterdam, 2000.

_____. **Conceito de liberdade**. Edições RÉS limitada, Porto, 1975.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos** / Ana Carneiro ; Marta Cioccarì ; – Brasília : MDA, 2010.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais – A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. Editora UNESP, 2007.

_____. **Trombas: um ensaio revolucionário**. in: Lutas camponesas contemporânea: condições, dilemas e conquistas, vol. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / Bernardo Mançano Fernandes, LeonildeServolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Declaração Sobre a Política do PCB. Voz Operária, 22/03/1958. Fonte: www.marxists.org

DELGADO, Guilherme C. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. In: Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, n°2, 1999.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente. Ano 8 n° 6. 2005.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea**. Anais. Seminário do trabalho: trabalho, educação e sociabilidade (24 a 28 de maio 2010). Marília, SP: UNESP, 2010.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1972.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. **Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização**. In: Revista do Departamento de Geografia 1, FFLCH-USP, São Paulo, 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. RJ: Paz e Terra, 1968.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

IANNI, Octavio. **Revoluções Camponesas na América Latina**. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.

JUNIOR, Antônio Thomaz. **Contag: A falência de um modelo de ação sindical**. Periódicos UEM, Volume 15, 1997.

JUNIOR, Antônio Thomaz. **O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes**. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, Universidade de Barcelona, 1998.

JUNIOR, Armando Boito. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Editora Unicamp. 1991

JUNIOR, Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

_____. **A Revolução Brasileira**. Editora Brasiliense, São Paulo, 5ª Edição, 1977.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra.** Campinas, Papirus, 1988.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAMIGONIAN, Armem. **A Geografia e “A Formação Social como Teoria e como Método”**, in SOUZA, M. A. A. O mundo do cidadão Um cidadão do mundo. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão – o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1988.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1983.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** Editora Moraes. 1987.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** Editora Paz e Terra. 5ª edição, 1986.

_____. **As lutas de classes na França (1848 – 1850).** Global Editora. São Paulo, 1986.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Volume I, Tomo 2. Editora Nova Cultura Ltda. São Paulo, 3ª Edição, 1988.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Sítio: <http://www.mst.org.br/node/7723>, acesso em novembro de 2013.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil.** In: STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-71.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – estudos sobre sociedade e espaço**. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

OSÓRIO, Luiz F. B. **O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Walerstein e Fiori: um estudo comparativo**.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**. Texto de Discussão nº 22. Laboratório de História Econômico-Social – POLIS, 2010.

REIS, Luis C. Tosta. **Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos**. Revista Geografares, Vitória, v.1, nº1, jun. 2000.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI**. 10ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Raimundo. **Agraristas Políticos Brasileiros**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira-Nead (MDA)-IICA, 2007.

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN. Sítio: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=5000&id_not=5, Acesso em: 23/11/2013.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em um debate marxista**. Revista NERA; Presidente Prudente; Ano 8, n. 7; pp. 1-21 Jul./Dez. 2005

SILVA, Selmo Nascimento. **O sindicalismo brasileiro diante da reestruturação produtiva e da legalização das centrais sindicais**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

STEDILE, João Pedro. **História e natureza das ligas camponesas – 1954-1964**. Expressão Popular, 2006.

Trajetória Política da CONTAG – As Primeiras Lutas. Publicação - Revista Conatg 40 anos.